



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA / PIMES  
MESTRADO EM ECONOMIA**

**IELYSON JOSÉ RODRIGUES DE MELO**

**FRUTOS DA EXPLORAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO  
NA FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

Recife

2025

IELYSON JOSÉ RODRIGUES DE MELO

**FRUTOS DA EXPLORAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO  
NA FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia - PIMES - da Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Teoria Econômica.  
Linha de pesquisa: Agrícola e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Monteiro Costa

Recife  
2025

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Melo, Ielyson Jose Rodrigues.

Frutos da exploração: uma análise das relações de trabalho na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco / Ielyson Jose Rodrigues de Melo. - Recife, 2025.

142f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2025.

Orientação: João Policarpo Rodrigues Lima.

Coorientação: Ana Monteiro Costa.

Inclui referências.

1. Questão agrária; 2. Exploração da força de trabalho; 3. Vale do São Francisco. I. Lima, João Policarpo Rodrigues. II. Costa, Ana Monteiro. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

IELYSON JOSÉ RODRIGUES DE MELO

**FRUTOS DA EXPLORAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA  
FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia - PIMES do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovado em: 09/06/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima  
(Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dra. Ana Monteiro Costa  
(Coorientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dra. Maria Fernanda Freire Gatto Padilha  
(Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins  
(Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco/CAA

---

Dr. Adilson Marques Gennari  
Examinador Externo à Instituição  
Universidade Estadual Paulists (UNESP)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, cuja força de trabalho sustenta as bases da nossa economia, ainda que sigam sendo historicamente explorados, invisibilizados e excluídos da riqueza que ajudam a produzir.

Minha homenagem vai, especialmente, aos que atuam na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco — homens e mulheres que, sob o peso do sol e da desigualdade, cultivam riquezas que não os beneficiam, mas que abastecem os mercados da Europa e dos Estados Unidos, repetindo, sob nova roupagem, a lógica colonial denunciada por Darcy Ribeiro: "fomos moldados para produzir o que adoça a boca dos de fora", enquanto o povo segue amargando a fome e a precariedade.

Que esta pesquisa sirva como instrumento de denúncia e reflexão crítica sobre as estruturas que perpetuam a exploração no campo, e como um chamado à transformação social em defesa de uma economia voltada à dignidade humana, e não à submissão aos interesses do capital internacional.

## AGRADECIMENTOS

Concluir este mestrado representa muito mais do que uma etapa acadêmica vencida — é também a realização de um percurso profundamente desafiador. Quando ingressei no programa, minha filha havia acabado de nascer, e, logo em seguida, iniciei uma rotina exaustiva de trabalho noturno em escala 12x36. Minha vida se dividia entre o trabalho, a universidade e breves pausas em casa. Foi, sem dúvida, o período mais difícil da minha vida: noites mal dormidas, alimentação desregulada, vida social praticamente inexistente. Em muitos momentos, duvidei de mim mesmo — e ainda hoje, por vezes, me parece inimaginável ter chegado até aqui. Se um mestrado em Economia já exige muito de quem pode se dedicar exclusivamente aos estudos, para mim ele significou equilibrar responsabilidades intensas em todas as esferas da vida. Esta dissertação carrega, portanto, não apenas o esforço individual, mas também a marca de todas as pessoas que tornaram possível minha permanência e conclusão nesse espaço. É com esse sentimento que registro, a seguir, os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço profundamente à minha esposa, **Adriana Ribeiro**, pela paciência e compreensão diante da minha ausência, especialmente durante o primeiro ano do mestrado, que coincidiu com o nascimento da nossa filha Elza. Sei que estive menos presente do que gostaria e poderia, e sou imensamente grato por todo o apoio — direto e indireto — que recebi. Em especial, por ter estado ao meu lado mesmo nos momentos em que o cansaço quase me venceu, e por ter sido fundamental na minha aprovação em matemática. Você tirou parte do seu tempo para estudar comigo, e pude aproveitar toda a sua bagagem e conhecimento na área — afinal, nem todo mundo tem o privilégio de ter uma mestre em Física em casa dando aula particular. Sua confiança inabalável e a serenidade que sempre demonstrou ao dizer “calma, que vai dar tudo certo” foram fontes de força essenciais para a continuidade desta jornada. À minha filha **Elza**, agradeço por preencher meu coração nos momentos mais difíceis dessa caminhada acadêmica, com seus sorrisos, beijos e abraços, lembrando-me sempre do que realmente importa na vida.

Gostaria também de expressar minha gratidão aos meus pais, **Walter** e **Izabel**, cuja história de abdicação do conforto em nome de uma dedicação incondicional aos filhos é um exemplo que levo comigo diariamente. Vocês ensinaram, pelo exemplo, o valor do esforço, da resiliência e do amor, e é com esse legado que construo minha trajetória pessoal e acadêmica. Cada conquista desta dissertação também é resultado do apoio silencioso e do incentivo constante que sempre me proporcionaram. Espero, um dia, poder transmitir esses mesmos

valores à minha filha, mantendo viva essa herança de coragem e dedicação que recebi de vocês. Aos meus irmãos, **Alanne** e **Rafael**, agradeço pela torcida e pelo incentivo nos momentos desafiadores, que tornaram essa caminhada mais leve e motivadora.

Aos meus orientadores, professor **Policarpo** e professora **Ana Costa**, deixo meu sincero agradecimento. Ao professor Policarpo, por ter aceitado esse desafio e por suas contribuições fundamentais para este trabalho, tanto no aprimoramento do rigor acadêmico quanto na formulação de questionamentos que me fizeram refletir sobre algumas posições e abriram caminhos para eventuais pesquisas futuras. Também agradeço pelas disciplinas eletivas ofertadas sobre a economia brasileira, que, em um programa fortemente voltado aos métodos quantitativos e à teoria econômica, proporcionaram momentos valiosos de interação e debate sobre o Brasil e o capitalismo contemporâneo. À professora Ana, minha coorientadora, agradeço por me inspirar e me acompanhar desde a graduação, quando identificou em mim um potencial que eu mesmo ainda não reconhecia, incentivando-me a seguir na pós-graduação. Sua participação ativa na construção deste trabalho e sua paciência — qualidade rara no ambiente acadêmico — foram essenciais. É uma profissional que consegue enxergar o ser humano por trás do aluno, algo que, infelizmente, ainda é exceção quando bem poderia ser a regra. Em um gesto de generosidade que nunca esquecerei, emprestou-me sua sala para estudo e descanso, ciente da minha rotina exaustiva ao conciliar trabalho noturno, uma filha recém-nascida e as exigências do mestrado.

Aos professores do programa, meu agradecimento sincero pelo empenho e dedicação ao ensino, especialmente diante das dificuldades enfrentadas no contexto recente das universidades públicas. Em especial, agradeço ao professor **Francisco Ramos** — ou simplesmente Chico — por ter demonstrado um lado profundamente humano ao conhecer um pouco da minha trajetória. Em um momento delicado, chamou-me em particular e me dirigiu palavras de incentivo que levarei comigo para a vida inteira. Muitas vezes, gestos que parecem pequenos para uns podem ser gigantes para outros — e aquele foi, para mim, um gesto gigante.

Aos colegas do curso, agradeço pelas conversas, trocas e colaborações que tornaram o percurso menos solitário e mais rico. Em especial, minha gratidão a **Pedro Amorim**, **Mônica** e **Marisa**. Pedro, amigo da época da graduação, apesar de ter seguido outro caminho, foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Em meio à rotina intensa de trabalho e ao tempo reduzido de estudo, foi ele quem me mostrou o caminho mais curto e eficiente para me preparar para a prova da ANPEC. Sem essa ajuda, eu provavelmente não teria alcançado a nota necessária para ingressar no programa. A Mônica e a Marisa, companheiras de jornada,

agradeço por termos formado um verdadeiro trio de ferro, carinhosamente batizado de “Team Poli” — todos orientados pelo professor Policarpo. Construímos uma rede de apoio mútua: quando um se desesperava, o outro estava lá para ajudar, e assim seguimos. Fico imensamente feliz por termos vivido essa etapa juntos. São amizades que levo comigo, ainda que um dia fiquem apenas nas lembranças.

Ao conjunto da sociedade brasileira, cujo suor mantém de pé as universidades públicas, mas cuja imensa maioria — o nosso povo lutador — segue historicamente excluída desses espaços, onde muitas vezes o único vínculo possível com essas instituições é o trabalho na limpeza e na segurança. Graças a políticas públicas recentes, esse perfil excludente tem diminuído, mas o caminho ainda é longo, pois o conhecimento deve ser um direito coletivo e nunca um privilégio — como, infelizmente, sempre foi neste país. Todos nós que passamos por uma universidade pública saímos com um dever perante essa sociedade — e é por isso que existem juramentos profissionais, como o do economista, que afirma: "Eu juro fazer da profissão de Economista um instrumento não de valorização pessoal, mas sim utilizá-lo para promoção do bem-estar social e econômico de meu povo e de minha nação." Que essas palavras não sejam apenas um ritual vazio, mas um verdadeiro compromisso de vida. Reafirmo isso porque, infelizmente, é cada vez mais comum vermos economistas utilizando seu saber não para transformar as injustiças sociais, mas para justificá-las.

A todas e todos que, de alguma forma, caminharam ao meu lado — seja oferecendo apoio direto ou apenas acreditando, mesmo de longe, na minha trajetória — meu mais profundo e sincero obrigado. Esta conquista não é apenas minha: é coletiva, construída com afeto, solidariedade, luta e esperança.

“Vocês não matam nem a fome que há na terra

Nem alimentam tanto a gente como alegam

É o pequeno produtor que nos provê”

— CHICO CÉSAR. *Os reis do agronegócio*. In: *Estado de poesia*. 2015.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações nas relações de trabalho no setor agroexportador a partir do avanço da fruticultura irrigada no Submédio do Vale do São Francisco, com ênfase na Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) Petrolina/Juazeiro. A pesquisa parte da compreensão de que, para analisar criticamente as dinâmicas socioeconômicas e trabalhistas que caracterizam essa região, é imprescindível recuperar o processo histórico da questão agrária no Brasil e no Nordeste, marcado pela concentração fundiária, exclusão social e exploração da força de trabalho. Nesse contexto, investiga-se como o modelo de modernização conservadora do campo brasileiro, impulsionado por políticas estatais, aprofundou desigualdades estruturais ao privilegiar grandes proprietários e grupos empresariais, marginalizando os pequenos produtores e precarizando as condições de trabalho rural. A partir de uma abordagem crítica, que articula revisão bibliográfica e análise de dados secundários, busca-se compreender as contradições entre o crescimento econômico impulsionado pelo agronegócio exportador e os impactos sociais, e trabalhistas observados na região estudada. Conclui-se que, embora a fruticultura irrigada tenha promovido geração de empregos e incremento das exportações, ela se insere em um modelo de desenvolvimento excludente e insustentável, que aprofunda a exploração da força de trabalho e a concentração de recursos, comprometendo a efetivação da justiça social, da soberania alimentar no semiárido nordestino.

**Palavras-chave:** questão agrária; fruticultura irrigada; exploração da força de trabalho; modernização conservadora; Vale do São Francisco; agronegócio exportador.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the transformations in labor relations within the agro-export sector, focusing on the expansion of irrigated fruit farming in the Sub-middle São Francisco Valley, particularly in the Integrated Development Region (RIDE) of Petrolina /Juazeiro. The research is grounded in the understanding that a critical analysis of the socioeconomic and labor dynamics that characterize this region requires recovering the historical trajectory of the agrarian question in Brazil and in the Northeast, marked by land concentration, social exclusion, and labor exploitation. In this context, the study investigates how the conservative modernization model of Brazilian agriculture, driven by state policies, has deepened structural inequalities by favoring large landowners and business groups, marginalizing small producers, and precarizing rural labor conditions. Based on a critical approach that combines bibliographic review and analysis of secondary data, this work seeks to understand the contradictions between the economic growth driven by the export-oriented agribusiness and the social and labor impacts observed in the region. The study concludes that, although irrigated fruit farming has generated employment and increased exports, it is embedded in an exclusionary and unsustainable development model that intensifies labor exploitation and resource concentration, thereby undermining the pursuit of social justice and food sovereignty in the semi-arid Northeast.

**Keywords:** agrarian question; irrigated fruit farming; labor exploitation; conservative modernization; São Francisco Valley; export-oriented agribusiness

## LISTAS DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1- Evolução do IDHM nos Municípios da RIDE Petrolina/Juazeiro .....	109
Gráfico 2- Crescimento no número de vínculos formais na agricultura e no cultivo de uva e manga entre 2006 e 2021 na RIDE Petrolina/Juazeiro .....	113
Gráfico 3- Volume de Exportações de Uva e Manga entre os anos de 2006 e 2021 na RIDE Petrolina/Juazeiro.....	114
Gráfico 4- Remuneração média em SM no cultivo de Uva e Manga na RIDE Petrolina/Juazeiro entre 2006 e 2021, .....	116
Gráfico 5- Expansão da área colhida em Hectares na RIDE Petrolina/Juazeiro entre 2006 e 2021 .....	116
Gráfico 6- Produtividade em Toneladas de Uva e Manga na RIDE Petrolina/Juazeiro entre 2006 e 2021 .....	117
Gráfico 7 - Produtividade média dos trabalhadores do cultivo de Uva e Manga em Toneladas na RIDE Petrolina/Juazeiro entre os anos de 2006 e 2021 .....	118
Figura 1- Mapa Político da Região Nordeste .....	59
Figura 2- Localização do SMSF.....	102
Figura 3- Composição do Polo Petrolina/Juazeiro.....	103

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional (2022) .....	61
Tabela 2 - Tabela 2 - Exportação média anual de açúcar do Brasil por década (1881-1940)...	78
Tabela 3- PIB per capita dos municípios da RIDE Petrolina/Juazeiro (2021).....	106
Tabela 4- IDHM e seus subíndices nos municípios da RIDE Petrolina/Juazeiro.....	108
Tabela 5- Tabela 5- Remuneração média dos trabalhadores empregados nos municípios da RIDE Petrolina/Juazeiro (2022) .....	111

## LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIRA	Comissão Intersectorial Pró-Reforma Agrária
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	Conselho Monetário Nacional
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food Agricultural Organization
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBES	Índice de Bem-Estar Social
IDE	Índice de Desenvolvimento Econômico
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDR	Índice de Desenvolvimento Rural
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IMA	Índice de Meio Ambiente
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPOP	Índice de População
MST	Movimento dos Sem Terra
PAM	Produção Agrícola Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPIs	Perímetros Públicos de Irrigação
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento

SAAP	Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco
SMSF	Submédio do Vale do São Francisco
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária

## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE: O DESENVOLVIMENTO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA.....</b>	<b>22</b>
2.1 Questão Agrária no Brasil: Período Colonial .....	23
2.1.2 Questão Agrária No Brasil: A Lei De Terras de 1850 e a Consolidação da Estrutura Agrária no Período Imperial.....	29
2.1.3 Questão Agrária no Brasil: República Velha (A Transição do Trabalho Escravo para o Assalariado).....	31
2.1.4 Questão Agrária no Brasil: A Crise da Economia Cafeeira e a Era Vargas .....	35
2.1.5 Questão Agrária no Brasil: Do Governo João Goulart à Ditadura Militar (1961-1964) .....	38
2.1.6 Questão Agrária no Brasil: A Ditadura Militar, Estatuto da Terra e o Crédito Rural .....	41
2.1.7 Questão Agrária no Brasil: A Modernização Conservadora no Meio Rural Brasileiro .....	44
2.1.8 Questão Agrária no Brasil: O Período de Redemocratização e a Função Social da Terra.....	47
2.2 Relações de Trabalho nas Economias Dependentes.....	51
2.3 Considerações Finais do Capítulo .....	55
<b>3. QUESTÃO AGRÁRIA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO NORDESTE BRASILEIRO.....</b>	<b>57</b>
3.1 Caracterização da Região Nordeste.....	57
3.2 Economia e Estrutura Agrária do Nordeste Brasileiro .....	62
3.3 Origens e Desenvolvimento da Agricultura Camponesa no Nordeste .....	67
3.4 A Consolidação da Estrutura Agrária no Nordeste Brasileiro .....	74
3.5 A Centralização do Poder na era Vargas e os Impactos na Economia Nordestina.....	79
3.6 A Sudene e a Tentativa de Superar os Desequilíbrios Regionais.....	83
3.7 A Modernização Conservadora a Partir do Estado: A Consolidação da Irrigação no Vale do São Francisco.....	86
3.8 O Avanço do Agronegócio na Região Nordestina: O Desenvolvimento Contemporâneo da Modernização Conservadora .....	96
3.9 Considerações Finais do Capítulo .....	98

<b>4 AS RELAÇÕES DE TRABALHO E AS DINÂMICAS SOCIOECONOMICAS NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO RIDE PETROLINA/JUAZEIRO.....</b>	<b>100</b>
4.1 Caracterização da Região .....	101
4.2 Relação Trabalho e Capital na Fruticultura da Ride Petrolina/Juazeiro: Análise dos Setores de Uva e Manga .....	112
4.3 Condições de Vida e de Trabalho no SMSF.....	120
4.4 Considerações Finais do Capítulo .....	125
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>127</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>130</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil é marcada por uma persistente estrutura de concentração fundiária e exclusão social, que atravessa os períodos colonial, imperial e republicano, mantendo-se como um dos principais entraves ao desenvolvimento equitativo no país. Desde os primórdios da colonização portuguesa, o uso da terra esteve atrelado à lógica da acumulação e da subordinação do trabalho, consolidando uma base econômica assentada na monocultura, no latifúndio e na exploração da força de trabalho escravizada. Com o passar dos séculos, ainda que mudanças institucionais tenham ocorrido — como a promulgação da Lei de Terras de 1850 e a abolição da escravidão em 1888 —, essas transformações operaram no sentido de preservar os fundamentos da estrutura agrária brasileira, adaptando-se às novas formas de dominação impostas pelo capitalismo dependente e pelas elites agrárias nacionais.

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre não significou, portanto, uma ruptura com as formas de exploração, mas sim uma reconfiguração dessas relações em direção ao assalariamento precário e à informalidade. Ao longo do século XX, políticas de modernização agrícola, sobretudo durante a Ditadura Militar, deram continuidade a esse processo por meio da modernização conservadora<sup>1</sup>: um modelo que incorporou inovações tecnológicas e ampliou a produtividade, mas que, simultaneamente, aprofundou a concentração fundiária e precarizou as condições de trabalho no campo. A Revolução Verde, ao priorizar grandes proprietários e empresas do agronegócio, marginalizou pequenos produtores, expulsou camponeses e reforçou a lógica da produção voltada para o mercado externo, em detrimento das necessidades internas de soberania alimentar e justiça social.

A Constituição Federal de 1988, ao instituir a função social da terra, representou um avanço normativo importante. Contudo, na prática, a resistência das oligarquias rurais e a atuação da chamada bancada ruralista inviabilizaram reformas estruturais mais profundas. Nesse contexto, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST<sup>2</sup>) emergem como sujeitos históricos centrais na luta pela democratização do acesso à

---

<sup>1</sup> A modernização conservadora refere-se a um processo de transformação econômica e social no qual a burguesia emergente da revolução capitalista não teve forças suficientes para romper com as estruturas de poder rural já consolidadas, representadas pelos latifundiários (PIRES; RAMOS, 2009).

<sup>2</sup> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em 1984, em um contexto marcado pela redemocratização do Brasil e pela intensificação das lutas pela reforma agrária. Inicialmente, o MST concentrou suas críticas em áreas improdutivas ou subtraídas ilegalmente da União, destacando-se como uma das principais vozes em defesa da redistribuição de terras e da justiça social no campo. A partir de 2003, o movimento ampliou seu escopo de atuação, passando a tratar publicamente do "agronegócio", criticando-o por ser um modelo agrícola concentrador de riquezas, voltado para exportação em detrimento da demanda interna de alimentos, e promotor de desemprego no campo (NETO, 2018).

terra, enfrentando sistematicamente a violência institucional e midiática, além do cerceamento político.

Para compreender as dinâmicas das relações de trabalho e do desenvolvimento socioeconômico na região do Submédio do Vale do São Francisco (SMSF)— especialmente no polo de fruticultura irrigada da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) Petrolina /Juazeiro —, torna-se imprescindível situar historicamente a formação da questão agrária no Brasil e suas expressões particulares no Nordeste. É nesse contexto mais amplo que se inserem as transformações recentes associadas ao avanço do agronegócio na região, cuja análise exige uma leitura crítica da estrutura fundiária, das relações de produção e da inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho.

Apesar do expressivo crescimento econômico e da geração de empregos proporcionados pelos projetos de irrigação e pelo avanço do agronegócio, os indicadores sociais da região revelam uma realidade marcada por desigualdade, precarização e exclusão. A fruticultura irrigada, fortemente integrada ao mercado global, opera com base em relações de trabalho intensivas e sazonais, caracterizadas por baixos salários, alta rotatividade e ausência de garantias laborais. Pequenos produtores e camponeses, por sua vez, continuam marginalizados, enfrentando a escassez de recursos hídricos, a concentração de terras e as barreiras impostas pelo modelo de desenvolvimento adotado.

Neste sentido, esta dissertação tem como propósito analisar a estrutura fundiária no Brasil, compreendendo como a distribuição da terra influencia a dinâmica agrícola e as possibilidades de desenvolvimento rural; investigar a expansão do agronegócio e seu avanço sobre a região Nordeste, observando as contradições entre os ganhos econômicos e os impactos sociais e trabalhistas resultantes da lógica exportadora; e examinar as relações entre capital e trabalho no SMSF, com foco nas relações de trabalho, na distribuição de recursos no contexto da fruticultura irrigada voltada à exportação.

Com base nesse problema de pesquisa, a dissertação busca responder à seguinte pergunta central: “considerando a escassez de água e a questão agrária do sertão nordestino, a produção de frutas que utiliza a irrigação do Rio São Francisco em Juazeiro e Petrolina promove o desenvolvimento econômico e social sustentável para a região?” Para tanto, tem-se como objetivos específicos analisar a estrutura fundiária no Brasil, compreendendo como a distribuição da terra influencia a dinâmica agrícola e as possibilidades de desenvolvimento rural; investigar a expansão do agronegócio e seu avanço sobre a região Nordeste, observando

as contradições entre os ganhos econômicos e os impactos sociais, ambientais e trabalhistas resultantes da lógica exportadora; e examinar as relações entre capital e trabalho no SMSF, com ênfase na organização do trabalho, na distribuição de recursos e na geração — ou apropriação — de riqueza, especialmente no contexto da fruticultura irrigada voltada à exportação.

Para responder a esses objetivos, a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e quantitativa, com abordagem descritiva e analítica, cujo propósito é compreender a dinâmica das relações de trabalho na fruticultura irrigada voltada à exportação, especificamente nos setores de uva e manga, na Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina-Juazeiro (RIDE Petrolina/Juazeiro). A escolha dessa região justifica-se por sua centralidade no agronegócio frutícola do semiárido nordestino e por sua expressiva participação nas exportações brasileiras desses produtos.

Na vertente quantitativa, foi realizada uma análise estatística descritiva com base em dados secundários provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Produção Agrícola Municipal (PAM) e do ComexStat, abrangendo o período de 2006 a 2021. A escolha desse recorte temporal justifica-se, por um lado, por englobar um período de consolidação do polo de fruticultura irrigada, permitindo a análise de tendências de médio e longo prazo; por outro, pela maior disponibilidade e consistência dos dados nesse intervalo, o que viabilizou a coleta das informações necessárias à análise proposta. Esses dados possibilitaram observar a evolução do número de vínculos formais, da remuneração média, da produtividade e da área colhida nos segmentos de cultivo de uva e manga, principais produtos exportados da região.

Já a abordagem qualitativa teve como foco aprofundar a compreensão dos processos e contradições implicados na reorganização produtiva do setor. Para isso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com um líder comunitário da região, visando acessar a perspectiva de um agente social conhecedor da realidade local, capaz de relatar, a partir da experiência concreta, as transformações provocadas pela chamada modernização conservadora e seus impactos sobre os trabalhadores e trabalhadoras da região. As informações obtidas foram utilizadas como ilustração e complemento analítico às evidências empíricas e teóricas discutidas ao longo do trabalho.

Adicionalmente, a pesquisa ancora-se em uma perspectiva crítica e histórica, inspirada na tradição da economia política, especialmente nas contribuições de autores como Celso Furtado, Caio Prado Jr., Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, entre outros. Esses autores enfatizam a análise das estruturas sociais e das formas de inserção subordinada da economia brasileira no mercado internacional, bem como seus desdobramentos

na economia nordestina, em especial na região do semiárido. Essa abordagem parte da compreensão de que o desenvolvimento regional não constitui um processo homogêneo ou espontâneo, mas sim o resultado de projetos políticos e econômicos que reproduzem desigualdades e hierarquias entre classes sociais e territórios.

Por fim, destaca-se que, devido à escassez de dados sobre trabalhadores informais e agricultores familiares na região — muitos dos quais permanecem invisibilizados nas estatísticas oficiais —, a análise empírica concentrou-se nos empregados formais do setor. Ainda que não representem a totalidade da força de trabalho, esses trabalhadores oferecem uma base empírica consistente para a compreensão da lógica predominante das relações capital-trabalho na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco.

Além desta introdução, a estrutura da dissertação está organizada da seguinte forma: o Capítulo 2 realiza uma análise histórica da questão agrária no Brasil, destacando a formação da estrutura fundiária, a transição do trabalho escravo para o assalariamento e os impactos das políticas de modernização conservadora. O Capítulo 3 aprofunda a análise no contexto nordestino, com ênfase no semiárido, examinando como as especificidades regionais moldaram a dinâmica da modernização agrícola e suas implicações para os trabalhadores rurais. O Capítulo 4 concentra-se na RIDE Petrolina-Juazeiro, apresentando dados empíricos e indicadores socioeconômicos que evidenciam as contradições entre crescimento econômico e precarização social, além de aprofundar a análise sobre a relação entre capital e trabalho no interior desse processo. Por fim, o Capítulo 5 retoma as principais conclusões da pesquisa, apontando para a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento rural vigente, com vistas à construção de alternativas baseadas na justiça agrária, na soberania alimentar e na valorização do trabalho.

## **2 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE: O DESENVOLVIMENTO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA**

A estrutura fundiária do Brasil é um reflexo das profundas desigualdades sociais e econômicas que marcam sua história. Desde o período colonial, quando o sistema agrário foi moldado pela posse concentrada de terras, até o Brasil contemporâneo, observa-se a persistência de uma concentração fundiária que atravessa diferentes fases históricas e políticas, marcando o sistema de utilização e exploração da mão-de-obra.

O processo de formação da estrutura agrária brasileira iniciou-se no contexto da colonização, com a apropriação das terras e a utilização do trabalho escravo para a produção de riquezas voltadas à metrópole. A Lei de Terras, de 1850, que estabeleceu a posse da terra mediante aquisição monetária antecedeu a Abolição da Escravidão, em 1888, excluindo o contingente de ex-escravizados da compra de terra, que, por óbvio, não possuía renda acumulada pela tal. No Brasil Império (1822 – 1889), as grandes propriedades rurais continuaram a dominar a paisagem agrária, enquanto o trabalho escravo se consolidava como a base da produção. Já na República Velha (1889 – 1930), embora o trabalho livre e assalariado começasse a se expandir, as relações de poder no campo continuaram a ser marcadas pela exclusão, pela concentração de terras nas mãos de uma elite, e pela consequente exploração da mão de obra no campo.

A transição para a era Vargas e a crise do café (1930 -1945) representam momentos de mudanças significativas, mas também de reafirmação do poder dos grandes proprietários de terra, com a adoção de novas políticas econômicas que buscavam modernizar o campo, mas sem alterar substancialmente a estrutura de posse.

Durante a Ditadura Militar (1964–1985), o governo suprimiu qualquer tentativa significativa de reforma agrária, adotando medidas que reforçaram a concentração fundiária e atenderam aos interesses das oligarquias agrárias. Embora o Estatuto da Terra (1964) tenha sido promulgado sob a promessa de democratizar o acesso à terra, suas diretrizes nunca foram plenamente implementadas. Ao contrário, as políticas do regime priorizaram a modernização agrícola, com incentivos financeiros e tecnológicos voltados para grandes proprietários, intensificando a desigualdade no campo.

Essa modernização também resultou na expulsão de pequenos agricultores e na precarização do trabalho rural. Trabalhadores sem-terra foram submetidos a condições degradantes, caracterizadas por baixos salários, informalidade e, em muitos casos, exploração extrema, incluindo situações de trabalho análogo à escravidão.

Nas décadas seguintes, a consolidação do agronegócio, impulsionada pela abertura econômica, perpetuou essa lógica de exploração. A força de trabalho rural tornou-se cada vez mais temporária e vulnerável, enquanto a produção voltada para *commodities* aprofundou as desigualdades sociais e econômicas, consolidando a hegemonia dos grandes proprietários e marginalizando ainda mais os trabalhadores rurais e pequenos agricultores.

Além de examinar a evolução da estrutura fundiária e a dinâmica da posse da terra no Brasil, este capítulo também abordará as relações de trabalho nas economias dependentes. A precarização crescente do trabalho rural não pode ser dissociada da inserção subordinada do Brasil na economia global, onde a produção agroexportadora se alinha às necessidades do capitalismo internacional. Analisaremos como o capitalismo foi imposto de forma abrupta em países periféricos, sem uma base estruturante interna, resultando em formas de exploração da força de trabalho que perpetuam a dependência e a vulnerabilidade econômica.

Este capítulo tem como objetivo analisar a evolução do sistema produtivo agroexportador, destacando como as relações de posse da terra e de trabalho no campo foram transformadas (ou não) ao longo do tempo. A rigidez da estrutura fundiária, mantida e reforçada ao longo dos séculos, impediu uma distribuição mais equitativa da terra e perpetuou formas precárias de trabalho rural. Nesse sentido, a concentração fundiária e a exploração da força de trabalho, já presentes na economia açucareira nordestina, foram reconfiguradas no contexto do agronegócio contemporâneo, sem romper com os padrões históricos de dependência e desigualdade. No Capítulo 3, essa dinâmica será aprofundada a partir da análise da economia nordestina, considerando os impactos específicos desse processo na região.

## **2.1 Questão Agrária no Brasil: Período Colonial**

A chegada dos portugueses ao Brasil no século XVI resultou na imposição de um novo modelo social, econômico e político, que remodelou profundamente a organização do território. A criação das Capitânicas Hereditárias e a subsequente implantação do sistema de *plantation*<sup>3</sup>, com o cultivo da cana-de-açúcar, configuraram um modelo de colonização voltado para a produção de uma mercadoria, o açúcar, a partir do uso de mão de obra escravizada, em grandes

---

<sup>3</sup> *Plantation* refere-se a um modelo agrícola de grande escala, caracterizado pela monocultura voltada para a exportação e pela concentração de terras, que depende de trabalho intensivo, inicialmente escravizado e, posteriormente, assalariado. Esse sistema é sustentado por uma estrutura social desigual, onde o pequeno proprietário é excluído devido aos altos investimentos necessários (PRADO JÚNIOR, 2017).

extensões de terras. Este tópico busca analisar a formação e o desenvolvimento da economia colonial, com ênfase nas relações de propriedade da terra e no uso do trabalho escravizado.

Nos primeiros anos da colonização, a exploração no Brasil foi marcada pela extração do pau-brasil, realizada em volumes reduzidos de exportação e sem o desenvolvimento de infraestruturas para uma exploração intensiva (ANDRADE, 1976), o que resultava na ausência de uma base sólida para a ocupação efetiva do território brasileiro. Essa fase inicial refletiu as prioridades comerciais da época, com um comércio focado no Oriente e um interesse secundário pelas terras americanas, que eram vistas de forma mais periférica no comércio global (PRADO JR, 2017).

Com a transição da exploração do pau-brasil para outras formas de ocupação econômica, as pressões externas e a necessidade de assegurar a posse e o uso efetivo do território intensificaram-se. Esse cenário levou a Coroa Portuguesa a adotar medidas mais incisivas, como a criação das Capitânicas Hereditárias em 1534. Com a divisão territorial, a Coroa buscava promover uma ocupação organizada e estruturar um modelo de exploração que garantisse não apenas o controle do território, mas também a produção agrícola em larga escala, como o cultivo e a moagem da cana-de-açúcar, destinado a atender às demandas do mercado europeu. Dessa forma, a formação das Capitânicas Hereditárias, surge como o primeiro passo decisivo da Coroa Portuguesa para organizar a ocupação e a exploração das terras brasileiras. Segundo Santos e Pereira (2018), essa iniciativa foi marcada pela divisão da costa em quinze lotes, visando assegurar o povoamento e a exploração do território. Furtado (2005) destaca que essa decisão foi impulsionada por pressões políticas substanciais, dado o interesse crescente de outras nações europeias nas terras americanas.

No entanto, segundo Prado Jr. (2017), a Coroa Portuguesa enfrentava dificuldades internas para mobilizar recursos humanos e econômicos para a colonização. Enquanto se concentrava no lucrativo comércio com o Oriente, o Brasil permanecia uma terra pouco explorada, e o comércio de pau-brasil, que fora a principal atividade econômica, já começava a declinar. O deslocamento de colonos para uma vasta costa sem grandes atrativos imediatos representava um grande desafio. Para superar essa resistência, a Coroa decidiu conceder poderes aos donatários das Capitânicas Hereditárias, oferecendo-lhes benefícios como a arrecadação de impostos, distribuição de terras e autoridade administrativa. No entanto, a resposta foi tímida, com poucos candidatos dispostos a assumir o compromisso, muitos dos quais de pouca expressão social e econômica, evidenciando as dificuldades de estabelecer uma presença efetiva no território.

A vastidão das terras disponíveis e as condições climáticas favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar impuseram a necessidade de grandes propriedades, criando latifúndios como condição essencial para a viabilidade econômica da produção. Assim, a colonização no Brasil não apenas se ajustou às particularidades locais, mas também se orientou para atender às demandas do mercado europeu, alinhando-se às exigências desse mercado global (WANDERLEY, 1979).

O processo de colonização do Brasil foi impulsionado pelo conhecimento lusitano na produção açucareira e pela parceria com os holandeses, que dominavam as rotas europeias de distribuição e garantiam o financiamento necessário para a produção e refinação do açúcar (FURTADO, 2005). O desenvolvimento do cultivo da cana marcou a estruturação de um sistema econômico baseado na terra, no engenho e no trabalho escravizado (WANDERLEY, 1979). O escravo, além de ser a principal força de trabalho, era peça central na dinâmica produtiva, vinculado diretamente à terra e à produção açucareira. Como destaca Novais (2007), ao ser oriundo do comércio internacional, o escravizado cumpria o papel de acumulador de capital para o capitalismo central. Porém, a partir do final do século XVII, o ciclo do açúcar começou a entrar em declínio, com o fim do monopólio brasileiro, a partir da expulsão dos holandeses do Brasil e posterior migração para as Antilhas. A concorrência das colônias caribenhas, com solos mais férteis e melhor acesso a tecnologias de produção, começaram a dominar o mercado europeu. A exaustão dos solos no Nordeste brasileiro, aliada à queda dos preços internacionais do açúcar e à falta de investimentos em inovações agrícolas, agravou ainda mais a crise (FURTADO, 2005). Este cenário de desgaste e crise econômica foi o prenúncio de uma nova fase para a colônia portuguesa, marcada pela descoberta de grandes jazidas de ouro no interior do Brasil, um evento que, ao longo do século XVIII, transformaria profundamente a estrutura econômica e social do país.

A descoberta do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, deslocou a centralidade da economia colonial, que até então estava fortemente vinculada à produção açucareira, para uma nova dinâmica de exploração mineral. Assim, o ciclo do ouro se configurou como um marco na história econômica do Brasil, e a exploração mineral tomou o lugar da monocultura açucareira, estabelecendo as bases para uma reorganização da estrutura agrária e das relações de trabalho, agora com maior ênfase na mineração.

De acordo com Furtado (2005), no entanto, a transição para a economia mineral não foi apenas uma mudança setorial, mas um reflexo das profundas transformações políticas e econômicas que marcaram a segunda metade do século XVII. A aliança entre Portugal e

Inglaterra consolidou a semidependência econômica de Portugal em relação à potência inglesa, permitindo à colônia seguir uma trajetória de adaptação dentro do sistema global. A produção de ouro, que emergiu como a principal atividade econômica no Brasil durante o século XVIII, teve um impacto central não apenas na economia, mas também nas relações sociais e agrárias da colônia, provocando alterações significativas na estrutura de poder, no trabalho e na organização fundiária. A mineração levou à reconfiguração da estrutura fundiária, com a fragmentação das grandes propriedades açucareiras e a ascensão de novas formas de exploração da terra, adaptadas à atividade mineral. Esse novo cenário alterou as relações de poder, enfraquecendo a antiga elite agrária e promovendo a ascensão de uma classe mineradora luso-brasileira, que se consolidou como a nova elite dominante. No campo do trabalho, a mineração introduziu uma dinâmica distinta da agricultura, com maior mobilidade social para homens livres e escravizados, embora o trabalho escravo ainda fosse predominante, especialmente nas minas, onde a organização do trabalho passou a ser mais flexível em comparação com o sistema rígido das plantações de açúcar.

Por outro lado, Prado Jr. (2017) fornece uma visão mais detalhada sobre a mineração, destacando o impacto direto da atividade sobre a sociedade colonial. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, a mineração ofuscou a produção de açúcar e tornou-se a principal fonte de riqueza da colônia. A Coroa Portuguesa, ao regulamentar rigorosamente a atividade mineradora, implementou o sistema do “quinto”, imposto de 20% sobre a produção de ouro, além de outras regulamentações que buscavam controlar a exploração.

Esse controle sobre a mineração e a destinação das riquezas extraídas, no entanto, gerou tensões sociais, especialmente entre os mineradores, uma vez que a Coroa Portuguesa, ao impor o sistema de derrame<sup>4</sup>, cobrava de forma coercitiva os tributos devidos, forçando a população a arcar com as quotas estabelecidas. As divisões internas também ficaram evidentes na distinção entre as grandes lavras, que utilizavam trabalho escravo, e os falseadores (faiscadores), que operavam de forma isolada, com métodos rudimentares. A atividade mineradora, ao centralizar as riquezas e focar as atividades econômicas nas regiões auríferas, prejudicou outras atividades

---

<sup>4</sup> Derrame era um mecanismo de cobrança compulsória utilizado pela Coroa Portuguesa para garantir a arrecadação do quinto, imposto sobre a mineração. Quando a quantia mínima estipulada de 100 arrobas (cerca de 1.500 kg de ouro) não era atingida, a administração colonial impunha a cobrança forçada do valor restante sobre toda a população, independentemente de sua participação na atividade mineradora. Esse processo era conduzido sem regras claras, permitindo a criação de tributos arbitrários sobre comércio, trânsito e bens particulares. As derramas geravam forte tensão social, pois eram frequentemente acompanhadas de violência, prisões e apreensão de propriedades, instaurando um clima de terror entre os habitantes das regiões mineradoras. O descontentamento com essa prática foi um dos estopins da Inconfidência Mineira (1789), e a derrama foi abolida antes de sua última tentativa de aplicação, em 1788, devido à ameaça de levantes populares (PRADO JR, 2017).

essenciais, como a agricultura, gerando um cenário de desestruturação da economia colonial (PRADO JR, 2017).

A transição de uma economia agrária, centrada na produção de açúcar, para uma economia mineradora representou uma mudança significativa nas relações sociais e agrárias, mas ao mesmo tempo, manteve certas continuidades. A escassez de terras para a agricultura, exacerbada pela concentração fundiária nas mãos das elites mineradoras e pela crise do ciclo do açúcar, impediu a formação de um modelo sustentável de desenvolvimento agrícola. Embora a mineração tenha ganhado destaque como a principal atividade econômica, a estrutura fundiária concentrada e a dependência do trabalho escravo, já presentes durante o ciclo da cana-de-açúcar, foram mantidas. A mão de obra escravizada, anteriormente voltada para as plantações, passou a ser empregada nas minas, prolongando o ciclo de exploração sem promover a diversificação econômica ou a autonomia do Brasil colonial (PRADO JR, 2017).

Ainda de acordo com Prado Jr. (2017), a mineração fortaleceu a estrutura de dependência em relação a potências estrangeiras, como a Inglaterra, e consolidou as desigualdades no acesso à terra e à riqueza. A exploração dos recursos minerais não gerou as condições necessárias para a emancipação econômica do país, que continuou perpetuando a lógica de exploração e subordinação, refletindo as limitações da estrutura agrária e econômica do Brasil colonial.

O processo de exaustão das minas e a crise do ciclo do ouro resultaram em uma transformação econômica, que logo seria preenchida pelo ciclo do café, que se firmaria como o novo motor do desenvolvimento no Brasil. O café, ao se expandir no interior do país, revitalizou a dinâmica agrária, mantendo, no entanto, muitas das características do sistema anterior, como a concentração de terras e a exploração de trabalho escravo. Assim, a transição da mineração para o ciclo do café não significou a superação das desigualdades estruturais, mas uma adaptação das condições socioeconômicas à nova realidade (PRADO JR, 2017).

A trajetória do café no Brasil, desde sua introdução no século XVIII até sua consolidação como principal produto de exportação, está marcada por significativas mudanças econômicas e estruturais. Trazido inicialmente da Guiana Francesa, o cafeeiro não encontrou condições ideais nas regiões Norte e Nordeste, mas se adaptou ao solo do Rio de Janeiro, que se tornaria a capital do café brasileiro no início do século XIX. A partir de então, o cultivo do café se expandiu consideravelmente, especialmente no Vale do Paraíba, tornando-se responsável por uma parte importante da produção nacional até a década de 1860. Contudo, a

escassez de terras férteis, agravada pela erosão e exaustão do solo, impôs limites à expansão do cultivo, forçando deslocamentos para o Oeste Paulista (NAGAY, 1999).

Além disso, a transição do trabalho escravo para formas de trabalho livre, impulsionada pela abolição da escravatura, e as dificuldades econômicas do final do século XIX, marcaram a especialização da lavoura cafeeira, que passou a se concentrar na produção de café em detrimento de outros cultivos alimentares. Essa especialização trouxe consigo o aumento dos custos de mão-de-obra e a dependência de subsistência para a força de trabalho (NAGAY, 1999).

Entretanto, a expansão do café não ocorreu de maneira uniforme em todo o território. Nas regiões pioneiras, como o Oeste de São Paulo, o cultivo do café assumiu características específicas que o diferenciavam das práticas tradicionais do Nordeste. Apesar do café possibilitar um certo grau de parcelamento das propriedades, as grandes fazendas de café nas províncias do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba mantiveram em muitos aspectos os moldes da lavoura açucareira. Assim, o esperado parcelamento da terra e a redução dos latifúndios não se concretizaram de forma significativa, e, em diversos casos, as estruturas fundiárias continuaram a refletir as características do antigo sistema açucareiro (HOLANDA, 1995). As relações de trabalho, por sua vez, também passaram por transformações: embora o trabalho escravo tenha sido amplamente utilizado, o colonato ganhou relevância, especialmente nas áreas cafeeiras. Esse sistema, que proporcionava uma certa autonomia aos trabalhadores em troca da entrega de uma parte da produção, gerou uma configuração híbrida de relações de trabalho. O trabalho livre, especialmente nas minas, foi visto por Furtado (2005) como mais vantajoso que o trabalho escravo, pois permitia aos trabalhadores um acesso maior à renda, até mesmo aos próprios escravizados, que frequentemente conseguiam complementar seus rendimentos. No entanto, a especialização na mineração e a falta de conhecimento para a produção de manufaturas pelos portugueses migrantes impediram o desenvolvimento de um mercado interno robusto, fator que, se adequadamente explorado, poderia ter impulsionado a diversificação econômica e a criação de novas oportunidades no Brasil colonial.

Nesse contexto de persistente concentração fundiária e dificuldades para a implementação de um modelo agrícola mais sustentável, algumas iniciativas legislativas foram propostas para abordar a questão. Contudo, a formalização de critérios claros para a propriedade de terras só foi efetivamente alcançada com a promulgação da Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, popularmente conhecida como a Lei de Terras. Esta legislação introduziu novas normas que regulamentaram os direitos e responsabilidades dos proprietários, marcando um ponto

crucial na consolidação da estrutura fundiária brasileira. A análise do impacto dessa legislação e de como ela contribuiu para a continuidade da concentração fundiária e das desigualdades sociais será detalhada a seguir.

### **2.1.2 Questão Agrária No Brasil: A Lei De Terras de 1850 e a Consolidação da Estrutura Agrária no Período Imperial**

Na primeira metade do século XIX, o Brasil mantinha-se fortemente ligado a um sistema agrário, caracterizado pela monocultura de exportação e sustentado, em grande parte, pelo trabalho escravo. Enquanto a produção de café expandia-se nas regiões do Sudeste, consolidando-se como principal motor da economia brasileira, o Nordeste mantinha sua relevância com a produção açucareira, embora enfrentasse desafios como a concorrência internacional e as pressões para o fim do tráfico negreiro. Esses aspectos, assim como as dinâmicas específicas da economia nordestina e suas transformações no período, serão detalhados no capítulo seguinte, permitindo compreender como o Nordeste se inseria nesse cenário de mudanças econômicas e sociais.

Em 1850 foi promulgada a Lei de Terras, que alterou significativamente a regulação da posse de terras no Brasil. Essa legislação não apenas coincidiu com o fim do tráfico negreiro, mas também consolidou a terra como uma mercadoria, estabelecendo que o acesso à propriedade rural deveria ocorrer exclusivamente por meio da compra. Com isso, ocupações pré-existentes e usos comunitários foram desconsiderados, criando barreiras significativas para ex-escravizados, trabalhadores nativos e imigrantes que desejavam adquirir terras. A Lei de Terras refletiu não apenas um movimento mais amplo para modernizar as estruturas agrárias, mas também um movimento para garantir que as terras continuassem nas mãos da elite latifundiária. Essa lógica de exclusão e coerção, ao vincular a liberdade de trabalho à impossibilidade de acesso à terra, foi sintetizada por José de Souza Martins (2015) e permite compreender como essa estrutura se reflete na sociedade brasileira nos dias atuais.

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje (MARTINS, 2015, p.10).

A Lei de Terras permitiu, ainda, que as terras devolutas<sup>5</sup> fossem adquiridas somente por compra junto ao governo, o que excluiu a possibilidade de trabalhadores rurais e pequenos proprietários conseguirem terras por meio de ocupações tradicionais.

De acordo com Ribeiro (1986), essa legislação foi uma das maiores façanhas da elite dominante brasileira, pois, ao contrário da política norte-americana de *homestead*, que incentivava a posse e ocupação de terras para pequenos proprietários, a Lei de Terras brasileira foi “muito mais sábia”, ao garantir que a terra não se dispersasse. A elite brasileira consolidou seu monopólio sobre a propriedade fundiária, assegurando que a população trabalhadora permanecesse dependente, sem alternativas para se tornar proprietária de terras, tendo como única possibilidade de sustento a continuidade do trabalho nas grandes propriedades.

Enquanto nos Estados Unidos a política de terras fomentou a formação de uma vasta classe de pequenos e médios proprietários, no Brasil, a legislação fundiária desempenhou um papel crucial na manutenção de uma estrutura agrária concentrada. Essa estrutura fundiária desigual foi ainda reforçada pela necessidade da elite de garantir grandes extensões para a produção cafeeira destinada à exportação. Além disso, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado não só preservou os interesses da classe dominante, mas também dificultou a democratização da propriedade.

Com o fim do investimento na compra de escravos, houve uma mudança no direcionamento dos recursos para setores estratégicos da economia, como bancos, ferrovias, portos e urbanização. Esse processo foi impulsionado pela necessidade de modernizar a infraestrutura do país para sustentar o modelo cafeeiro, que se consolidava como principal motor da economia (PODELESKI, 2009).

Sendo assim, podemos concluir que a Lei de Terras de 1850 teve um impacto substancial na estrutura agrária do Brasil. Essa legislação não apenas perpetuou a desigualdade social e econômica, mas também limitou as oportunidades de mobilidade, concentrando o poder econômico. O legado da Lei de Terras ainda se reflete em desafios contemporâneos, como a reforma agrária e a justiça social, demonstrando a continuidade das estruturas fundiárias e das relações de trabalho estabelecidas no século XIX. Assim, a Lei de Terras moldou profundamente o panorama agrário da época e deixou uma marca duradoura nas dinâmicas sociais e econômicas do Brasil.

---

<sup>5</sup> Terras devolutas são aquelas pertencentes ao poder público, mas que não estão destinadas a um uso específico (como federal, estadual ou municipal) e não foram transferidas para o domínio privado. Seu conceito foi consolidado pela Lei de Terras de 1850 e posteriormente reafirmado pelo Decreto-lei Nº 9.760/1946, que define como devolutas as terras que, além de não terem uso público, não foram legalmente alienadas, concedidas ou reconhecidas como propriedade privada (Decreto-lei Nº 9.760, 1946)

Com a abolição da escravidão e a crescente demanda por mão de obra livre, a transição para o trabalho assalariado trouxe novos contornos às questões agrárias. No entanto, resta analisar em que medida essa mudança alterou ou manteve as estruturas e o controle sobre a terra, agora em um contexto republicano.

### **2.1.3 Questão Agrária no Brasil: República Velha (A Transição do Trabalho Escravo para o Assalariado)**

A introdução do trabalho assalariado modificou as relações sociais do capital no mundo, estabelecendo conexões entre diferentes formas de trabalho. No caso brasileiro, a imigração para a agricultura paulista exemplifica a criação de uma força de trabalho livre em um contexto de expansão agrícola e escassez de mão de obra. Contudo, essa transição foi marcada pelas heranças da escravidão, que moldaram as relações sociais e econômicas. O binômio homem/coisa, legado de mais de três séculos de escravidão, permeava as interações entre latifundiários, trabalhadores livres e imigrantes, evidenciando a persistência das estruturas escravistas na sociedade (FALEIROS, 2000/2001).

Em São Paulo, onde a expansão cafeeira era mais intensa, o problema da mão de obra era particularmente agudo, levando os fazendeiros a buscar a solução na imigração. Importar trabalhadores estrangeiros oferecia uma alternativa viável, pois esses imigrantes eram contratados sob sistemas de parceria. Esse novo tipo de contrato financiava a imigração, desde o transporte do país de origem até a fazenda, bem como os custos iniciais de subsistência e ferramentas. Esses investimentos eram reembolsados pelos imigrantes com os ganhos das colheitas, por meio de contratos formais que registravam dívidas e compromissos. Embora livres, os imigrantes assumiam dívidas significativas e viviam em condições que, embora distintas da escravidão, reproduziam desigualdades estruturais (FALEIROS, 2000/2001).

O trabalho livre gerado pela crise da escravidão negra estabelecia uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. Embora o trabalhador livre que veio substituir o escravo permanecesse divorciado dos meios de produção, existia uma diferença crucial entre eles: enquanto o escravo não podia decidir sobre sua força de trabalho e estava preso à sua condição, o trabalhador livre tinha uma maior autonomia em relação à sua força de trabalho. Em outras palavras, o trabalhador livre poderia escolher não trabalhar ou buscar melhores condições, embora, na prática, essa escolha estivesse limitada. Assim, a sujeição do trabalhador livre ao capital do proprietário da terra se tornava mais explícita, permitindo uma adaptação necessária para preservar a economia baseada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para

os mercados metropolitanos, mantendo a estrutura de grande propriedade fundiária (MARTINS, 2010).

O processo de transição para o trabalho assalariado no Brasil foi cuidadosamente orquestrado pelas elites agrárias para garantir que as mudanças na estrutura de trabalho ocorressem com o menor custo possível para as oligarquias, principalmente aquelas ligadas à produção cafeeira. A Lei de Terras de 1850 desempenhou um papel crucial nesse contexto, ao restringir o acesso à propriedade para a vasta população de trabalhadores livres, impossibilitando que eles se tornassem independentes por meio da posse da terra. Esse bloqueio de acesso à terra, combinado com a gradual abolição da escravidão e o incentivo à imigração, garantiu que as oligarquias mantivessem o controle sobre a força de trabalho (BRITO, 2004).

Embora o trabalho livre fosse apresentado como um marco de modernização, ele não significou acesso efetivo ao emprego assalariado para a maioria dos ex-escravizados. Como destacado por Lima (2005), a chamada “liberdade de trabalho” não implicava necessariamente o direito ou a garantia de trabalho. Na prática, os libertos foram lançados em uma condição de precariedade estrutural, enfrentando restrições severas à sua inserção no mercado de trabalho formal. O autor mostra que, longe de serem plenamente incorporados ao regime assalariado, muitos ex-escravizados foram convertidos em uma “sobra perfeitamente dispensável”, enquanto se consolidava um projeto de substituição da mão de obra negra por trabalhadores imigrantes.

À medida que o Brasil caminhava para a consolidação do trabalho livre, novas questões surgiram sobre como reorganizar o sistema produtivo sem o suporte da mão de obra escrava. A economia brasileira, ainda altamente dependente da agricultura de exportação, especialmente o café, precisava se adaptar rapidamente. A libertação dos escravizados com a Lei Áurea em 1888 representou uma mudança jurídica, mas as condições estruturais de produção e a distribuição de renda permaneceram inalteradas. Segundo Furtado (2005, p. 143), “praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda”, evidenciando que a abolição foi mais uma questão de rearranjo político do que de reestruturação econômica.

Furtado (2005) argumenta que a abolição da escravidão foi percebida como uma “hecatombe social”, devido à estabilidade estrutural do sistema escravista e à profunda integração da escravidão na base do sistema de vida brasileiro. Mesmo figuras antiescravistas, como Mauá, temiam as consequências dessa mudança inevitável. A ideia predominante de que o escravo representava uma “riqueza” alimentava a crença de que a abolição geraria

empobrecimento para os setores responsáveis pela criação de riqueza no país. Projeções alarmistas estimavam vultuosas perdas financeiras para os proprietários com o fim da escravidão. Por outro lado, alguns acreditavam que a abolição poderia liberar capitais, permitindo que empresários direcionassem recursos antes imobilizados na compra e comercialização de escravos para outros investimentos.

No entanto, de acordo com Furtado (2005), a abolição da escravatura não gera, por si só, criação ou destruição de riqueza, mas sim uma redistribuição da propriedade dentro da sociedade. A complexidade desse processo surge do fato de que, ao passar de propriedade do senhor para o indivíduo, a força de trabalho deixa de ser um ativo contábil e se torna uma virtualidade<sup>6</sup>. A estrutura fundiária, com a concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, permaneceu inalterada. Isso fez com que, embora o trabalho escravo tivesse sido abolido, a organização da produção e o aproveitamento da força de trabalho continuassem dependentes da estrutura fundiária concentrada, o que exigiria mudanças mais profundas para integrar efetivamente os ex-escravizados ao novo modelo econômico. Mais adiante, veremos como essas condições da transição do trabalho escravo para o assalariado no Brasil indicam elementos que podem configurar um processo de superexploração<sup>7</sup> da mão de obra, um processo de extração de mais-valia<sup>8</sup> que caracteriza o processo de exploração das economias dependentes, marcada fortemente pela opressão de raça.

A abolição ocorreu em um contexto diferente na região nordestina. Furtado (2005) observa que, à época da abolição, as terras mais propícias à agricultura já estavam praticamente ocupadas, limitando severamente as opções dos escravos recém-libertados. Aqueles que

---

<sup>6</sup> A expressão "virtualidade", usada por Furtado, refere-se à transformação da força de trabalho dos ex-escravizados após a abolição da escravatura. Antes da abolição, o escravo era considerado um bem concreto, um ativo tangível que era controlado pelos proprietários. Com a liberdade, a força de trabalho deixa de ser um "ativo" físico e se torna uma "potencialidade", ou seja, uma capacidade de trabalho que só pode ser concretizada em condições específicas, dependendo das oportunidades de inserção no mercado de trabalho e da organização da produção. Em outras palavras, a força de trabalho dos ex-escravizados passa a ser uma possibilidade que precisa ser mobilizada e estruturada para ser efetivamente utilizada na economia.

<sup>7</sup> A superexploração é um modo de extração de mais-valia caracterizado pela intensificação do trabalho, prolongamento da jornada e redução do consumo mínimo necessário para o trabalhador. Esses mecanismos aumentam a exploração sem elevar a capacidade produtiva do operário, levando à sua exaustão prematura e à remuneração abaixo do valor do seu trabalho. É uma forma de maximização do lucro, frequentemente observada em setores agrícolas e extrativos da América Latina, onde a produção é baseada no uso intensivo da força de trabalho (MARINI, 1990).

<sup>8</sup> A mais-valia é um conceito central na teoria marxista e refere-se ao excedente de valor gerado pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista. Segundo Loyola (2009), no capitalismo, os trabalhadores não são donos dos meios de produção e, por isso, não podem vender diretamente os bens que produzem. Em vez disso, vendem sua força de trabalho em troca de um salário, que corresponde apenas a uma parte do valor que geram. A diferença entre o valor total produzido e o salário pago constitui a mais-valia, base da acumulação capitalista.

deixaram os engenhos enfrentaram grandes dificuldades para se estabelecer, especialmente devido à pressão demográfica nas áreas urbanas e à expansão da economia de subsistência no interior. A mobilidade ficou restrita à própria região açucareira, com deslocamentos limitados de um engenho para outro. Nesse contexto, muitos acabaram voltando para o trabalho nas plantações, desta vez sob um regime assalariado, porém com salários de subsistência. Furtado (2005) destaca que, apesar da mudança formal nas relações de trabalho, é improvável que as condições materiais de vida dos ex-escravizados tenham se modificado substancialmente, sugerindo que a abolição não provocou uma redistribuição de renda significativa na região, tampouco houve qualquer alteração na estrutura fundiária.

Prado Jr. (2017) nos leva a refletir que a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado na República Velha, embora marcasse uma mudança nas relações laborais, não trouxe consigo um progresso qualitativo nas práticas agrícolas. Segundo esse importante autor da história econômica do Brasil, a cultura cafeeira no país, apesar do crescimento quantitativo, permaneceu atrelada a processos rudimentares de cultivo, com melhorias restritas ao preparo e ao beneficiamento dos grãos.

Em São Paulo, a lavoura cafeeira adotou um sistema de trabalho que combinava um salário fixo anual com uma parcela variável baseada na colheita, além de conceder aos trabalhadores o direito de utilizar pequenas áreas de terra para cultivo próprio. Esse modelo, conhecido como sistema de colonato, coexistia com um número menor de trabalhadores assalariados, chamados de jornaleiros, que recebiam pagamento diário. Contudo, o proprietário oferecia apenas moradia, sem fornecer ferramentas de trabalho, que se limitavam a instrumentos simples como a enxada, refletindo a natureza manual e rudimentar da colheita do café (PRADO JR, 2017)

Em síntese, a transição do trabalho escravo para o assalariado na República Velha, embora tenha representado uma mudança formal nas relações de trabalho, não provocou uma reestruturação significativa nas relações de trabalho ou na distribuição de renda. Isso se deve ao fato de que as relações de trabalho, em grande medida, continuaram a ser determinadas pela estrutura do sistema produtivo vigente, que manteve as desigualdades sociais e as condições precárias para os trabalhadores, especialmente para os ex-escravizados. A economia brasileira, fortemente dependente do setor agrícola, voltada fundamentalmente para a exportação, adaptou-se para incorporar o trabalho livre sem romper com as estruturas fundiárias tradicionais, perpetuando as desigualdades sociais e econômicas que marcavam o período, em um sistema que seguiu servindo a acumulação de capital dos países do centro do capitalismo.

#### **2.1.4 Questão Agrária no Brasil: A Crise da Economia Cafeeira e a Era Vargas**

No final do século XIX, o Brasil experimentou um cenário favorável à expansão da cultura cafeeira, impulsionado por diversos fatores que convergiram para alavancar a produção. Enquanto os países concorrentes, especialmente nas regiões asiáticas, enfrentavam dificuldades que reduziram significativamente a oferta internacional de café, a descentralização política trazida pela República permitiu que os estados assumissem maior controle sobre a política de imigração. Diante desse panorama, o governo de São Paulo, sob a liderança da elite cafeeira, adotou uma abordagem mais ativa na captação de imigrantes, ampliando a oferta de mão de obra nas fazendas. O aumento do crédito facilitou o financiamento para a abertura de novas terras, fortalecendo a expansão da lavoura. Já a dinâmica cambial variava conforme as oscilações dos preços do café no mercado internacional: em momentos de queda nos preços, a depreciação do câmbio atenuava as perdas dos exportadores ao elevar os preços em moeda nacional; por outro lado, quando os preços subiam, o câmbio se apreciava, refletindo o maior ingresso de divisas no país (FURTADO, 2005).

No entanto, essa expansão, apesar de trazer riqueza e progresso, foi acompanhada por problemas expressivos, especialmente após o início da República, quando a superprodução se tornou uma constante, o que era ainda mais preocupante em um produto sabidamente de demanda inelástica. Esse excesso de oferta, resultado das grandes plantações dos primeiros anos republicanos, começou a afetar o setor em 1896, com a produção do cafeeiro alcançando seu pico de maturação após quatro a cinco anos. A superprodução gerou uma queda nos preços e o acúmulo de estoques invendáveis. Embora a desvalorização da moeda tenha inicialmente mascarado os efeitos da crise, a estabilização monetária em 1898 expôs plenamente o impacto da depreciação, resultando em uma redução de mais de 50% no preço do café até 1905. Nesse ano, os estoques acumulados já somavam 11 milhões de sacas, equivalentes a 70% do consumo mundial anual. Em São Paulo, onde o número de cafeeiros havia duplicado na década de 1890, medidas como a restrição de novas plantações e a implementação de impostos foram adotadas para conter o problema, mas o desequilíbrio crônico entre a produção e o consumo mundial persistiu (PRADO JR, 2017).

Essa conjuntura levou à assinatura do Convênio de Taubaté em 1906, a primeira política de valorização dos preços internacionais do café implementada no Brasil. O Convênio foi firmado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e previa a criação da Caixa de Conversão, um mecanismo para fixar a taxa nominal de câmbio. Além

disso, foram estabelecidas medidas de financiamento, como a compra dos estoques excedentes de café, com recursos obtidos por empréstimos estrangeiros. Essa política buscava enfrentar a crise de superprodução e recuperar os preços no mercado internacional, que haviam sido prejudicados pela expansão desordenada das plantações e pela queda da demanda global. A valorização da taxa de câmbio entre 1898 e 1906, resultado de condições macroeconômicas impostas pelo então Ministro Joaquim Murinho, também contribuiu para a implementação do Convênio. Embora bem-sucedido no curto prazo, o Convênio representou uma solução que reforçou a dependência econômica brasileira em relação ao financiamento externo e ao mercado mundial (RIBEIRO, 2011).

No entanto, a crise no setor cafeeiro mostrou-se persistente nas décadas seguintes, agravando-se especialmente a partir de 1929 e persistindo ao longo dos anos de 1930, quando o aumento da produção continuou a exceder a capacidade de absorção do mercado global. Mesmo com os esforços do Convênio de Taubaté, os preços do café no mercado internacional caíram drasticamente, colocando os produtores em uma situação cada vez mais precária. De acordo com Martins (2010), os cafeicultores se viram em um dilema: abandonar a colheita para evitar gastos adicionais ou buscar apoio financeiro para colher e estocar um produto que não tinha perspectiva de ser comercializado em curto prazo. Esse último caminho se mostrava inviável, uma vez que as projeções indicavam que levaria pelo menos uma década para que o mercado de café se recuperasse e retornasse a níveis normais de demanda. Esse contexto não só evidenciou as limitações do setor cafeeiro, como também forçou o governo e a elite agrária a reconsiderarem suas estratégias econômicas, contribuindo para as políticas de intervenção estatal que viriam a ser implementadas na Era Vargas.

Diante do dilema enfrentado pelos cafeicultores, a resposta do governo foi a adoção de políticas voltadas para a proteção do setor, como a retenção e destruição de parte da produção cafeeira. Conforme Furtado (2005), ao garantir preços mínimos de compra que fossem remuneradores para a maioria dos produtores, o governo buscava não apenas proteger os interesses dos cafeicultores, mas também evitar uma contração significativa na renda do setor exportador. A necessidade da entrega física do café colhido também ajudou a manter renda e o nível de emprego na economia, minimizando o impacto do desemprego nos setores ligados ao mercado interno.

Com a ascensão de Vargas ao poder, iniciou-se um processo de centralização da política agrícola no Brasil, focado na proteção e coordenação dos interesses agrários regionais e setoriais. Nesse contexto, o setor agrícola, especialmente aquele voltado para as grandes

propriedades exportadoras, ganhou um papel central na organização do mercado interno. A partir de então, o governo implementou medidas econômicas diretas, como o controle de preços e a criação de autarquias econômicas, que visavam atender de forma particularizada aos interesses de setores chave como o café, o açúcar e a borracha. Essas autarquias, ao protegerem as produções vinculadas à grande propriedade exportadora, buscavam estabilizar os preços e garantir o controle da produção para atender às demandas internacionais, em detrimento de uma abordagem mais ampla de defesa de toda a agricultura nacional (SILVA, 2023).

O controle das políticas de financiamento e produção agrícola, anteriormente dominado pelas oligarquias agrárias, foi transferido para a esfera federal com a criação de vários órgãos, como o Departamento Nacional do Café (DNC), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Instituto Nacional do Mate (INM) e o Instituto Nacional do Pinho (INP). Esse modelo autárquico facilitou a centralização da administração agrícola, ao mesmo tempo em que incorporou os interesses das elites agrárias ao novo sistema. Esses institutos passaram a regular aspectos como a produção, a qualidade dos produtos e a exportação, autorizando ou proibindo essas atividades. Assim, as elites agrárias foram integradas ao processo de modernização, obtendo financiamento e assistência técnica, mas perdendo o controle direto sobre as políticas de produção (BERCOVICI, 2020).

A Era Vargas também foi marcada pelo início da organização sindical dos trabalhadores rurais. No início de 1931, o novo ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, promoveu a filosofia sindicalista do governo ao anunciar a necessidade de organizar o campo socialmente. Collor destacou a importância da criação de sindicatos de trabalhadores agrários, uma vez que eles eram praticamente inexistentes. Em reuniões com fazendeiros, explicou que a sindicalização ajudaria a definir a política agrícola do Brasil. Em março de 1931 Getúlio Vargas emitiu o Decreto 19.770, que estabeleceu que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sob a liderança de Collor, passava a regular as condições de trabalho nos setores agrícola, comercial e industrial. O decreto determinou o registro das associações de empregadores e empregados em níveis local, estadual e nacional como órgãos consultivos e técnicos do governo. Além disso, limitou a participação de trabalhadores estrangeiros, implementou controles sobre a liberdade ideológica e associativa, e apoiou os sindicatos para fornecer proteção, treinamento e assistência social aos trabalhadores urbanos e rurais, assegurando condições de trabalho seguras, salários justos e igualdade de remuneração para ambos os sexos (WELCH, 2016). Há, portanto, uma tutela do Estado sobre o movimento sindical.

Em suma, a crise do setor cafeeiro no final do século XIX e início do XX evidenciou as fragilidades do modelo agrícola brasileiro, caracterizado pela superprodução e pela oscilação nos preços do café. Embora o Acordo de Taubaté, em 1906, tenha promovido momentos de alta e tentativas de sustentação do preço, a instabilidade persistiu e culminou com a crise de 1929, aprofundando os efeitos da superprodução. As políticas de intervenção do governo, como a destruição de estoques e o controle da oferta, buscaram estabilizar os preços e mitigar os efeitos da crise, mas revelaram os limites da dependência de um único produto de exportação. A ascensão de Vargas ao poder acelerou o processo de centralização das políticas agrícolas, com a criação de autarquias econômicas que regularam a produção e o financiamento do setor. No entanto, a relação entre o Estado, as elites agrárias e os trabalhadores rurais passou por uma reconfiguração, sem que, entretanto, houvesse uma transformação substancial na concentração de terras e no modelo fundiário do país, que continuou a ser dominado pelas grandes propriedades. A tentativa de mudança na estrutura fundiária, por meio de uma reforma agrária efetiva, só viria a ser concretizada, de fato, com o governo de João Goulart, na década de 1960.

### **2.1.5 Questão Agrária no Brasil: Do Governo João Goulart à Ditadura Militar (1961-1964)**

A posse de João Goulart em 1961, em meio a uma crise política e institucional após a renúncia de Jânio Quadros, desencadeou um intenso debate sobre os recursos legais para a reforma agrária. Esse período de instabilidade política foi marcado por decisões significativas do governo, incluindo a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 2 de março de 1963), sancionado por Goulart. Essa lei estendeu aos trabalhadores rurais direitos trabalhistas e sindicais que, até então, eram exclusivos das áreas urbanas, como carteira de trabalho, contrato individual, jornada de trabalho definida, organização sindical, salário mínimo, férias e repouso semanal remunerados, licenças, condições adequadas de saúde, higiene e habitação no local de trabalho, e auxílio-maternidade (NORDER, 2014).

Além dessas transformações legais, o governo Goulart também fomentou significativos avanços na organização sindical rural. Esse período viu a criação de centenas de novos sindicatos e federações estaduais, culminando na fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em janeiro de 1964. A maior articulação dos trabalhadores rurais possibilitou o fortalecimento de reivindicações por direitos sociais e econômicos. Nesse contexto, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social,

liderado por Celso Furtado, então Ministro do Planejamento, ganhou destaque ao propor as chamadas "reformas de base", com ênfase na reforma agrária. Essas iniciativas ampliaram o debate sobre a necessidade de mudanças estruturais no campo, intensificando as tensões sociais e políticas no Brasil (CARVALHO, 2011).

As mudanças trazidas por essas iniciativas resultaram em uma transformação significativa nas relações entre proprietários e trabalhadores rurais, substituindo as tradicionais relações informais por condições regulamentadas por lei. A nova legislação trabalhista restringiu as relações de trabalho precárias e impôs aos latifúndios ineficientes a necessidade de modernização, exigindo investimentos e o cumprimento das normas legais. Paralelamente, o governo federal promoveu uma ampla reformulação institucional para viabilizar a reforma agrária. Para isso, em 1962, foi criada a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), encarregada de planejar e executar as desapropriações permitidas pela legislação vigente (NORDER, 2014).

Contudo, do ponto de vista de correntes mais à esquerda do pensamento econômico brasileiro — especialmente ligadas ao marxismo latino-americano e à Teoria da Dependência — essas reformas foram consideradas limitadas diante da estrutura agrária historicamente excludente. Autores como Ruy Mauro Marini (2012), em sua crítica à obra *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior, argumentavam que a simples redistribuição fundiária ou a modernização da agricultura não seriam suficientes. Era necessário romper com o padrão de acumulação capitalista dependente, superando a dominação das elites agrárias associadas ao capital internacional.

O contexto de efervescência política e econômica dos anos 1960 intensificou os debates sobre a questão agrária, envolvendo diversos atores sociais e intelectuais. No Partido Comunista Brasileiro (PCB), as divisões internas sobre a questão agrária se manifestaram principalmente através das abordagens de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior. Guimarães defendia uma reforma agrária moderada, dentro dos limites do sistema capitalista, focando na modernização da agricultura sem desafiar a ordem econômica. Já Caio Prado Júnior criticava essa abordagem, argumentando que a simples redistribuição de terras não resolveria as desigualdades históricas no campo. Para Prado Jr (2017) era necessária uma transformação mais profunda das relações agrárias e do próprio modelo de desenvolvimento, alinhada a uma mudança estrutural no sistema econômico do Brasil (CARVALHO, 2011). Ele rejeitava a ideia de que o Brasil possuía uma estrutura feudal no campo, defendendo que as relações agrárias eram essencialmente capitalistas, embora marcadas por heranças escravistas. Segundo Ruy

Mauro Marini (2012), ao propor um projeto de transformação nacional que integrasse reforma agrária e planejamento econômico, Caio Prado rompeu com a ortodoxia do PCB, ainda que sem formular uma estratégia revolucionária de ruptura com o capitalismo.

Rangel (2005) chamou atenção para o papel da industrialização no agravamento das desigualdades rurais, apontando que sua aceleração no início dos anos 1960 resultou em uma crise agrária devido à ausência de uma reforma precedente. Essa crise gerou um contingente significativo de trabalhadores rurais precarizados, conhecidos como boias-frias, que migraram para os centros urbanos em busca de subemprego na economia informal. Ele argumentava ainda que a solução desse descompasso estaria necessariamente na reforma agrária, defendendo a recomposição da economia natural<sup>9</sup> como um elemento central. Segundo ele, o caráter sazonal da agricultura possibilitaria a produção para o autoconsumo, oferecendo uma alternativa viável ao subemprego urbano.

Essas discussões encontraram eco nas ações do governo João Goulart, cujo mandato foi marcado por medidas para enfrentar a questão agrária. Em 13 de março de 1964, durante um comício histórico, Goulart assinou o decreto 53.700, que declarava de interesse social, para fins de reforma agrária, todas as grandes propriedades rurais situadas num raio de dez quilômetros ao longo de rodovias, ferrovias e obras públicas, como açudes e projetos de irrigação. Essa medida excluía propriedades menores de 500 hectares, áreas urbanas e suburbanas e aquelas que apresentavam exploração eficiente (GOMES DA SILVA, 1971 apud NORDER, 2014). O decreto representou o ápice das iniciativas de reforma, mas também ampliou as divisões políticas e sociais que já se intensificavam no período.

Dois dias após a assinatura do decreto, Goulart enviou ao Congresso Nacional uma proposta com medidas adicionais, incluindo um anteprojeto de lei que buscava eliminar as indenizações prévias e substituir os pagamentos em dinheiro por títulos da dívida pública. Essas ações colocaram a reforma agrária no centro do debate político nacional, aprofundando a polarização entre diferentes setores da sociedade. Em resposta, movimentos de oposição rapidamente se organizaram: em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade mobilizou trezentas mil pessoas, entre elas figuras de destaque como o presidente do Senado e

---

<sup>9</sup> A expressão "economia natural", no contexto de Rangel (2005), refere-se a um modelo de organização econômica baseado na produção para o autoconsumo e na complementaridade entre atividades agrícolas e não agrícolas. Esse conceito sugere a recomposição de formas de produção mais equilibradas e sustentáveis, em contraposição à agricultura capitalista, voltada para a monocultura e a exportação. Rangel via na reforma agrária a possibilidade de restaurar essas práticas tradicionais de policultura, que permitiriam uma melhor distribuição de terras e recursos, além de contribuir para a redução das desigualdades rurais, ao criar condições mais dignas para os trabalhadores do campo.

o governador do Estado da Guanabara. O crescente clima de tensão culminaria, em 31 de março, na intervenção militar, que encerrou abruptamente as reformas e marcou o início de um novo regime político. Poucos dias depois, em 2 de abril, a Marcha da Vitória reuniu cerca de um milhão de pessoas no Rio de Janeiro, celebrando a consolidação do golpe militar (NORDER, 2014).

### **2.1.6 Questão Agrária no Brasil: A Ditadura Militar, Estatuto da Terra e o Crédito Rural**

Nos primeiros meses após o golpe militar, o regime implementou diversas alterações na legislação sobre reforma agrária, juntamente com um conjunto de medidas repressivas. Uma dessas mudanças foi a Emenda Constitucional n. 10, de 10 de novembro de 1964, que estabeleceu o pagamento de indenizações em títulos especiais da dívida pública, exceto para as benfeitorias, que seriam pagas em dinheiro. Essas e outras modificações foram incorporadas no Estatuto da Terra, Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, e posteriormente ratificadas pela Constituição de 1967 (NORDER, 2014).

O Estatuto da Terra estipulava que um módulo rural era a área necessária para sustentar uma família em uma região específica. O módulo rural é uma medida de dimensão variável, que considera a localização e as condições socioeconômicas de uso do imóvel. Propriedades com até 600 módulos, que seguissem as normas trabalhistas e ambientais e produzissem de forma eficiente, eram classificadas como empresas rurais. Em contraste, grandes propriedades com mais de 600 módulos ou que apresentassem irregularidades eram consideradas latifúndios – seja por dimensão ou por exploração – e estavam sujeitas a desapropriação para reforma agrária. Agricultores com áreas menores que um módulo eram classificados como minifundiários e identificados como potenciais beneficiários da reforma, juntamente com aqueles sem acesso à terra (NORDER, 2014).

Contudo, o regime militar, ao invés de realizar as desapropriações previstas, focou na modernização rápida da agricultura nas grandes propriedades. Para isso, implementou políticas agrícolas como crédito subsidiado (veremos ainda neste tópico com mais detalhes), seguros estatais, pesquisa tecnológica, assistência técnica, políticas de preços mínimos e obras de infraestrutura. Esse suporte estatal, em vez de reforçar os objetivos redistributivos previstos no Estatuto da Terra, contribuiu para a modernização dos latifúndios, transformando-os em empresas rurais (NORDER, 2014). Embora o Estatuto da Terra se apresentasse como uma iniciativa de redistribuição fundiária, na prática, ele pareceu servir mais para acalmar o clamor

dos camponeses por mudança, enquanto o regime militar direcionava seu apoio à modernização das grandes propriedades. Dessa forma, o Estado reafirmava seu compromisso com os interesses do capital agrícola e dos grandes proprietários, reforçando a concentração fundiária sob a lógica empresarial.

Esse descompasso entre o discurso de reforma agrária e a prática governamental se evidenciou na ausência de desapropriações efetivas e no abandono da assistência prometida aos pequenos produtores. As intenções declaradas do Estatuto da Terra, que incluíam o desenvolvimento da pequena propriedade e a promoção do cooperativismo, foram progressivamente ignoradas. Em vez disso, o regime militar priorizou o fortalecimento das grandes propriedades por meio de créditos e incentivos, enquanto as campanhas de cadastro de terras realizadas entre 1967 e 1976, que identificaram áreas de concentração de latifúndios, não resultaram em mudanças significativas. Ao mesmo tempo, a força de trabalho rural aumentava sem que houvesse uma correspondente distribuição de lotes de terra, aprofundando o desequilíbrio social. Sob o argumento de promover eficiência e produtividade, as grandes empresas agrícolas foram privilegiadas, substituindo mão de obra por insumos de capital e agravando as desigualdades (ANDRADE, 1979).

A postura autoritária do regime militar restringiu severamente a atuação dos movimentos sociais em prol da reforma agrária, como as Ligas Camponesas, que surgiram no final dos anos 1950 nas regiões de cana-de-açúcar do Nordeste, especialmente em Pernambuco, Paraíba e Alagoas (AZEVEDO, 1982 apud SABOURIN, 2008). Esses movimentos desempenharam um papel fundamental na pressão por reformas estruturais e contribuíram para a criação do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Contudo, após 1964, o regime militar suprimiu essas iniciativas e substituiu-as por organizações camponesas controladas pelo Estado, como os sindicatos oficiais de trabalhadores rurais.

Essa abordagem também se refletiu nas políticas econômicas voltadas para o campo, nas quais o governo privilegiou setores específicos da agricultura. Um exemplo disso foi a criação de um novo sistema de crédito rural, no mesmo ano do golpe de Estado, instituído pela Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro (BRASIL, 1964). Contudo, a consolidação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) ocorreu com a Resolução 69 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em 22 de setembro de 1967. Este sistema teve um caráter seletivo e concentrador, refletindo desigualdades não apenas na distribuição de renda, mas também em termos regionais. Os principais favorecidos foram os grandes produtores, as agroindústrias e,

geograficamente, a região centro-sul do país, o que também ampliou as desigualdades regionais (CARVALHO, 2011).

Esse caráter seletivo ficou evidente na destinação do crédito de custeio, que se tornou o principal foco dos recursos. Ele visava à aquisição de insumos modernos, como fertilizantes, defensivos, sementes, medicamentos veterinários, mudas e rações. Esse tipo de crédito chegou a representar mais de 50% dos valores totais destinados ao crédito rural em alguns anos, sendo essencial para fortalecer as relações entre agricultura e indústria. Tal dinâmica evidenciava a predominância do setor industrial sobre o agrícola, especialmente no que diz respeito à modernização e à industrialização dos insumos utilizados (CARVALHO, 2011).

O crédito para investimentos<sup>10</sup>, por sua vez, foi direcionado à aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, bem como à compra de animais na pecuária. Contudo, áreas como irrigação, proteção do solo e construção de açudes receberam apenas uma fração ínfima dos recursos nesse período (DELGADO, 1985). Entre 1976 e 1980, houve uma redução na relevância do crédito para investimento, sendo substituído pela modernização baseada em insumos químicos e biológicos, como defensivos e fertilizantes. O crédito de comercialização, por sua vez, incorporou instrumentos como a Garantia de Preços Mínimos e financiamentos para o beneficiamento de produtos (CARVALHO, 2011).

Ainda de acordo com Carvalho (2011), o crédito rural desempenhou papel central na consolidação de uma agricultura moderna e capitalista, entretanto, não foi o único suporte oferecido pelo governo. A assistência técnica, a pesquisa agrônômica e o sistema educacional, voltado à capacitação de mão de obra, também foram fundamentais para atender às demandas dos setores rurais mais dinâmicos.

Na década de 1980, o governo manteve o incentivo a um modelo agrícola baseado em alta produtividade. Por meio do financiamento, reforçou-se essa matriz produtivista, mesmo ignorando as profundas desigualdades estruturais no acesso à terra e aos recursos financeiros. As políticas públicas priorizaram um modelo agrícola voltado à formação de cadeias produtivas complexas, resultando em três principais características: a verticalização da produção, que consolidou complexos agroindustriais<sup>11</sup> internacionalizados; a especialização produtiva em

---

<sup>10</sup> O crédito para investimento em máquinas e equipamentos contava com subsídios por meio de taxas de juros abaixo das praticadas no mercado, beneficiando principalmente setores voltados à exportação. Essas políticas contribuíram para a modernização da agricultura brasileira, mas também acentuaram a concentração de recursos entre os grandes produtores e desviaram-se dos objetivos de apoio aos pequenos agricultores.

<sup>11</sup> O complexo agroindustrial pode ser definido como um sistema integrado que abrange a cadeia produtiva de bens agrícolas e suas diversas transformações industriais. Esse sistema envolve não apenas a produção primária de produtos agrícolas, mas também a industrialização desses produtos e sua distribuição, englobando atividades

nichos regionais; e a alta concentração de terra e capital, perpetuando a desigualdade no campo (CARVALHO, 2011).

Em suma, o Estatuto da Terra, promulgado em 30 de novembro de 1964, já no contexto do governo militar, foi apresentado como uma tentativa de reforma agrária, mas sua implementação revelou-se mais como uma estratégia política para acalmar o clamor dos camponeses por mudanças. Na prática, o Estatuto foi utilizado para reforçar os interesses dos grandes proprietários e promover a modernização da agricultura sob uma lógica empresarial.

Em vez de cumprir as promessas de redistribuição de terras, o regime militar direcionou suas políticas para a modernização da agricultura nas grandes propriedades, ao mesmo tempo em que reprimiu movimentos sociais que reivindicavam acesso à terra. Além disso, a criação de um sistema de crédito rural seletivo, que favoreceu grandes produtores e agroindústrias, consolidou a concentração fundiária e acentuou as desigualdades regionais e sociais.

### **2.1.7 Questão Agrária no Brasil: A Modernização Conservadora no Meio Rural Brasileiro**

A partir da década de 1960, o processo de domínio do capital sobre as atividades agrícolas se intensificou com a chamada Revolução Verde, que se apresentou como uma solução tecnológica para a crescente demanda global por alimentos no período pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo Santos (2019), esse movimento, financiado pela Fundação Rockefeller<sup>12</sup> sob o pretexto de combater a fome global, introduziu novos insumos, sementes geneticamente melhoradas e práticas de mecanização no campo brasileiro. Contudo, essa modernização conservadora se consolidou como uma resposta aos desafios da industrialização e urbanização do país, preservando o caráter heterogêneo da agricultura brasileira, tanto técnica quanto social e regionalmente (DELGADO, 2012). Além disso, como observa Altieri (2004), os benefícios dessas tecnologias foram extremamente desiguais: favoreceram os grandes e

---

industriais como o processamento, a comercialização e a oferta de insumos. Ele conecta, assim, a agropecuária a outros setores econômicos por meio de uma rede de interações e fluxos produtivos. (ALENCAR et al., 2001)

<sup>12</sup> A Fundação Rockefeller foi criada no início do século XX com o objetivo de fomentar atividades científicas, apoiar universidades e investir em institutos de pesquisa. Inicialmente, sua atuação esteve concentrada nas áreas de saúde pública, medicina e educação. No período pós-Segunda Guerra Mundial, passou a direcionar investimentos para as ciências físico-químicas, naturais e para a agricultura. Entre as décadas de 1950 e 1980, adotou uma orientação política conservadora, financiando programas de controle e planejamento populacional, como o Population Council, e mantendo uma visão conservadora sobre os processos de mudança social (FARIA; COSTA, 2006).

médios proprietários com acesso a crédito, terra fértil e infraestrutura, ao mesmo tempo em que excluíram os pequenos agricultores e camponeses. O modelo intensificou a concentração fundiária, aumentou a dependência dos agricultores em relação às indústrias de insumos e promoveu uma homogeneização produtiva baseada em monoculturas. Esse modelo reforçou a integração técnica entre indústria e agricultura, ao mesmo tempo que preservou o poder das oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial, constituindo o que Delgado (2012, p.14) denomina de "pacto agrário modernizante e conservador".

Ainda, a Revolução Verde disseminou efeitos ambientais adversos, como a degradação dos solos, contaminação de águas, erosão e perda de biodiversidade (REDCLIFT; GOODMAN, 1991). As inovações tecnológicas, ao se basearem em pacotes prontos de alto custo, não foram adequadas às condições agroecológicas e socioeconômicas dos pequenos produtores (CHAMBERS; GHILDYAL, 1985). A crise agrícola-ecológica que afeta muitas regiões do mundo em desenvolvimento está profundamente enraizada nesse modelo que dissociou tecnologia de justiça social e equilíbrio ambiental.

De acordo com Guimarães (1982), a modernização da agropecuária no Brasil teve início sob a orientação do Estado, que priorizou a proteção dos interesses do setor exportador latifundiário, limitando consideravelmente o crescimento e o desenvolvimento das pequenas propriedades rurais. Essas pequenas propriedades receberam poucos incentivos governamentais, já que a maior parte dos lucros gerados pela agricultura voltada à exportação permanecia concentrada nas mãos dos grandes empreendimentos agrícolas.

Apesar do avanço técnico e do aumento das exportações primárias e agroindustriais, o modelo resultante não promoveu justiça social nem sustentabilidade, pelo contrário, ele reforçou a concentração fundiária em latifúndios, intensificou a exploração do trabalho rural e gerou degradação ambiental (SILVA; FALCHETTI, 2011; AQUINO et al., 2018). A modernização promovida pela Revolução Verde é descrita por Martine (1991) como uma modernização conservadora, pois preservou as estruturas fundiárias históricas.

Esse processo de modernização agrícola não se desenvolveu isoladamente. Ele fazia parte de um movimento mais amplo de integração econômica, no qual o campo passou a ser incorporado às dinâmicas do capitalismo urbano-industrial. Essa integração foi impulsionada pela industrialização, que promoveu novas formas de valorização do capital no meio rural. Capitais urbanos começaram a migrar para o campo, incentivados pela valorização fundiária e por políticas públicas voltadas à expansão do crédito agrícola e da infraestrutura. Como observa Delgado (1985), essa dinâmica reflete a crescente internalização do capital urbano no campo.

Embora, como visto, o Estatuto da Terra previsse a reforma agrária, esses objetivos perderam força durante o regime de ditadura militar. A reforma agrária foi relegada a projetos isolados em áreas de fronteira, enquanto as políticas de crédito rural e assistência técnica beneficiaram principalmente os grandes proprietários (FLEURY, 2015). Como resultado, pequenos produtores foram progressivamente marginalizados, enfrentando a redução de seus rendimentos e a crescente dependência de oligopólios industriais que passaram a controlar tanto os insumos quanto a compra de suas produções (SANTOS, 2022).

A Revolução Verde também teve impactos significativos nas dinâmicas populacionais e ambientais. A mecanização reduziu a demanda por mão de obra, provocando um intenso êxodo rural e contribuindo para o crescimento acelerado das cidades (BARROS et al., 2023; FLEURY, 2015). Por outro lado, o uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, característico desse modelo, trouxe graves consequências ambientais, como a contaminação de fontes de água e a degradação de ecossistemas (AMEEN; RAZA, 2017). Tais impactos evidenciam que as transformações promovidas pela modernização agrícola transcendem a esfera produtiva, gerando efeitos sociais e ambientais profundos.

Nesse contexto, um dos processos mais marcantes da inserção do capitalismo no campo foi a proletarianização rural. Com a mecanização das atividades agrícolas, muitos trabalhadores rurais foram expulsos de suas terras e das atividades agrícolas independentes, tornando-se trabalhadores assalariados nas propriedades de grandes proprietários. A diminuição da necessidade de trabalho manual nas lavouras e a imposição de uma nova dinâmica de produção voltada à exportação provocaram a marginalização dos pequenos proprietários e a transformação dos trabalhadores rurais em proletários, que passaram a viver da venda de sua força de trabalho em condições precárias. Isso acentuou as desigualdades socioeconômicas no campo e reforçou a dependência dos trabalhadores em relação aos grandes centros urbanos e ao capital industrial (ANDRADE, 1979).

Em suma, a evolução do capitalismo no meio rural brasileiro, consolidada pela Revolução Verde, promoveu uma modernização tecnológica que acentuou as desigualdades estruturais já presentes no campo. Apesar dos avanços técnicos, o modelo manteve as desigualdades históricas, aprofundando a exclusão dos pequenos produtores e fortalecendo o poder dos grandes latifundiários, aproveitando-se das condições socioeconômicas históricas para consolidar o país como economia dependente. Com o processo de redemocratização nos anos 1980, no entanto, novas questões começaram a surgir, como a necessidade de um modelo agrário mais justo e inclusivo reacendendo o debate sobre a função social da terra.

## **2.1.8 Questão Agrária no Brasil: O Período de Redemocratização e a Função Social da Terra**

Durante o processo de redemocratização na segunda metade dos anos 1980, os movimentos sociais ganharam força ao reivindicar direitos e denunciar a concentração fundiária no Brasil. Esses movimentos, como o MST, passaram a desempenhar um papel central na luta por uma reforma agrária efetiva e por melhores condições de vida para as populações do campo (NETTO; MELO; MAIA, 2010). O MST surgiu em um contexto de intensa desigualdade fundiária e repressão durante a ditadura militar no Brasil. Sua origem remonta ao período entre 1978 e 1983, com as primeiras lutas e reuniões que culminaram em sua fundação oficial em 1984, durante o Encontro de Cascavel, no Paraná. O MST se consolidou como um movimento camponês moderno, autônomo em relação a partidos políticos e instituições estatais, com forte identidade territorial. Desde sua criação, passou a defender a reforma agrária como um instrumento de combate à concentração fundiária e resistência ao avanço do agronegócio. Sua estratégia combina a organização de ocupações de terras improdutivas, visando pressionar o Estado para criação de assentamentos rurais, com ações de resistência às políticas que privilegiam a agricultura empresarial em detrimento da agricultura camponesa (FERNANDES, 2008).

Ao longo de suas décadas de existência, o MST se consolidou como o principal movimento social na luta pela terra no Brasil, sendo responsável por aproximadamente 63% das famílias envolvidas em ocupações entre 2000 e 2007. Sua atuação extrapolou a pauta fundiária ao incorporar debates sobre soberania alimentar, produção agroecológica e educação no campo. O movimento também se integrou à Via Campesina, ampliando sua ação política para o cenário internacional, em confronto com a atuação de corporações transnacionais ligadas ao agronegócio. Apesar dos avanços obtidos, o MST enfrenta diversos desafios, como a criminalização das ocupações, a repressão por parte do Estado e a priorização de políticas de regularização fundiária em áreas de fronteira, como a Amazônia, em detrimento da desapropriação de terras nas regiões de maior conflito. Sua trajetória reflete a permanência da questão agrária como um dos principais problemas estruturais do Brasil contemporâneo (FERNANDES, 2008).

Diante da crescente pressão social liderada por movimentos como o MST, o debate sobre a reforma agrária e a redistribuição das terras ganhou força durante o processo constituinte. A

atuação desses movimentos contribuiu para colocar a questão agrária na agenda política nacional, influenciando diretamente a redação da Constituição de 1988, especialmente no que se refere à função social da propriedade.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 desempenhou um papel crucial ao definir, em seu Artigo 5º, os direitos fundamentais, incluindo no inciso XXII a garantia do direito de propriedade, no entanto, o inciso XXIII condiciona esse direito ao cumprimento de sua função social<sup>13</sup>, estabelecendo que a propriedade deve atender a essa função.

Embora a Constituição de 1988 tenha trazido avanços significativos, na prática, esses progressos foram barrados pelo forte peso dos "interesses agrários dentro do Estado", o que paralisou qualquer tentativa de implementação efetiva. Esses interesses se organizaram de forma estratégica no Congresso Nacional, resultando na formação da bancada ruralista, composta por senadores e deputados federais de diferentes partidos que se unem para defender pautas específicas, como a proteção da propriedade privada da terra e a expansão capitalista da agricultura. A bancada ruralista atua mobilizando Projetos de Lei, pressionando o Executivo e articulando alianças políticas para consolidar a hegemonia dos grandes proprietários rurais. Esse grupo ganhou ainda mais força a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), quando as políticas neoliberais favoreceram a territorialização do capital na agricultura e a expansão do agronegócio, ao mesmo tempo em que movimentos sociais tentavam resistir a esse avanço. Desde então, a bancada ruralista mantém um papel central na política brasileira, ampliando sua influência tanto no Legislativo quanto no Executivo, consolidando os interesses agrários no centro das decisões do Estado (COSTA, 2012).

Essa atuação influenciou diretamente a condução das políticas agrárias no período. O governo da Nova República chegou a formular planos de reforma agrária, mas eles acabaram arquivados, permanecendo apenas no discurso. A Constituinte incluiu a reforma agrária no texto da nova Constituição, mas, ao estabelecer que a propriedade deveria cumprir sua função social, a inserção da noção de propriedade produtiva, que isentaria a desapropriação das terras em certos casos, acabou por limitar a execução efetiva da reforma agrária (PALMEIRA, 1989). Assim, o conceito de função social da propriedade foi interpretado de forma restritiva, dificultando a intervenção do Estado nas propriedades que não estivessem sendo utilizadas de

---

<sup>13</sup> A função social da terra é um princípio consagrado pela Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 5º, inciso XXIII, que estabelece que o direito de propriedade deve ser exercido de acordo com sua função social. Em termos práticos, isso implica que a propriedade deve ser utilizada de forma que contribua para o desenvolvimento social e econômico, garantindo condições dignas de vida para aqueles que dela dependem. (BRASIL, 1988).

maneira produtiva, o que contribuiu para a ineficácia das políticas agrárias da época, prevalecendo a eficiência da manutenção de poder da elite agrária nacional.

Nesse cenário de contradições institucionais e entraves políticos, Carvalho (2011) destaca como as políticas neoliberais implementadas durante a década de 1990 agravaram ainda mais essa situação. Com a priorização de um modelo de desenvolvimento voltado à globalização e ao agronegócio<sup>14</sup> exportador, houve uma intensificação da concentração fundiária e a marginalização dos trabalhadores rurais, além do esvaziamento das políticas de reforma agrária. Carvalho (2011) argumenta que, embora o discurso político tenha incorporado a função social da propriedade, na prática, o avanço do modelo neoliberal reforçou o papel das grandes propriedades produtivas e aprofundou as desigualdades no campo.

Além disso, Carvalho (2011) ressalta que a violência no campo e os conflitos fundiários aumentaram nesse período, impulsionados pela resistência dos movimentos sociais, como o MST, que emergiram como principal contraponto às políticas que privilegiaram os grandes proprietários. A falta de investimentos em infraestrutura econômica e social nos assentamentos agrários, já apontada por Netto, Melo e Maia (2010), também é enfatizada por Carvalho (2011) como uma das principais falhas estruturais das políticas de reforma agrária, reforçando a precariedade das condições de vida dos trabalhadores assentados.

Assim, as análises de Carvalho (2011) complementam o entendimento do período ao evidenciar como a combinação entre interesses agrários, políticas neoliberais e uma interpretação restritiva da função social da propriedade resultou no fracasso das tentativas de reforma agrária na prática.

Essa dinâmica de tensionamento político e econômico em torno da reforma agrária se intensificou ainda mais com a modernização da agricultura brasileira, na qual a posse e o uso da terra tornaram-se elementos cruciais para o desenvolvimento do capitalismo rural. Dado que era necessário atrair grandes corporações internacionais para viabilizar a formação dos complexos agroindustriais, grupos estrangeiros se estabeleceram no país com o objetivo de lucrar, aproveitando a alta rentabilidade gerada pelos negócios emergentes com a modernização

---

<sup>14</sup> O conceito de "agronegócio" emergiu nos Estados Unidos na década de 1950. Inicialmente, o termo foi usado para descrever a integração sistêmica entre os setores agrícola, industrial e de serviços, destacando as cadeias produtivas que conectam o campo à indústria e ao comércio. No Brasil, o conceito começou a ganhar força nos anos 1990, marcando uma transição nas análises do setor rural, que passaram a enfatizar as relações intersetoriais e o gerenciamento dessas cadeias produtivas. Diferente de conceitos como "agricultura moderna" ou "complexos agroindustriais", o "agronegócio" transcende a ideia de simples modernização agrícola, incorporando uma perspectiva de gestão empresarial e internacionalização. Ele reflete a expansão capitalista no campo, abrangendo tanto grandes propriedades quanto práticas que envolvem pequenos produtores, embora, na prática, a hegemonia de grandes empresas e exportadores seja predominante (HEREDIA, PALMEIRA, LEITE, 2010).

(FLEURY, 2015). Justamente devido à centralidade da terra nesse modelo de desenvolvimento, a sua concentração permaneceu uma característica estrutural, perpetuando o controle de grandes áreas nas mãos de poucos. Essa concentração é corroborada por dados recentes, que evidenciam o impacto desigual da estrutura fundiária brasileira.

Conforme Carvalho (2011) ressalta, as grandes propriedades continuam sendo um símbolo de poder político e econômico no Brasil. O Censo Agropecuário de 2017 ratifica essa percepção ao evidenciar a concentração fundiária: enquanto 38,2% dos estabelecimentos possuem menos de 1 hectare, as grandes propriedades dominam a maior parte dos 351 milhões de hectares de área total. Estabelecimentos com mais de 10.000 hectares, que representam apenas 0,5% do total das propriedades, concentram uma grande parte da terra, reforçando o histórico de desigualdade (IBGE, 2018).

Esse panorama evidencia a dificuldade de implementar uma reforma agrária efetiva, já que, apesar da proliferação de pequenos estabelecimentos, o controle fundiário permanece nas mãos de poucos, perpetuando a desigualdade no campo. Além disso, parte do aumento do número de pequenas propriedades decorre de um fenômeno recente, a chegada dos neo-rurais. Esses novos proprietários, oriundos de áreas urbanas e com pouca ou nenhuma experiência nas práticas agrícolas tradicionais, passaram a impactar diretamente a dinâmica das propriedades rurais. Ao cercarem porções do território com o objetivo de uso privado, frequentemente desmatam nascentes e substituem vegetações nativas por monoculturas de pinus, erva-mate, milho e soja. Tais práticas geram conflitos com os habitantes locais, que dependem da gestão coletiva e sustentável dos recursos naturais. A privatização das terras e a falta de consideração pelas necessidades ambientais e comunitárias evidenciam a fragilidade dos recursos naturais e os impactos na sustentabilidade das regiões rurais (ROCHA, MARTINS, 2007).

Portanto, o período pós 1988, com a nova Constituição, buscou estabelecer um marco jurídico que reconhecesse a função social da propriedade, apontando para uma possível reconfiguração das relações no campo. No entanto, a resistência dos poderosos interesses agrários dentro do Estado e a implementação de uma interpretação restritiva da função social impediram que a reforma agrária fosse efetivamente realizada. Ao mesmo tempo, o processo de modernização agrícola, impulsionado pelo Estado, consolidou o modelo de latifúndio exportador e limitou o avanço das pequenas propriedades, que permaneceram à margem das políticas públicas. Esse cenário reforçou as desigualdades fundiárias, tornando evidente a persistência de um sistema agrário profundamente desigual, que, apesar de seus avanços formais, continuou a subordinar a maioria dos trabalhadores rurais a um modelo de

desenvolvimento concentrador e excludente que segue até os dias atuais. A seção que segue procura focar nas relações de trabalho que decorrem desse sistema de produção até aqui descrito de modo cronológico.

## **2.2 Relações de Trabalho nas Economias Dependentes**

A partir dos pontos já discutidos sobre a estrutura histórica da colonização brasileira, a dependência da exportação de produtos primários e o processo de modernização econômica, especialmente considerando a análise de Florestan Fernandes, seguimos a interpretação de que o Brasil se insere no contexto de uma economia dependente. Segundo Fernandes (2009), o capitalismo no Brasil e em outros países latino-americanos foi imposto de maneira abrupta pelas potências colonizadoras e, posteriormente, imperialistas, sem planejamento interno adequado e sem tempo para a adaptação da sociedade às novas formas de organização produtiva e relações de trabalho.

Consequentemente, essa aceleração externa limitou o Brasil na construção de uma base econômica sólida que favorecesse um desenvolvimento autônomo, intensificando a subordinação do país às necessidades do capitalismo global. O modelo de trabalho que emergiu refletiu essa dependência, com a imposição de um sistema produtivo que, ao invés de integrar as demandas locais, priorizou as exigências externas, criando condições que podem ser associadas a relações marcadas pela superexploração da força de trabalho.

Esse quadro evidenciou a falta de uma base estruturante para um crescimento sustentado, criando um ciclo de dependência que não apenas marcou grande parte da história econômica brasileira.

Essas questões refletem a dinâmica das economias dependentes, conforme discutido por Marini (1990). No caso do Brasil, embora seja um grande exportador de commodities, sua dependência não se manifesta apenas na participação direta do comércio exterior no PIB, mas na lógica estrutural de subordinação ao capital internacional. A estrutura produtiva é profundamente marcada pela dependência de insumos importados – com setores de alta e média-alta tecnologia apresentando coeficiente importado de 38,7% em 2014, segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2019) –, tecnologias estrangeiras (como microchips e princípios ativos farmacêuticos) e financiamento externo<sup>15</sup>. Essa

---

<sup>15</sup> Segundo Ramos (2024), o financiamento externo é uma característica histórica da economia brasileira, que passou por diversas fases de aprofundamento da dependência, desde sua inserção colonial como fornecedora de matérias-primas até o período mais recente, em que o país se tornou um destino privilegiado para o capital

dependência estrutural reflete a contradição central das economias dependentes: a exploração das matérias-primas e da força de trabalho sem que haja um ciclo de valorização interna capaz de promover desenvolvimento autônomo. Dessa forma, o consumo individual do trabalhador permanece marginal, e a produção se organiza mais em função das demandas externas e da acumulação de capital do que para atender às necessidades internas, o que sugere a possibilidade de um processo de superexploração do trabalho e de reprodução da dependência.

No contexto dessa estrutura, a superexploração do trabalho, conforme definida por Marini (1990), manifesta-se através da intensificação da jornada de trabalho, da redução dos salários reais e da maior exploração da força de trabalho em comparação aos padrões dos países centrais. Assim, o consumo individual do trabalhador permanece marginal, e a produção se organiza mais em função das demandas externas e da acumulação de capital do que para atender às necessidades internas, reforçando a dependência econômica.

Essas características do modelo econômico brasileiro não são isoladas, mas refletem um padrão mais amplo de inserção da América Latina na economia mundial. Como destaca Marini (1990), a dependência estrutural da região não apenas a subordina às necessidades dos países centrais, mas também desempenha um papel ativo na reprodução das assimetrias globais da acumulação capitalista. No caso do Brasil, embora o país tenha desenvolvido um setor industrial significativo, essa industrialização ocorreu de forma dependente e subordinada, marcada pela importação de tecnologias e insumos essenciais. Mesmo com o crescimento da indústria, que posteriormente perdeu força, o país manteve-se inserido em uma lógica de especialização em produtos primários e fragilidade produtiva, o que reforça sua condição periférica, ainda que com algum peso no mercado interno.

A inserção da América Latina na economia capitalista mundial vai além do fornecimento de bens primários às economias centrais, desempenhando um papel essencial na transição da acumulação capitalista, ao deslocá-la da extração de mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa. No entanto, essa mudança estrutural nos países centrais ocorre de forma contraditória. Enquanto a acumulação passa a depender do aumento da produtividade nos centros industrializados, na América Latina, o desenvolvimento produtivo muitas vezes se dá por meio da intensificação da exploração do trabalhador. No caso da fruticultura voltada para a exportação, por exemplo, a produção permanece fortemente baseada na extração de mais-valia absoluta, com predomínio de trabalho manual na colheita e baixa mecanização. Esse

---

estrangeiro em busca de retornos financeiros rápidos. Isso se manifestou na atração de investimentos especulativos, impulsionados por políticas de juros altos, liberdade para entrada e saída de capitais e privatizações de empresas públicas, favorecendo o lucro dos investidores estrangeiros em detrimento do desenvolvimento produtivo interno.

paradoxo revela a natureza da dependência latino-americana, na qual o progresso técnico e a modernização produtiva coexistem com a perpetuação de relações desiguais no interior do sistema capitalista (MARINI, 1990).

Ainda de acordo com Marini (1990), esse modelo dependente e excludente pode ser observado na organização do ciclo produtivo de economias como a brasileira, que, em diversos setores, tende a direcionar sua produção para o mercado externo, o que pode contribuir para a limitação do consumo interno e da demanda doméstica em áreas estratégicas. No entanto, essa lógica não se aplica uniformemente a toda a economia. A agricultura familiar, responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no mercado interno (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2024), desempenha um papel vital no abastecimento de produtos básicos como arroz, feijão, mandioca e leite. Em contraste, o agronegócio exportador — como a fruticultura irrigada do Vale do São Francisco — orienta-se predominantemente para o mercado externo, com mínima contribuição ao consumo doméstico, reforçando a inserção subordinada da região na economia global. Esse modelo econômico produz uma divisão significativa no mercado consumidor nacional. Os empresários do setor exportador — como os do agronegócio e da mineração — acumulam lucros consideráveis em moeda estrangeira, o que lhes possibilita um elevado poder de consumo. Entretanto, como grande parte da produção nacional é destinada a commodities para exportação (como soja e minérios) e a oferta de bens industriais mais sofisticados ainda é limitada, esses empresários acabam direcionando seus gastos para produtos importados — desde máquinas pesadas até bens de luxo — devido às dificuldades da indústria local em atender plenamente essa demanda, em função dos desafios para o desenvolvimento tecnológico.

Essa divisão entre as esferas do consumo e da produção, claramente perceptível nas desigualdades estruturais da economia brasileira, é justamente o que a elite busca preservar, como uma forma de garantir seu *status* e riqueza. Nesse sentido, a visão de que a posição privilegiada das elites é uma "obviedade" se alinha com a lógica defendida por Darcy Ribeiro, em seu texto sobre o óbvio de 1986, em que ele denuncia diversas obviedades, entre elas as ideologias que naturalizam a subordinação dos pobres aos ricos. Podemos expandir essa crítica para entender que a elite brasileira, ao se beneficiar da estrutura exportadora, não apenas se distancia dos pobres pelo padrão de consumo, mas também consolida e legitima essa distância como parte de um processo histórico de dependência. Para essa elite, a dependência econômica não é uma falha ou um erro, mas uma evidência que garante a continuidade da sua posição

dominante, ao mesmo tempo em que oculta as raízes profundas da desigualdade social e da subordinação do país ao capital estrangeiro.

Nesse contexto, a dinâmica das relações de classe revela como a estrutura de poder se mantém sólida através do controle político das elites. A dominação dessas classes é sustentada por um jogo político que, alternando entre formas democráticas, autoritárias e autocráticas, visa não apenas preservar os privilégios econômicos, mas também proteger um sistema que naturaliza a desigualdade e a subordinação. A tentativa de integrar sistemas políticos constitucionais com o superprivilegiamento das elites frequentemente resulta em uma crise institucional, na qual a democracia se torna limitada e circunscrita a um espaço restrito, reforçando a concentração de poder. Em determinados contextos históricos, essa configuração também aprofunda a dependência do Brasil ao capital estrangeiro, como destacado por Fernandes (2009).

Dessa forma, as instituições, longe de atuarem como elementos neutros ou impulsionadores do desenvolvimento, tornam-se instrumentos fundamentais para a manutenção da ordem social vigente. A economia ortodoxa frequentemente defende que um ambiente institucional sólido é essencial para o crescimento econômico, pressupondo que instituições bem estruturadas promovem eficiência e justiça. No entanto, essa visão desconsidera a realidade dos países de economia dependente, onde as instituições não emergem de forma isenta, mas sim alinhadas aos interesses da elite que controla o Estado. No entanto, como argumenta Florestan Fernandes (2009), essa lógica não se limita aos países periféricos. As elites dos países centrais mantêm uma relação de aliança e subordinação com as elites dos países dependentes, garantindo que as instituições, mesmo em contextos desenvolvidos, reflitam os interesses dessas classes dominantes em escala global.

Dessa forma, a captura institucional pode ser compreendida como uma característica recorrente do capitalismo, assumindo diferentes formas conforme a posição que cada país ocupa na divisão internacional do trabalho. Assim, em vez de atuarem plenamente como vetores de desenvolvimento, determinadas instituições tendem a operar como mecanismos que contribuem para a reprodução da dependência. Ao mesmo tempo, essas instituições acabam por legitimar essa estrutura desigual ao se apresentarem como garantidoras da ordem e da estabilidade, o que, em certos contextos, pode restringir a mobilização da classe trabalhadora e reforçar a subordinação ao capital estrangeiro.

Em síntese, nas economias dependentes, como a brasileira, as relações de trabalho tendem a ser influenciadas por uma estrutura econômica com relevante participação da

exportação de commodities, o que pode favorecer dinâmicas que indicam a ocorrência de ciclos de superexploração da força de trabalho. Essa dependência não é apenas uma característica econômica, mas uma condição estrutural, marcada pela subordinação ao capital externo e pela fragilidade da base produtiva interna. Como resultado, o país, embora se destaque como um grande exportador de produtos primários, permanece preso a um modelo econômico que reforça as desigualdades estruturais e concentra o poder nas mãos de uma elite econômica. Nesse cenário, as instituições e a estrutura produtiva são configuradas para manter o *status quo*, garantindo a continuidade da exploração e a manutenção da subordinação econômica.

Ao analisar o Vale do São Francisco, um dos principais polos agrícolas do país, é possível observar como essas dinâmicas globais se traduzem em condições específicas de trabalho e organização social. A exploração da força de trabalho na região revela as contradições de uma modernização conservadora, que amplia a produção para o mercado externo, mas pouco contribui para o desenvolvimento socioeconômico local. O capítulo 3, portanto, aprofundará a questão agrária no Nordeste, destacando o processo de modernização conservadora da região e, especificamente, do Vale do Rio São Francisco.

### **2.3 Considerações Finais do Capítulo**

A análise da estrutura fundiária e das relações de trabalho no campo brasileiro revela a continuidade de um sistema agrário concentrado, que remonta aos tempos coloniais e se perpetua até os dias atuais, com poucas mudanças na distribuição de terras e no acesso à terra para as camadas mais pobres da sociedade. A concentração fundiária, marcada pela manutenção de grandes latifúndios, é um reflexo direto das políticas implementadas ao longo da história, que favoreceram as elites agrárias e restringiram o acesso à terra para as classes mais desfavorecidas, como os ex-escravizados, imigrantes e pequenos produtores.

Embora as transformações nas relações de trabalho, como a transição do trabalho escravo para o assalariado, tenham introduzido mudanças formais, elas não promoveram a democratização da terra ou a melhoria das condições de vida no campo. A mão de obra assalariada, em grande parte, substituiu o trabalho escravo, mas a elite latifundiária manteve seu controle sobre os meios de produção, perpetuando as desigualdades estruturais.

A crise da economia cafeeira e os eventos políticos subsequentes, incluindo a tentativa de reforma agrária durante o governo João Goulart, ilustram a resistência da elite agrária em alterar o *status quo*. O golpe civil-militar de 1964 interrompeu os avanços da reforma agrária,

e a modernização da agricultura durante o regime militar, com a Revolução Verde, consolidou um modelo de desenvolvimento rural centrado nas grandes propriedades e na monocultura, mantendo a concentração fundiária e a marginalização dos pequenos produtores.

As políticas de reforma agrária, embora bem-intencionadas, falharam em romper com as estruturas históricas de concentração de terra, especialmente diante do poder político das oligarquias rurais e das dificuldades institucionais. O impacto das políticas neoliberais e o fortalecimento do agronegócio nas décadas seguintes intensificaram ainda mais as desigualdades no campo, tornando a reforma agrária um desafio que se arrasta até os dias atuais.

Portanto, a concentração fundiária e a desigualdade nas relações de trabalho no campo são questões estruturais que persistem no Brasil, refletindo a dificuldade em transformar a realidade agrária. A falta de uma distribuição mais equitativa da terra e a marginalização dos trabalhadores rurais continuam sendo obstáculos fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável e para a criação de uma sociedade mais justa. Essa exploração da força de trabalho está intrinsecamente ligada ao modelo de capitalismo dependente do Brasil, em que a manutenção da desigualdade no campo, associada à produção de commodities, favorece os interesses das elites locais e das grandes corporações. Como resultado, o setor agroexportador e as regiões dependentes da produção primária permanecem subordinados ao mercado global.

### **3. QUESTÃO AGRÁRIA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO NORDESTE BRASILEIRO**

Dando continuidade à análise da questão agrária e das relações de trabalho no Brasil apresentada no capítulo anterior, este capítulo examina as especificidades daquilo que se estabelece no Nordeste, conectando-as ao contexto contemporâneo da fruticultura irrigada no SMSF. O Nordeste, com sua história marcada por desigualdades fundiárias e relações de trabalho baseadas na concentração de terras, água e na exploração da mão de obra, ocupa um papel estratégico na formação da estrutura agrária brasileira. A transição histórica que se observa, especialmente no contexto da fruticultura irrigada, reflete um modelo de modernização conservadora, onde os avanços tecnológicos e a introdução de novas práticas agrícolas coexistem com a permanência de estruturas concentradas de poder e recursos.

O capítulo se inicia com uma caracterização da região Nordeste, abordando suas particularidades geográficas, climáticas e socioeconômicas, que ajudam a contextualizar os desafios enfrentados pela agricultura local. Em seguida, é apresentado um panorama histórico que traça a trajetória da questão agrária na região, desde o ciclo da cana-de-açúcar até as transformações promovidas pela modernização agrícola e pelos programas de irrigação no século XX. Por fim, o capítulo analisa como o avanço do agronegócio no semiárido nordestino, especialmente no Vale do São Francisco, tem moldado a fruticultura irrigada na região, destacando os desafios estruturais que persistem, como a concentração fundiária e as desigualdades sociais. Esses fatores continuam a influenciar o desenvolvimento da área, apontando para a necessidade de um olhar crítico sobre os limites do modelo de crescimento adotado, que não resulta em uma mudança significativa nas desigualdades históricas.

Essa abordagem é fundamental para compreender como as dinâmicas agrárias e as relações de trabalho no Nordeste influenciam o desenvolvimento socioeconômico e ambiental na região, particularmente em um contexto marcado pela escassez hídrica e pelas desigualdades estruturais, que, embora modernas em sua tecnologia, ainda carregam as marcas de um sistema agrário concentrado e excludente.

#### **3.1 Caracterização da Região Nordeste**

De acordo com Andrade (1976), o Nordeste brasileiro é caracterizado como uma região de contrastes marcantes, que refletem suas condições naturais e socioeconômicas. Por um lado, o semiárido enfrenta secas frequentes e calamitosas, com rios temporários que dificultam o

desenvolvimento local. Por outro, a região abriga áreas úmidas no litoral, especialmente no leste, onde se desenvolveu historicamente a cultura da cana-de-açúcar na Zona da Mata de estados como Paraíba, Pernambuco e Alagoas, além da produção de cacau no sul da Bahia. Essa dualidade, que opõe áreas secas e úmidas, pode ser explicada pela configuração geográfica do Nordeste, com uma extensa faixa litorânea banhada pelo Oceano Atlântico e áreas mais interioranas marcadas pelo clima semiárido. A seguir, essas características serão analisadas com maior detalhamento, considerando a extensão territorial e as especificidades populacionais da região.

A região Nordeste do Brasil, conforme ilustrado na Figura 1, faz fronteira com as regiões Norte, através do estado do Pará, Centro-Oeste, através do Estado do Tocantins, e Sudeste, através dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, abrangendo nove estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Com uma extensão territorial de 1.554.291,744 quilômetros quadrados, a região representa aproximadamente 18% do território nacional, possuindo a maior costa litorânea deste. A população da região, de acordo com a estimativa do IBGE de 2024, é de 57.112.096 habitantes, o que representa aproximadamente 26,9% da população brasileira, estimada em 212.583.750 habitantes (IBGE, 2024).

Contudo, apesar de um contingente populacional relativamente alto, a Região Nordeste apresenta a menor taxa de crescimento populacional do país, de apenas 0,24% ao ano, reflexo de um histórico marcado pela emigração para outras regiões e pela escassez de oportunidades de emprego, o que tem contribuído para uma relativa estagnação demográfica. Essa tendência é destacada por Fusco e Ojima (2023), que atribuem o baixo crescimento populacional à inércia de fluxos migratórios históricos e à falta de dinamismo econômico. Apesar desse contexto de estagnação demográfica, a população da região está distribuída de forma marcante entre os espaços urbanos e rurais, evidenciando dinâmicas socioeconômicas contrastantes.

De acordo com o IBGE (2023), aproximadamente 12,1 milhões de pessoas, ou 22,36% da população do Nordeste, residem em áreas rurais, enquanto os demais 77,64% vivem em áreas urbanas. Esses dados reforçam a dualidade presente na região, onde a urbanização avança, mas a população rural ainda desempenha papel importante em atividades econômicas, como a agricultura e, particularmente, a fruticultura irrigada no SMSF. Essa configuração, entretanto, não elimina os desafios socioeconômicos enfrentados pela região, que continuam a refletir significativas desigualdades históricas.



Essa realidade também se reflete no desempenho econômico da região. Entre 2002 e 2020, o PIB do Nordeste representou, em média, 13,6% do PIB brasileiro, apresentando variações significativas ao longo do período. Em 2003, essa participação atingiu o patamar mais baixo da série histórica, com 12,8%, enquanto em 2020 alcançou 14,2%. No entanto, a distribuição interna do PIB nordestino revela uma concentração acentuada, com os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará somando 62,8% da riqueza produzida na região. Setorialmente, o Nordeste reflete peculiaridades em sua estrutura produtiva: o setor de serviços lidera com 72,4% do valor adicionado, sendo que a atividade pública de administração, defesa, educação, saúde e seguridade social representa 24,8%, um percentual superior à média nacional de 16,8% (FGV IBRE, 2023).

O setor agropecuário também demonstra maior relevância regional, compondo 7,2% do valor adicionado, contra 5,4% no Brasil. Por outro lado, a participação da indústria nordestina no valor adicionado total é inferior a nacional, especialmente na indústria de transformação, impactada, em 2021, pelo fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, na Bahia, que contribuiu para uma retração de 6,5% na produção física industrial. Em termos de crescimento, o Nordeste superou o desempenho nacional entre 2002 e 2020, com um crescimento médio de 2,2% ao ano, acima das regiões Sul e Sudeste, mas abaixo do Norte e Centro-Oeste. Nos anos recentes, apesar do crescimento de 3,5% em 2021 e 3,4% em 2022, o PIB regional segue enfrentando desafios, como a baixa contribuição da indústria de transformação e o menor PIB per capita do país (FGV IBRE, 2023).

Essa realidade econômica, caracterizada por um crescimento desigual e uma concentração de riqueza nas mãos de poucos estados, contribui para as profundas desigualdades sociais que marcam o Nordeste. De acordo com a tabela 1, a pobreza<sup>16</sup> no Brasil é mais prevalente nas regiões Norte e Nordeste, com índices de 46,2% e 51%, respectivamente. Esses

---

<sup>16</sup> O conceito de pobreza utilizado neste trabalho é baseado na definição de pobreza monetária, que classifica as pessoas em situação de pobreza de acordo com a sua renda mensal. Especificamente, considera-se "extrema pobreza" aquelas pessoas que vivem com menos de R\$ 200,00 por mês, e "pobreza" aquelas com rendimento mensal de até R\$ 637,00, conforme os dados de 2022. Esses valores estão baseados nos parâmetros adotados pelo Banco Mundial para o monitoramento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS1: Erradicação da Pobreza). Vale ressaltar que existem outras abordagens, como o índice de pobreza multidimensional, que leva em consideração não apenas a renda, mas também fatores como acesso à educação, saúde, saneamento básico e outros indicadores sociais. No entanto, a análise multidimensional da pobreza exigiria um estudo mais aprofundado, com a inclusão dessas variáveis, o que foge ao escopo deste trabalho.

números são significativamente mais altos do que os encontrados nas regiões Sudeste (23%), Sul (17,1%) e Centro-Oeste (21,3%), que apresentam taxas consideravelmente mais baixas de pobreza (IBGE, 2021). Essa disparidade regional na pobreza reflete não apenas as diferenças em termos de acesso a serviços e recursos, mas também as desigualdades históricas e estruturais

**Tabela 1 - Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional (2022)**

<b>Brasil e Grande Região</b>	<b>Proporção (%)</b>
Brasil	31,6
Norte	46,2
Nordeste	51,0
Sudeste	23,0
Sul	17,1
Centro-Oeste	21,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2021).

no Brasil, onde a região Nordeste concentra a maior parte da população em condições de vulnerabilidade econômica.

Dentro do Nordeste, a situação nas áreas rurais apresenta particularidades ainda mais desafiadoras, que evidenciam como as desigualdades se manifestam de maneira distintas entre os contextos urbano e rural. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), em 2023, a taxa de pobreza extrema nas áreas rurais do Nordeste era de 14,7%, enquanto nas áreas urbanas era de 7,4%. Essa diferença reflete desafios específicos enfrentados pelas populações rurais, como acesso limitado a serviços básicos, infraestrutura deficiente e oportunidades de emprego mais restritas (BLOG DO IBRE, 2023).

Essa disparidade reflete não apenas a falta de infraestrutura e oportunidades de emprego nas zonas rurais, mas também os desafios históricos e estruturais enfrentados pelos trabalhadores do campo. Essa explicação pode ser aprofundada a partir de um estudo da questão agrária no Nordeste, que evidencia as desigualdades no acesso à terra e à água, a concentração fundiária e a escassez de políticas públicas eficazes para promover o desenvolvimento rural sustentável, perpetuando a marginalização das populações rurais e o ciclo de pobreza na região. A análise detalhada dessa questão será desenvolvida ao longo deste capítulo, onde se discutirá o impacto da estrutura agrária na configuração das desigualdades sociais e econômicas no Nordeste

### **3.2 Economia e Estrutura Agrária do Nordeste Brasileiro**

A economia açucareira foi fundamental para a construção do Brasil colonial, desempenhando um papel central na formação do sistema econômico e social da época. Introduzida no Nordeste no século XVI, a produção de açúcar moldou profundamente a estrutura social, política e cultural do país. As condições geográficas e climáticas favoráveis da região consolidaram seu papel estratégico para o império português, que explorava as riquezas da colônia por meio de uma economia voltada à exportação. Esse modelo agroexportador, sustentado pela dependência de trabalho escravizado predominantemente africano e pela concentração fundiária, gerou profundas desigualdades sociais e estruturou uma sociedade colonial estratificada.

Neste período, a economia do Nordeste foi fortemente marcada pela introdução da cultura da cana-de-açúcar, que rapidamente se tornou o principal motor econômico da região. A colonização efetiva teve início com a chegada de Duarte Coelho à Capitania de Pernambuco, em 1535, consolidando-se com a instalação dos primeiros engenhos e a fundação de vilas como Olinda e Igarauçu. A escolha da cana-de-açúcar como produto agrícola principal se deu pela combinação de condições naturais favoráveis, como o solo fértil, o clima tropical, rios navegáveis e a proximidade dos portos, que facilitavam o transporte para o mercado europeu (ANDRADE, 1973).

Com o crescimento dessa atividade, o Brasil emergiu como o maior produtor mundial de açúcar até meados do século XVII, aproveitando-se da riqueza territorial e da demanda europeia. Ao contrário das colônias espanholas, centradas na extração de metais preciosos, a economia brasileira consolidou-se como agroexportadora. Essa dependência da produção açucareira, no entanto, gerou custos sociais significativos. A exploração do trabalho escravizado foi um dos pilares do sistema, que concentrou terras e consolidou uma elite agrária. Essa estrutura desigual sustentou a organização social e econômica da colônia. (GALEANO, 2011).

A economia açucareira não funcionava isoladamente. Como destacado por Prado Jr. (2017), dois sistemas produtivos interdependentes estruturaram a economia colonial. De um lado, a produção de cana-de-açúcar para exportação em larga escala, que ocupava as melhores terras e concentrava os esforços econômicos. De outro, as atividades assistenciais, que ofereciam suporte à produção açucareira. Essas atividades incluíam tanto o cultivo de gêneros alimentícios voltados para a subsistência dos trabalhadores rurais – com destaque para a

mandioca - quanto a pecuária - em especial a carne de gado - ambas essenciais para a manutenção do sistema agroexportador.

No entanto, a ênfase quase exclusiva na monocultura da cana-de-açúcar trouxe sérios desafios para a alimentação da população. As culturas alimentares destinadas aos trabalhadores rurais eram frequentemente negligenciadas pelos grandes proprietários, que priorizavam a maximização de ganhos na produção açucareira. Essa negligência resultou em um cenário de subnutrição generalizada entre as classes mais pobres, enquanto apenas as elites gozavam de segurança alimentar. A população urbana, por sua vez, enfrentava ainda mais dificuldades, devido à monopolização das terras férteis pela monocultura da cana, o que restringia ainda mais o acesso a alimentos básicos (PRADO JR, 2017).

Esse modelo de produção não só exacerbava as desigualdades sociais internas, mas também passou a ser minado por pressões externas. O setor açucareiro começou a declinar de forma mais gradual do que catastrófica no curto prazo. Durante os séculos XVII e XVIII, o sistema produtivo baseado na cana-de-açúcar manteve-se relativamente resistente, pois os preços internacionais ainda eram elevados e as unidades produtivas não enfrentaram grandes crises financeiras. No entanto, as limitações da economia açucareira começaram a emergir, especialmente a falta de inovações produtivas e o esgotamento das terras férteis. Esse declínio foi acelerado pela invasão holandesa. Durante sua ocupação no Nordeste, os holandeses dominaram parte da produção e do comércio de açúcar, acumulando valiosa experiência que, após a expulsão, lhes permitiu desenvolver colônias açucareiras nas Antilhas. Esse conhecimento transferido para as novas colônias intensificou a competição no mercado internacional, resultando na diminuição das exportações brasileiras e na redução das riquezas oriundas da cana-de-açúcar (FURTADO, 2005).

Durante esse período de declínio, a pecuária, que inicialmente funcionava como uma atividade auxiliar, se consolidou como uma alternativa mais estável. A expansão da pecuária para o interior nordestino foi crucial para a adaptação da economia colonial às novas condições. A pressão das plantações de cana nas áreas mais férteis forçou a pecuária a se deslocar para o semiárido, regiões menos favoráveis para o cultivo de açúcar, mas que possibilitaram a ocupação do interior e o fornecimento de alimentos essenciais, como carne bovina, para as populações locais. A economia pecuária foi mais resiliente, pois era menos dependente das flutuações do mercado internacional e estava estruturada de maneira mais autossustentável (FURTADO, 2005).

A pecuária teve um papel fundamental na economia e na ocupação do interior nordestino, atendendo às necessidades alimentares da população e contribuindo para a estrutura produtiva da colônia, mesmo com o declínio da produção açucareira (PRADO JR, 2017). Durante os séculos XVII e XVIII, sua expansão foi impulsionada a partir de focos irradiadores na Bahia e em Pernambuco, avançando pelo curso médio do rio São Francisco e alcançando regiões como Piauí e Maranhão. Apesar de enfrentar desafios climáticos no semiárido, a atividade consolidou-se como um dos principais sustentos da população rural e fator determinante na organização territorial. No entanto, as adversidades naturais, como a escassez de água e a baixa qualidade das pastagens, condicionaram uma ocupação irregular, concentrada em torno de rios perenes e fontes de água, resultando em aglomerados urbanos pequenos e atividades econômicas pouco diversificadas.

Embora o gado do Nordeste tenha desempenhado um papel importante no abastecimento alimentar das populações do litoral, a qualidade inferior da carne e as dificuldades logísticas, agravadas pelas recorrentes secas, limitaram a sustentabilidade desse modelo econômico. O apogeu da pecuária nordestina no século XVIII foi seguido por um declínio acentuado, culminando na substituição do gado local pela carne-seca importada do sul da colônia, refletindo os limites estruturais dessa economia no contexto da colônia brasileira (PRADO JR, 207).

Esse declínio da pecuária nordestina se insere em um quadro mais amplo de estagnação econômica, evidenciado pelo processo de decadência da economia açucareira, que também passava por dificuldades estruturais. De acordo com Furtado (2005), a economia açucareira no Nordeste, iniciando sua queda na segunda metade do século XVII, manteve uma dinâmica de preservação estrutural que limitava o aumento da produtividade. A expansão da economia açucareira era extensiva, baseada na incorporação de terras e mão de obra, sem modificações significativas que pudessem aumentar a eficiência produtiva. Isso tornou a economia resistente a curto prazo às flutuações dos preços, mas também consolidou a estagnação a longo prazo. Em contraste, a economia criatória apresentou uma dinâmica distinta, com reposição automática de capital, ou seja, a renovação do rebanho ocorria naturalmente pela reprodução dos animais, reduzindo a necessidade de grandes investimentos externos, e condições de trabalho que favoreciam o crescimento vegetativo da força de trabalho, permitindo uma adaptação mais eficaz a um modelo de subsistência.

A pecuária, no entanto, se inseria em um contexto diferente da economia açucareira, como aponta Furtado (2005). Embora essencial para a ocupação e a sobrevivência local, a

pecuária do interior nordestino não se estruturou prioritariamente como uma atividade voltada para a exportação, diferentemente do açúcar. Seu crescimento ocorreu de maneira relativamente autossuficiente, mas também atendeu à demanda do setor açucareiro e, em menor escala, ao comércio externo. Assim, embora a pecuária nordestina tivesse uma função essencial no abastecimento da economia açucareira e até contribuísse com produtos para exportação, sua participação no processo de acumulação capitalista era limitada. Em momentos de crise do açúcar, sua face mercantil enfraquecia, tornando-se mais voltada para a subsistência, sobretudo nas regiões mais distantes do sistema canavieiro.

Em contraste, outras atividades, como a produção de algodão, apresentaram uma trajetória mais integrada às dinâmicas do mercado global. De acordo com Furtado (2005), a guerra de independência dos EUA, ao desorganizar a produção de algodão nas colônias norte-americanas, abriu espaço para a concorrência de outras regiões produtoras, especialmente o Maranhão. Esse cenário impulsionou a produção algodoeira no estado, que se beneficiou da crescente demanda mundial, intensificada pela Revolução Industrial inglesa. O apoio financeiro do governo português aos colonos e os investimentos na produção de algodão foram fundamentais para que a região experimentasse uma prosperidade temporária no final do período colonial, em contraste com a crise enfrentada por outras áreas da colônia.

Entretanto, essa prosperidade estava alicerçada em uma estrutura econômica mercantilista e dependente do trabalho escravo, que moldava as relações de produção na cultura do algodão no Maranhão entre 1760 e 1888. Inserido nesse modelo, o sistema algodoeiro se beneficiava do baixo custo do trabalho escravo, mas ao mesmo tempo perpetuava a subordinação da economia colonial às diretrizes da coroa portuguesa. Como destaca Barbosa (2005), essa lógica mercantilista e agroexportadora não apenas limitava o desenvolvimento econômico sustentável da região, mas também agravava os desafios estruturais da produção, como a baixa produtividade e a necessidade de expansão constante para novas fronteiras agrícolas. A partir de meados do século XIX, o cultivo de algodão começou a se expandir para outros estados do Nordeste, através de parcerias entre proprietários de terra e trabalhadores “agregados” ou meieiros, com destaque para o papel dessa cultura na monetização da atividade agrícola no interior da região. Embora ainda caracterizado por um sistema desigual, no qual o proprietário de terra exercia o controle sobre os trabalhadores e explorava suas condições, o cultivo de algodão também teve um impacto importante na fixação da população no semiárido, ao criar uma atividade agrícola que permitia a subsistência e a geração de renda. No entanto, a decadência do setor algodoeiro no Maranhão, acentuada a partir de meados do século XIX,

evidenciou os limites de um modelo econômico que não foi capaz de sustentar sua competitividade diante das transformações globais e internas. Enquanto isso, no restante da região nordestina, as mesmas bases estruturais — o mercantilismo e a dependência do trabalho escravo — contribuíam para a decadência do mercado açucareiro, que já não ocupava a posição de destaque na economia luso-brasileira. Assim como o algodão no Maranhão, a monocultura do açúcar no Nordeste enfrentava os desafios impostos pelas transformações econômicas e políticas globais, acentuados pela dependência de Portugal em relação à Inglaterra.

Esses fatores externos e internos não apenas aceleraram a decadência do mercado açucareiro, mas também moldaram de forma duradoura a organização social e fundiária da região. A economia colonial nordestina, profundamente marcada pela produção açucareira e suas atividades complementares, evidencia a complexa relação entre o modelo agroexportador, as dinâmicas de trabalho e a estrutura fundiária. A monocultura da cana-de-açúcar, sustentada pela mão de obra escravizada e pela concentração fundiária, consolidou uma elite agrária e acentuou desigualdades sociais. Nesse cenário, a subsistência dos trabalhadores rurais e das populações urbanas era constantemente comprometida pela priorização da monocultura em detrimento de culturas alimentares.

Comparando-se com a economia sudestina emergente, estudada no capítulo anterior, observa-se que, apesar das semelhanças na dependência do trabalho escravizado, o modelo cafeeiro do Sudeste, ao se desenvolver no período do capitalismo moderno e não no mercantil, já incorporava inovações técnicas e estruturais que ampliaram sua competitividade no mercado global. Essa adaptação contrastava com a resistência do setor açucareiro às mudanças, perpetuando sua estagnação.

Portanto, a economia nordestina colonial não apenas desempenhou um papel central na formação das estruturas econômicas e sociais do Brasil, mas também expôs os limites de um modelo agroexportador sustentado por bases frágeis e desiguais. Enquanto o Nordeste permanecia preso à monocultura tradicional, à concentração fundiária e à dependência do trabalho escravizado, O Sudeste, embora impulsionado pelo dinamismo da cafeicultura e por inovações técnicas e institucionais, consolidava-se como o novo polo econômico do país sem romper com a estrutura fundiária concentrada e a lógica agroexportadora. O desenvolvimento da região manteve-se marcado por uma forte desigualdade na distribuição da terra e por dinâmicas laborais que podem ser interpretadas como compatíveis com a lógica da superexploração, refletindo continuidades em relação aos modelos anteriores.

Essa discrepância reflete as desigualdades inerentes aos modelos de desenvolvimento de ambas as regiões: No Sudeste, a modernização, embora seletiva e concentrada em setores estratégicos, favoreceu a integração ao mercado internacional sem romper com a estrutura fundiária concentrada e a exploração da mão de obra, ainda majoritariamente escravizada ou sub-remunerada. No Nordeste, a resistência às mudanças estruturais aprofundou a estagnação e manteve o meio rural preso a padrões de subsistência e exclusão social, embora ambas as regiões compartilhassem um modelo econômico baseado na grande propriedade e na desigualdade na distribuição de terras. Essas disparidades regionais ajudam a explicar o persistente subdesenvolvimento nordestino, especialmente em sua zona rural, onde o legado da concentração fundiária e da exploração do trabalho se perpetua

### **3.3 Origens e Desenvolvimento da Agricultura Camponesa no Nordeste**

De acordo com Sabourin (2009), a formação da agricultura camponesa no Nordeste do Brasil possui raízes históricas marcadas pela interação entre diferentes sistemas de produção e pela exclusão territorial promovida pelas elites agrárias desde o período colonial. A colonização da região, como já analisada no capítulo anterior, organizou-se em torno de grandes extensões de terras, concedidas pela Coroa Portuguesa por meio das sesmarias<sup>17</sup>. Essas terras foram destinadas, predominantemente, às grandes plantações de cana-de-açúcar no litoral úmido e à pecuária extensiva no semiárido do sertão. Tal estrutura resultou na marginalização das populações que não faziam parte dos sistemas produtivos dominantes, mas que desempenharam papel crucial na formação da agricultura camponesa (SABOURIN, 2009)

A agricultura camponesa nordestina possui três principais origens sociais e técnicas: a agricultura indígena, os trabalhadores da agricultura colonial e os pequenos colonos livres. A agricultura indígena, estabelecida ao longo dos rios e no litoral, trouxe técnicas como o

---

<sup>17</sup> As sesmarias foram doações de terras feitas pela Coroa Portuguesa durante o período colonial, com base em um instituto jurídico originado em 1375. Essas doações visavam a distribuição de terras para a colonização e a exploração agrícola, sendo o principal meio legal de obtenção de terras rurais e de titulação de propriedade no Brasil colonial. Pequenos produtores podiam apropriar-se de terras devolutas por meio de ocupação, ou seja, posse (NOZOE, 2006)

consórcio de culturas<sup>18</sup> e a agricultura de vazante<sup>19</sup>, que permanecem presentes em práticas tradicionais de cultivo, como mandioca, milho e feijão. Por outro lado, os trabalhadores sujeitados às grandes fazendas desempenhavam um papel ambíguo: enquanto produziam alimentos para subsistência, também eram explorados nas culturas de exportação (SABOURIN, 2009).

Essas práticas, inseridas em uma estrutura de dominação fundiária, foram uma forma de resistência à organização da agricultura no Brasil, que se consolidou ao longo do tempo. Nesse sentido, como destaca Wanderley (2015), a formação do campesinato brasileiro está intimamente ligada à resistência ao sistema fundiário baseado na grande propriedade e no trabalho escravo, e, mesmo com a consolidação do poder fundiário das elites, pequenos agricultores camponeses continuaram a ocupar, de forma precária e sem titulação jurídica, espaços periféricos aos latifúndios. A promulgação da Lei de Terras em 1850, que formalizou a compra como única forma de acesso à propriedade, reforçou essa exclusão, mas não extinguiu o sistema de posse precária, permitindo a continuidade de práticas agrícolas de resistência e, em alguns casos, a formação de comunidades camponesas mais permanentes. Nesse contexto, Wanderley (2015) define o campesinato como aquele que:

(...) “corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura.” (WANDERLEY, 2015, p. 2).

Essas origens e práticas, embora significativas para a organização social e econômica da região, contrastam com o modelo de exploração econômica estabelecido pelas elites açucareiras. No período colonial, as elites que controlavam as grandes plantações de cana-de-açúcar concentravam seus esforços nas áreas litorâneas e nas terras férteis, buscando maximizar

---

<sup>18</sup> Consórcio de culturas é uma prática agrícola que consiste no cultivo simultâneo de duas ou mais espécies em uma mesma área, de forma a otimizar o uso dos recursos disponíveis, como água, nutrientes e radiação solar. Essa técnica é amplamente adotada por pequenos produtores rurais como estratégia para intensificar o uso da terra tanto no tempo quanto no espaço, promovendo maior eficiência na exploração dos recursos naturais e diversificação produtiva (FLECK, MACHADO e SOUZA, 1984).

<sup>19</sup> A agricultura de vazante é praticada nas faixas de terras situadas nas margens de açudes, barragens, lagoas e leitos dos rios. Essas áreas são inundadas pelas águas durante o período chuvoso, sendo cobertas pelas águas das chuvas e das cheias dos rios. No entanto, durante a época seca, as águas recuam, deixando essas terras descobertas e disponíveis para o cultivo (ARAÚJO; PORTO; SILVA, 2004).

os lucros por meio da monocultura açucareira, que exigia solo fértil e condições adequadas de irrigação – características que o sertão, com seu clima semiárido e geografia desafiadora, não oferecia. Essas distinções regionais e produtivas ajudaram a consolidar a polarização entre o modelo de agricultura tradicional camponesa e o sistema agrário voltado para a produção de exportação, que já surgia no período colonial (SABOURIN, 2009).

Dessa forma, o interior nordestino, apesar de ser crucial para atividades de subsistência, como a pecuária, permaneceu marginalizado economicamente. A pecuária no sertão, voltada para o sustento local e sem a capacidade de gerar os mesmos lucros que a produção açucareira, não atraía investimentos das elites, que preferiam focar nas regiões voltadas à exportação. Além disso, as secas recorrentes e a fragilidade do sertão dificultavam a expansão da agricultura, tornando-a menos atraente para as elites coloniais. A falta de inovações e a ausência de uma estrutura de mercado mais robusta explicam, em grande parte, a marginalização do sertão, consolidando, portanto, a centralidade das atividades agroexportadoras no litoral (SABOURIN, 2009).

Entretanto, com o declínio da pecuária no sertão a partir do século XVIII e a fragmentação das grandes fazendas, novos processos de ocupação começaram a ocorrer, marcando a emergência do campesinato. Camponeses e trabalhadores livres passaram a ocupar espaços marginais, consolidando uma nova dinâmica agrária que, embora subordinada às elites, cumpria funções essenciais, como a produção de alimentos e a criação de animais. O fim das sesmarias, em 1823, também contribuiu para a formação de um mercado fundiário, com as terras devolutas tornando-se alvo de disputas entre as oligarquias locais e os camponeses (SABOURIN, 2009).

Em continuidade a esse processo de concentração territorial, a agricultura empresarial, ao monopolizar as terras mais férteis e de fácil mecanização, consolidou uma divisão territorial que dificultou ainda mais o acesso dos camponeses às áreas adequadas para a agricultura. As regiões de maior interesse para as grandes plantações, como a Zona da Mata, possuíam terrenos pouco acidentados, com solos e relevo mais homogêneos, que favoreciam a produção em larga escala e eram mais atrativas para as elites agroexportadoras. Já os camponeses, por sua vez, foram confinados a áreas menos férteis e mais difíceis de serem mecanizadas, como os morros acidentados do Agreste, as encostas das depressões dos Cerrados ou os vales aluviais do semiárido nordestino (SABOURIN, 2009).

Além da posse da terra, o acesso à água tem sido historicamente um elemento central para a reprodução social e econômica das comunidades camponesas no Nordeste. Desde o

período colonial, a disponibilidade de recursos hídricos nas áreas semiáridas da região foi um fator determinante para a organização social e produtiva, sendo a água frequentemente controlada pelas elites agrárias. Como aponta Sabourin (2009), o uso comunitário da água era uma prática comum entre os camponeses, que viam nesse recurso um bem coletivo essencial para sua subsistência. Contudo, ao longo do tempo, essa relação se transformou com a intensificação do controle privado sobre os recursos naturais, especialmente em contextos de maior desenvolvimento agroexportador.

A água, antes utilizada de forma comunitária, tornou-se cada vez mais subordinada à lógica de mercado, sendo apropriada por grandes empresários e elites agrárias, em detrimento das populações locais. Polanyi (1980) alerta que a mercantilização de recursos essenciais à vida, como a água, representa uma destruição social, ao transformar aquilo que deveria ser um bem comum em uma mercadoria controlada por interesses privados. No contexto nordestino, esse fenômeno não apenas acentuou as desigualdades estruturais, mas também colocou os camponeses em uma posição ainda mais vulnerável dentro de um sistema econômico excludente.

Nesse cenário, a agricultura camponesa no Nordeste se desenvolveu entre as brechas e contradições dos sistemas dominantes, adaptando-se às exigências das elites agrárias, mas também ressignificando práticas indígenas, africanas e europeias. Esse processo gerou uma dinâmica de resistência e adaptação, conferindo ao campesinato uma resiliência notável, embora frequentemente submetida às pressões do poder local, que visava preservar a exclusão das classes dominadas.

O processo de mercantilização da terra e da água, elementos essenciais à sobrevivência, consolidou a marginalização dos camponeses ao longo da história do Nordeste. A partir da promulgação da Lei de Terras em 1850, a terra deixou de ser um bem acessível, agora restrito à lógica de mercado, o que favoreceu ainda mais a concentração fundiária nas mãos das elites agrárias e dificultou o acesso das populações camponesas.

A marginalização da agricultura camponesa no Brasil, que se acentuou após a Segunda Guerra Mundial, foi um reflexo de uma crise estrutural que gerou intensos conflitos pelo acesso à terra e violências contra os trabalhadores rurais. No entanto, ao mesmo tempo, o processo de crescente integração dos sistemas camponeses à economia de mercado, conforme observa Sabourin (2009), ampliou as trocas mercantis e os fluxos comerciais no campo, resultando na formação das Ligas Camponesas e sindicatos, que reivindicavam direitos para os trabalhadores rurais. Nesse contexto, durante o período de redemocratização do Brasil, iniciado em 1945,

ocorreu uma intensa mobilização camponesa em diversos estados do país, com o Partido Comunista se destacando como a única organização que efetivamente atuava junto às massas rurais, enquanto as demais forças políticas limitavam-se a estratégias eleitorais atreladas à influência dos grandes latifundiários. Apesar da ausência de proibição formal para a sindicalização dos trabalhadores agrícolas, a obtenção de personalidade jurídica para essas entidades era dificultada por um complexo processo burocrático, resultando em que, até 1954, apenas um número reduzido de sindicatos rurais conseguiu ser registrado legalmente. Diante dessas limitações, a mobilização camponesa encontrou no Código Civil um meio alternativo de organização, permitindo a criação das Ligas Camponesas entre 1945 e 1947. Essas organizações, fortemente influenciadas pela estrutura centralizada do Partido Comunista, tiveram um impacto significativo, possibilitando a eleição de representantes camponeses em assembleias estaduais e municipais (MORAIS, 2012). No entanto, sua atuação se deu em um contexto de baixo nível de escolarização no meio rural, que impunha obstáculos adicionais à organização política dos trabalhadores. Como observa Lima (2005), a maioria dos trabalhadores rurais era analfabeta, o que limitava sua capacidade de articular-se em sindicatos, de acessar instrumentos jurídicos e de exercer plenamente os direitos civis garantidos formalmente pelo Estado. Esse cenário reforçava a exclusão política e a dependência social, elementos que as Ligas Camponesas buscavam enfrentar com práticas de organização popular e reivindicação de direitos.

A partir da década de 1950, essas organizações começaram a emergir como uma resposta à proletarização rural, processo que foi impulsionado pela transformação da agricultura em uma engrenagem de um sistema mais amplo de exploração econômica. Dessa forma, os excedentes agrícolas, que antes circulavam dentro das comunidades rurais, passaram a ser apropriados pelos setores urbanos, como a burguesia industrial, os bancos, comerciantes e o Estado, resultando em uma transferência de riqueza que aprofundou a desigualdade entre cidade e campo. Segundo Ianni (2012), esse processo consolidou os trabalhadores rurais como uma força de trabalho subordinada, essencial para a reprodução do capital industrial e comercial, mas sem obter os frutos de seu trabalho, o que levou ao fortalecimento das Ligas Camponesas como um movimento de resistência e reivindicação de uma reforma agrária.

Com o golpe de 1964, as Ligas Camponesas foram extintas pelos novos governantes, que as viam como organizações politicamente excessivas e fora do controle do Estado. Em seu lugar, os sindicatos rurais emergiram, tanto como uma resposta às reivindicações dos trabalhadores do campo quanto como um instrumento do governo para regular e formalizar as

relações de trabalho no setor agrícola. Até então, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943, não abrangia os trabalhadores rurais, limitando-se ao setor urbano. Foi somente em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, que se estabeleceram regras mais claras para os contratos de trabalho e para a sindicalização no meio rural (IANNI, 2012).

Com esse avanço legal, os sindicatos rurais se multiplicaram rapidamente, absorvendo muitas das antigas Ligas Camponesas e se beneficiando de maior estrutura organizacional e apoio financeiro, especialmente de partidos políticos e da Igreja Católica. Além disso, a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), em vigor entre 1963 e 1964, também incentivou a criação de sindicatos, ampliando a presença do Estado na mediação das relações de trabalho no campo. No entanto, a partir de 1964, com a ascensão do governo de Humberto de Alencar Castello Branco, a sindicalização rural sofreu forte repressão. Líderes de movimentos sociais como Francisco Julião, Miguel Arraes, Gregório Bezerra e Leonel Brizola foram afastados, e embora os sindicatos não tenham sido formalmente proibidos, muitos sofreram intervenção estatal. Apesar dessa repressão, as tensões sociais no campo não foram contidas, mas intensificadas, forçando o proletariado rural a retomar sua luta pela sindicalização, um direito essencial para a reivindicação de melhores condições de trabalho e sobrevivência no campo (IANNI, 2012).

No mesmo período, enquanto o governo de Castello Branco buscava controlar a organização social no campo, o Brasil passava por um processo de modernização econômica com o milagre econômico, o que incluía a construção de rodovias, sistemas hídricos e a expansão das agroindústrias. Esse processo, liderado pelo Estado federal, teve um impacto profundo nas regiões rurais, especialmente no Nordeste. A partir dos anos 1970 e 1980, os projetos de combate à seca e os financiamentos para infraestrutura e equipamentos voltados aos agricultores familiares proporcionaram o crescimento das áreas cercadas (SABOURIN, 2009).

A formação e o desenvolvimento da agricultura camponesa no Nordeste revelam uma complexa interseção entre a estrutura fundiária e as relações de trabalho, marcada pela resistência e pela luta das populações camponesas contra a exclusão territorial promovida pelas elites agrárias. A histórica marginalização do campesinato, que se iniciou no período colonial e se perpetuou até o século XX, foi estruturada por um modelo agrário concentrado nas mãos das elites, com grande parte da terra e dos recursos, como a água, sendo apropriados por grandes proprietários. Esse processo de exclusão evidenciou as relações de trabalho baseadas na subordinação e exploração do campesinato, marcado pelo trabalho escravo e, posteriormente, pela precarização das condições de trabalho assalariado.

No entanto, como mostra o desenvolvimento das Ligas Camponesas, essa estrutura de dominação fundiária não foi passivamente aceita pela população. A luta por melhores condições de vida e pela democratização do acesso à terra foi central para a organização desses trabalhadores, que, mesmo subjugados a um sistema de opressão, se reorganizaram para resistir à marginalização, buscar a reforma agrária e reivindicar direitos. O movimento das Ligas Camponesas, ao lado das organizações sindicais que surgiram na década de 1950, simboliza a busca por uma reconfiguração das relações de trabalho no campo, além de desafiar a perpetuação de um sistema agrário voltado para a concentração de riqueza e a exclusão das camadas mais pobres da população. No entanto, a ação repressiva do Estado, culminando na extinção das Ligas Camponesas após o golpe de 1964, reflete a resistência das elites agrárias à reorganização das estruturas de poder e a manutenção de um modelo que favorecia a exploração do trabalho camponês. Assim, a luta camponesa no Nordeste revela não apenas um movimento de resistência social, mas também a complexa relação entre a estrutura fundiária e as condições de trabalho, que permanecem, até hoje, como um dos maiores desafios para a superação das desigualdades no campo.

Esse movimento de resistência foi particularmente significativo na Zona da Mata de Pernambuco, onde as Ligas Camponesas tiveram um papel central na organização dos trabalhadores rurais. Segundo Morais (2012), essas organizações surgiram como resposta à concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários e à exploração intensiva dos trabalhadores agrícolas, que viviam em condições precárias. A partir de uma visão de classe, as Ligas Camponesas promoveram ações de resistência e mobilização popular, propondo a reforma agrária como solução para as desigualdades estruturais da região. Na Zona da Mata, a luta pela terra se concentrava contra os grandes latifúndios ligados à indústria sucroalcooleira, ao contrário de outras regiões, como o Agreste e o Sertão, onde o conflito estava mais relacionado às disputas por terras devolutas e à posse tradicional. Além de reivindicar melhores condições de trabalho, as Ligas também foram fundamentais para o fortalecimento da identidade camponesa e na construção de uma frente política organizada. Morais (2012) enfatiza que, apesar da repressão violenta durante a ditadura militar, a resistência das Ligas na Zona da Mata deixou um legado importante para as lutas sociais no campo, especialmente no que diz respeito à afirmação dos direitos dos trabalhadores rurais e à luta pela democratização do acesso à terra.

### 3.4 A Consolidação da Estrutura Agrária no Nordeste Brasileiro

O setor açucareiro no Nordeste do Brasil vivenciou, a partir do século XIX, um período de transição marcado por mudanças tecnológicas e produtivas. A substituição gradual dos engenhos pelas usinas reorganizou as relações de trabalho e propriedade, ao mesmo tempo em que aprofundou as desigualdades sociais. Esses processos refletiram não apenas uma tentativa de modernização, mas também a permanência de estruturas de exploração no campo, que seriam determinantes para a dinâmica agrária da época (SHIMADA, 2013).

Na segunda metade do século XIX, a produção de açúcar no Nordeste passou por transformações significativas, especialmente com a transição do trabalho escravo para o assalariado, o que alterou as relações de trabalho e produção. A promulgação da Lei de Terras de 1850 estimulou a valorização da terra e o surgimento do mercado de terras, reconfigurando o espaço agrário (SHIMADA, 2013).

No entanto, a lavoura canavieira enfrentava sérias dificuldades, como a queda nos preços do mercado externo, a concorrência internacional e a falta de capitais para modernizar a produção. Esses desafios impulsionaram tentativas de mudança a partir de 1870, com o governo imperial concedendo subsídios para a construção de engenhos centrais<sup>20</sup> e ferrovias, buscando modernizar o setor (SHIMADA, 2013).

Esse cenário de transição para uma modernização da indústria açucareira foi profundamente afetado pela crise dos engenhos centrais. Embora esses engenhos fossem vistos como uma solução para a melhoria da produção de açúcar, enfrentaram dificuldades como a inadequação das máquinas às condições locais, a má qualidade dos equipamentos e o descumprimento dos contratos de fornecimento de matéria-prima. Além disso, muitos proprietários de engenhos tradicionais mantiveram seus próprios engenhos e só forneciam cana aos engenhos centrais quando os preços e as condições lhes eram favoráveis, o que dificultava a regularidade no abastecimento e comprometia a eficiência do modelo centralizado (EISENBERG, 1977). A crescente demanda por açúcar de melhor qualidade no mercado internacional forçou o setor a buscar alternativas, o que resultou no surgimento das usinas. Representando um avanço tecnológico e organizacional, as usinas, com a instalação de novas fábricas e a adoção de métodos mais eficientes, visaram atender a essa demanda. A região de

---

<sup>20</sup> Esses engenhos eram, geralmente, controlados por empresas comerciais, muitas vezes estrangeiras, e se caracterizavam pela utilização de tecnologias modernas, como a mecanização do processo produtivo. Além disso, os engenhos centrais eram subsidiados pelo governo imperial, que oferecia garantias de juros sobre o capital investido, e apresentavam restrições quanto à posse de terras para o cultivo de cana e ao uso de mão-de-obra escrava (ANDRADE, 2001).

Pernambuco, pioneira na implantação dessas usinas, concentrou cerca de 49 instalações entre 1885 e 1900 (ANDRADE, 1973).

Essa transformação, no entanto, não ocorreu de maneira uniforme, sendo profundamente impactada por um sistema de zoneamento regional. O processo de implantação das usinas em Pernambuco foi impulsionado por subsídios do governo estadual, que, além de garantir o fornecimento adequado de matéria-prima, estabeleceu limites geográficos para a instalação das usinas, a fim de evitar a sobreposição de novas fábricas em regiões vizinhas. Embora essa estratégia buscasse organizar a produção e reduzir as tensões entre usineiros e senhores de engenho, ela não foi capaz de evitar que diferentes regiões do estado apresentassem graus distintos de desenvolvimento. Enquanto áreas mais próximas ao litoral, como a Zona da Mata, com melhor infraestrutura e acesso facilitado ao mercado externo, prosperaram, outras regiões, especialmente aquelas mais afastadas e com menor capacidade de investimento, ficaram à margem desse processo de modernização. A concentração das usinas nas regiões mais favorecidas intensificou as tensões regionais e sociais, exacerbando o conflito entre usineiros e os antigos proprietários de engenhos, que, progressivamente, se viam subjugados a condições de fornecedores ou arrendatários, em uma dinâmica de dependência econômica (RODRIGUES, 2020).

O modelo dos engenhos centrais, apoiado pelo governo imperial, baseava-se na separação entre produção agrícola e industrial, concentrando capital em usinas que dependiam de pequenos fornecedores de cana. Embora houvesse incentivos governamentais, como isenção de impostos e crédito subsidiado, essa política confrontava os interesses da aristocracia rural, que temia perder o monopólio histórico sobre a produção. A criação de associações como a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP) reflete a resistência dos senhores de engenho, que buscavam modernizar suas fábricas e manter o controle sobre suas propriedades. A introdução das usinas, portanto, foi percebida como uma solução parcial e controversa, revelando um conflito latente entre a aristocracia fundiária e os novos investidores industriais (WANDERLEY, 1979).

Wanderley (1979), explica que essa resistência por parte da aristocracia rural tinha impactos diretos na dinâmica fundiária da região. Embora alguns senhores de engenho tivessem se adaptado e prosperado com a transição, muitos resistiram ou foram excluídos do processo. Para os que conseguiram modernizar seus engenhos ou se integrar ao modelo de usinas, os benefícios foram claros. No entanto, uma parcela significativa enfrentou dificuldades para acessar os capitais necessários ou mesmo para aceitar as mudanças culturais e produtivas que a

transição impunha. Nesse contexto, muitos acabaram vendendo suas propriedades ou reduzindo suas operações, tornando-se apenas fornecedores de cana para as usinas, e, assim, abrindo mão da produção de açúcar. Essa reconfiguração não apenas aprofundou a concentração fundiária nas mãos dos proprietários das usinas, como também consolidou um sistema de dependência econômica entre os pequenos fornecedores e os grandes investidores industriais, perpetuando as desigualdades estruturais no campo.

O processo de transição dos engenhos para as usinas no Brasil foi marcado por dificuldades que não apenas atrasaram sua consolidação, mas também trouxeram profundas implicações sociais e econômicas. A liquidação dos engenhos ocorreu de forma gradual, em parte devido às próprias limitações da indústria açucareira, que, diferentemente das Antilhas, não atraiu significativo investimento estrangeiro. As usinas, embora progressivamente absorvessem a produção de açúcar, enfrentavam restrições de recursos e concentravam sua atuação na exploração das antigas propriedades, que passaram a fornecer exclusivamente cana-de-açúcar. Esse processo resultou em uma crescente concentração de riqueza nas mãos das usinas, ao mesmo tempo em que gerava tensões nas relações entre estas e os fornecedores de cana, cuja subsistência se via ameaçada pelo aumento das lavouras próprias das usinas. Tal dinâmica, ao intensificar a precariedade dos pequenos produtores, reforçou as desigualdades estruturais do setor agrário brasileiro, destacando os limites da modernização impulsionada pelas usinas (PRADO JR, 2017).

O processo de acumulação nas usinas de açúcar, de acordo com Wanderley (1979), fundamentava-se na exploração do trabalho assalariado, cuja base era a apropriação da mais-valia gerada pelos operários. A transição do trabalho escravo para o assalariado, nesse contexto, não significou uma ruptura com a exploração, mas sim uma reorganização das relações de subordinação, que agora se estruturavam sob o controle do capital industrial. Além disso, a manutenção de vínculos entre o capital e a propriedade fundiária condicionava as possibilidades de acumulação, ao mesmo tempo em que limitava a autonomia dos trabalhadores. Esse modelo era também influenciado pelos limites estruturais do mercado do açúcar, marcado por flutuações de preço e competição internacional, que intensificavam a exploração da mão de obra como estratégia para garantir os lucros do setor, perpetuando desigualdades históricas no campo.

Portanto, a transição dos engenhos para as usinas não apenas refletiu as mudanças estruturais no setor açucareiro, mas também revelou os limites de um modelo de modernização que aprofundava as desigualdades existentes. Esse processo, marcado por resistências,

exclusões e reconfigurações fundiárias, evidencia a complexa relação entre modernidade e tradição no campo brasileiro, ressaltando as contradições de uma economia agrária que buscava se adaptar às exigências do mercado internacional enquanto perpetuava as estruturas de poder e exploração herdadas do período colonial.

De maneira análoga, a economia nordestina durante a República Velha manteve-se profundamente marcada por essas desigualdades estruturais, refletindo a continuidade de um modelo agrário que preservava traços do período colonial. A região continuava a exibir uma estrutura fundiária altamente concentrada, dominada por grandes propriedades voltadas para a produção de commodities destinadas ao mercado externo, como o açúcar e o algodão. Apesar do avanço das usinas em substituição aos antigos engenhos, o processo de modernização revelou dificuldades estruturais significativas e não conseguiu mitigar as profundas desigualdades sociais que moldavam a vida no campo. Embora houvesse avanços tecnológicos, a modernização agrícola acentuou a concentração de renda e reduziu o número de postos de trabalho. Essa dinâmica gerou um excedente de mão de obra que, enquanto favorecia o surgimento de grandes indústrias urbanas, pressionava os salários para baixo e limitava a expansão do mercado interno. No entanto, é importante notar que, enquanto a Zona da Mata canavieira passou por transformações mais significativas no processo produtivo devido à modernização, no caso do algodão praticamente não houve mudanças, com a manutenção do sistema de parceria entre proprietários de terras e trabalhadores, sem grandes alterações nas relações de trabalho pós-abolição. Assim, a modernização da economia nordestina ocorreu de maneira restrita, preservando relações de produção arcaicas, fortalecendo o latifúndio e consolidando o poder das elites agrárias. Esse cenário perpetuou um modelo de baixa eficiência econômica, que dificultava a consolidação de uma indústria regional competitiva.

A dependência de modelos tradicionais de produção e a ausência de avanços significativos na industrialização agravaram a estagnação econômica e intensificaram o êxodo rural. Muitos migraram em busca de melhores condições de vida e trabalho, enquanto a região permanecia como uma “periferia” dentro da economia nacional, sobretudo após a crise de 1929. Esse episódio revelou ainda mais as fragilidades do Nordeste, incapaz de competir com a industrialização avançada e mecanizada do Sudeste. Segundo Gontijo (1988), o Nordeste, com sua estrutura pouco industrializada, foi relegado a uma posição de dependência e viu seu desenvolvimento econômico ainda mais comprometido.

Para compreender as condições de trabalho nesse contexto, é fundamental recorrer à análise de Wanderley (1979), que examina as contradições da industrialização da produção

açucareira no Nordeste. A autora destaca que, embora a modernização trouxesse avanços tecnológicos, as relações de produção permaneceram arcaicas. A queda nas exportações de açúcar a partir de 1901 e o aumento do consumo interno em grandes cidades garantiram temporariamente a liderança de Pernambuco na produção de açúcar, mas de forma precária. Esse cenário apenas retardou uma crise que se efetivaria a partir de 1930. Como pode-se observar na tabela 2, o setor açucareiro ensaiou uma recuperação no período de 1921 a 1930, mas em seguida declinou:

**Tabela 2 - Tabela 2 - Exportação média anual de açúcar do Brasil por década (1881-1940)**

Década	Exportação (em toneladas)
1881 – 1900	133.000
1901 – 1910	64.000
1911 – 1920	62.000
1921 – 1930	81.000
1931 – 1940	40.000

Fonte: Elaboração própria com base em Prado Jr. (2017).

Wanderley (1979) também aponta problemas como o encarecimento do crédito, que, associado a queda no preço do açúcar, levaram à descapitalização das empresas açucareiras e à limitação da acumulação capitalista. Isso resultou na redução dos investimentos em usinas de maior porte e na tendência de consolidação de pequenas usinas, com capacidade reduzida de produção. Dentro dessa perspectiva, a reprodução do capital ocorre com base em uma composição orgânica de capital pouco desenvolvida, o que implica na priorização de formas intensivas de exploração da força de trabalho em detrimento da introdução de tecnologias modernas. Assim, o aumento da incorporação de força de trabalho no processo produtivo se dá, muitas vezes, pela extensão dos dias de trabalho durante a safra ou pela ampliação da jornada diária, revelando o caráter intensamente exploratório das relações de trabalho no campo.

Dessa forma, o aumento da utilização da força de trabalho não resultou em um aumento nos salários. Ao contrário, os usineiros buscaram reduzir os custos de reprodução da força de trabalho como uma forma de aumentar a mais-valia extraída do trabalhador. Para atingir esse objetivo, recorreram a características de uma economia pré-capitalista, onde uma parte significativa do salário era composta por benefícios não monetários, como a concessão de moradias e pequenos sítios. Essa estratégia visava fixar a mão-de-obra nas usinas e reduzir os

custos de reprodução, sem, contudo, alterar o caráter mercantil da força de trabalho (WANDERLEY, 1979).

A resposta da economia nordestina à crise, ao intensificar a jornada de trabalho e precarizar as condições de vida, reflete a forma como as crises foram administradas: priorizando a manutenção das estruturas de poder e de exploração. Nesse contexto, a manutenção de práticas de trabalho arcaicas, que sustentaram a concentração de riqueza nas mãos da elite agrária, revelou-se uma estratégia economicamente viável para a elite dominante, ao garantir lucros com menores custos e riscos. Essa dinâmica é válida principalmente na Zona da Mata canavieira, onde as relações de trabalho arcaicas se mantiveram, mesmo com a modernização do processo produtivo.

É importante também destacar que, além das crises do setor açucareiro, a economia nordestina historicamente enfrentou outro obstáculo crucial: as secas que atingem majoritariamente o agreste e o sertão. As recorrentes estiagens na região não apenas agravaram a já precária situação econômica, mas também exigiram intervenções do Estado, que tentava buscar soluções para minimizar os efeitos devastadores sobre a produção agrícola e a vida da população nordestina. A tentativa de adaptação da economia regional às secas, por meio de políticas públicas e obras de infraestrutura, foi um reflexo da incapacidade de superação dos problemas estruturais locais. Ainda neste capítulo abordaremos como a seca se tornou um fator determinante na definição das políticas públicas para o Nordeste, assim como as soluções de projetos de irrigação para amenizar seus impactos econômicos e sociais.

### **3.5 A Centralização do Poder na era Vargas e os Impactos na Economia Nordestina.**

A crise do setor açucareiro, caracterizada pela queda nas exportações e pela consolidação de práticas de trabalho arcaicas, ilustra as limitações do modelo econômico nordestino no início do século XX. A falta de capacidade de adaptação às mudanças estruturais e a dependência da mão de obra superexplorada refletiram uma realidade em que o capital local se viu cada vez mais incapaz de enfrentar a competição global e os desafios internos. Nesse contexto de degradação econômica, um novo modelo de gestão se tornaria necessário, e a centralização do poder político e econômico no governo Vargas, durante a década de 1930, proporcionou uma resposta estatal que visava reverter a crise e reorganizar o setor produtivo.

De acordo com Andrade (1970), a crise do setor açucareiro foi um reflexo das dificuldades estruturais do modelo econômico do Brasil, que, desde o final do século XIX, já

enfrentava problemas de superprodução e queda nos preços internacionais. No entanto, foi no contexto da Revolução de 1930 e da ascensão de Getúlio Vargas ao poder que o Estado brasileiro tomou para si a responsabilidade de intervir diretamente na economia, visando controlar setores-chave e reverter a crise. Através da criação de órgãos como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o governo Vargas centralizou a gestão da produção açucareira, impondo cotas de produção e promovendo uma reorganização da distribuição do açúcar, o que afetou diretamente os interesses dos produtores do Nordeste.

Essa centralização do poder, conforme destaca Wanderley (1979), não se deu de maneira uniforme, mas envolveu uma negociação complexa entre as oligarquias regionais e o Estado central. Enquanto as oligarquias sulistas, com maior poder econômico e político, conseguiam influenciar diretamente as decisões do governo, os produtores nordestinos enfrentaram uma relação desigual, marcada pela imposição de políticas que priorizavam a estabilidade econômica nacional em detrimento dos interesses locais. O controle das cotas de produção e a intervenção do IAA buscaram assegurar a competitividade do setor, mas muitas vezes resultaram em um favorecimento das regiões sulistas, que já possuíam uma estrutura produtiva mais modernizada, em detrimento dos produtores nordestinos.

A centralização do poder não se limitou à reorganização da produção açucareira. Como apontado por Andrade (1970), o governo Vargas buscou uma modernização da economia brasileira, implementando políticas de industrialização e incentivando a autossuficiência. Para isso, era essencial consolidar uma maior centralização política e administrativa, o que se traduziu na criação de um Estado forte, com capacidade de controlar e regular a economia de maneira mais eficaz. No entanto, esse processo de modernização teve um impacto desigual entre as regiões, com o Nordeste sendo particularmente afetado pela reestruturação do setor agroexportador e pela dificuldade de adaptação à nova dinâmica econômica imposta pelo governo.

Oliveira (1981) contribui para essa análise ao observar que o processo de centralização durante a Era Vargas não se limitou à reorganização de setores econômicos, mas também envolveu um enfraquecimento das estruturas de poder locais, especialmente no Nordeste. Ele argumenta que a centralização do poder político e econômico levou a uma marginalização ainda maior das elites regionais, cujos interesses não foram plenamente contemplados nas políticas federais. Além disso, Oliveira (1981) destaca que a dependência da agricultura de exportação e a falta de uma verdadeira industrialização no Nordeste perpetuaram a subordinação da região, mantendo a desigualdade entre o Sul e o Nordeste como um dos maiores desafios do Brasil

Essa dinâmica de centralização e marginalização se intensificou com a continuidade das políticas de Vargas no segundo governo (1951-1954), período em que o Brasil vivenciou uma expansão ainda mais acentuada da indústria e uma crescente concentração das forças produtivas. Nesse contexto, o Nordeste se destacava como uma região em crescente atraso em relação aos centros industriais mais desenvolvidos do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro. No início dos anos 1950, a literatura sobre o Nordeste refletia essa disparidade, apontando que o confisco cambial<sup>21</sup>, entre outras medidas econômicas, agravava ainda mais essa desigualdade, dificultando o processo de desenvolvimento regional (TAVARES, 1991).

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas, a política nacionalista visou promover um desenvolvimento mais equilibrado e estratégico para o país, o que gerou mudanças significativas para o Nordeste. Entre essas mudanças estavam a criação do Banco do Nordeste e a construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso, que visavam melhorar a infraestrutura da região e possibilitar seu desenvolvimento. Paralelamente, foi criado um plano específico para o Nordeste, alinhado às prioridades do governo federal. A Comissão Mista Brasil-EUA, formada em 1950, teve um papel crucial nesse processo, pois, ao identificar projetos prioritários para o Brasil, contribuiu para o planejamento de investimentos em setores como energia e transportes. Embora seus estudos fossem fortemente influenciados pelos interesses norte-americanos, a Comissão forneceu um diagnóstico detalhado da economia brasileira, o que influenciou diretamente o desenvolvimento de projetos como o Plano de Reparcelamento Econômico de Vargas e o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (TAVARES, 1991).

A proposta central da Comissão Mista era que o crescimento da economia brasileira deveria ser acompanhado de investimentos estratégicos em infraestrutura, especialmente nas áreas de energia e transportes. A ideia era promover uma descentralização da indústria, que até então se concentrava nos estados mais desenvolvidos, permitindo que regiões menos favorecidas, como o Norte e o Nordeste, pudessem se integrar mais efetivamente ao mercado interno em expansão. Isso seria possível através de melhorias nas condições de infraestrutura, que possibilitariam a atração de indústrias para essas regiões, promovendo um processo de desenvolvimento mais equilibrado (TAVARES, 1991).

---

<sup>21</sup> O confisco cambial foi um mecanismo de política econômica adotado pelo governo brasileiro que consistia na aplicação de uma cota de contribuição sobre as exportações de café. Esse tributo retirava parte da renda dos cafeicultores ao obrigá-los a vender uma parcela de suas divisas a taxas inferiores às do mercado livre, funcionando como uma forma de arrecadação estatal para financiar outros setores da economia (HOMEM DE MELO, 1993). Embora o confisco cambial tenha sido aplicado sobretudo ao setor cafeeiro, seus efeitos ampliaram as desigualdades regionais. Como os recursos arrecadados eram frequentemente direcionados para a industrialização do Sudeste.

No entanto, ainda de acordo com Tavares (1991), a implementação dessa política de descentralização enfrentou diversos obstáculos, como a escassez de recursos financeiros para os investimentos necessários e as limitações políticas para promover mudanças estruturais significativas nas relações regionais. A Comissão Mista, assim, defendia que a descentralização da produção fosse uma consequência indireta da melhoria das condições gerais de infraestrutura e não um objetivo específico de redistribuição de recursos entre as regiões.

Embora a proposta da Comissão Mista tenha buscado promover a expansão da produção nas regiões com maior potencial de desenvolvimento, ela também refletia as limitações de uma política econômica baseada apenas na otimização de recursos, sem grandes transformações estruturais capazes de corrigir as profundas desigualdades regionais do Brasil. Esse modelo de desenvolvimento, baseado na integração do mercado interno, considerava o país como um todo, mas falhava ao não tocar nas raízes das desigualdades regionais (TAVARES, 1991).

O programa da Comissão Mista, apesar de suas limitações, teve um impacto significativo ao destacar as disparidades regionais e a necessidade de um planejamento econômico que considerasse as diferentes realidades do país. Suas propostas, embora não tenham gerado mudanças na distribuição de recursos, estabeleceram uma base importante para debates futuros sobre o papel do Estado na promoção do desenvolvimento equilibrado entre as regiões. Essa discussão foi um dos pilares sobre os quais se estruturaram as políticas de desenvolvimento econômico nas décadas subsequentes, especialmente na ditadura civil-militar e no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1960) (TAVARES, 1991).

Dentro desse contexto, a Assessoria Econômica<sup>22</sup> de Vargas também se dedicou à análise das falhas nas políticas de combate às secas no Nordeste. A dependência excessiva de grandes obras de engenharia, como açudes e sistemas hidráulicos, foi criticada, e a necessidade de um planejamento econômico regional mais integrado foi enfatizada. O foco deveria ser não apenas nas obras, mas também no fortalecimento da economia local, com investimentos em atividades sustentáveis, como a agricultura, a indústria e a infraestrutura. A criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) foi uma das principais propostas da Assessoria para financiar o desenvolvimento da região, considerando que o combate à seca e à pobreza exigiria um apoio financeiro sólido e programas de longo prazo (TAVARES, 1991).

---

<sup>22</sup> A Assessoria Econômica foi criada durante o Governo Vargas como um órgão técnico voltado ao assessoramento e planejamento das questões econômicas do país. Sua principal função era atender às solicitações da Presidência da República, formulando projetos para o desenvolvimento econômico com uma perspectiva nacionalista. Esse órgão, que atuou de forma discreta e sem destaque político, tornou-se fundamental para a elaboração de políticas econômicas voltadas para a independência do Brasil, sendo uma inovação ao criar, pela primeira vez, uma estrutura permanente para o planejamento econômico no país (D'ARAÚJO, 1992).

Assim, a Assessoria Econômica visava uma abordagem mais abrangente e estruturada para o desenvolvimento do Nordeste, sugerindo um plano geral que combinasse medidas tradicionais de combate à seca com iniciativas mais inovadoras, como a irrigação e o desenvolvimento de projetos agrícolas e industriais. O objetivo era criar um ambiente econômico sustentado, que permitisse o crescimento da região de forma equilibrada e menos dependente de grandes obras de engenharia (TAVARES, 1991).

O diagnóstico da Assessoria também evidenciou as desigualdades nas relações comerciais entre o Nordeste e as regiões mais desenvolvidas do Brasil, com a exploração da região como fornecedora de produtos primários e consumidora de produtos industrializados a preços elevados. A Assessoria sugeriu que o governo federal adotasse um programa de investimentos compensatórios, buscando mitigar essas desigualdades e promover um crescimento mais equilibrado no país. O esboço do Plano Federal para o Nordeste, elaborado pela Assessoria, focava em ações que integrassem a melhoria da infraestrutura com o apoio à agricultura e à indústria, com a criação de um órgão colegiado para coordenar a execução das ações regionais (TAVARES, 1991).

Esse conjunto de propostas, que englobava desde a reforma das relações comerciais até a criação de infraestrutura regional, influenciou profundamente a formulação de políticas de desenvolvimento para o Nordeste nas décadas seguintes. A análise crítica dessas políticas e seus impactos nas desigualdades regionais permanece relevante para a compreensão da trajetória do desenvolvimento econômico do Brasil (TAVARES, 1991).

A centralização do poder na Era Vargas trouxe avanços importantes para a modernização econômica do Brasil, mas revelou profundas contradições ao perpetuar as desigualdades regionais, especialmente no Nordeste. Embora iniciativas como a criação do Banco do Nordeste e os planos de infraestrutura buscassem promover um desenvolvimento mais equilibrado, a subordinação do Nordeste às dinâmicas econômicas do Sul e Sudeste evidenciou o caráter limitado das políticas implementadas. A falta de uma verdadeira transformação estrutural, somada à priorização de interesses nacionais e internacionais, manteve a região em uma posição de dependência e marginalização. Essa realidade expõe a fragilidade de um modelo de desenvolvimento que, ao não enfrentar diretamente as raízes das desigualdades regionais, reforça o papel periférico do Nordeste no projeto nacional.

### **3.6 A Sudene e a Tentativa de Superar os Desequilíbrios Regionais**

Como já discutido no tópico anterior, a centralização do poder contribuiu para o agravamento dos desequilíbrios regionais. Reconhecendo a gravidade dessa questão, o governo brasileiro, por meio do Decreto nº 40.554, de 14 de dezembro de 1956, criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O GTDN foi incumbido de elaborar um diagnóstico detalhado da situação econômica da região e propor soluções para seus desafios estruturais (BRASIL, 1956).

O relatório do GTDN enfatizou que a industrialização era a única saída viável para superar o atraso econômico do Nordeste. Essa perspectiva levou à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. A SUDENE foi estabelecida com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, reduzir as desigualdades e estimular a industrialização no Nordeste, uma das regiões mais empobrecidas do país. Seu foco estava em ações que buscavam atrair investimentos e incentivar a implementação de projetos que pudessem transformar a economia nordestina, compensando as distorções provocadas pela centralização do poder e pela concentração das riquezas nas regiões mais industrializadas (BRASIL, 1959).

A análise do diagnóstico sobre o Nordeste, conforme o relatório do GTDN, destaca a perda de dinamismo do setor açucareiro como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da região (Wanderley, 1979). Com a perda da capacidade do setor em gerar emprego e renda, surgia a necessidade de uma reestruturação econômica. Para o GTDN, uma das soluções era a modernização da agricultura canavieira, por meio da implementação de novas técnicas e da liberação de terras para a diversificação das culturas. No entanto, a proposta de modernização agrícola enfrentava um grande desafio: a insuficiência de infraestrutura e de uma força de trabalho qualificada capaz de sustentar essas transformações.

Foi nesse contexto que, de acordo com Andrade (1976), a SUDENE passou a ser vista como a chave para promover um desenvolvimento regional mais abrangente. A integração entre a formação de quadros técnicos e a implementação de infraestrutura básica, como estradas e portos, era vista como essencial para garantir o sucesso da modernização agrícola e da industrialização da região. O autor reconhece que o investimento em infraestrutura e na formação de trabalhadores especializados seriam fundamentais para o desenvolvimento de setores chave como a cana-de-açúcar e o cacau, produtos ainda essenciais para a economia nordestina. Contudo, apesar desses esforços, a realidade de uma infraestrutura deficiente e de um sistema produtivo que enfrentava desafios naturais como a seca e o empobrecimento dos solos limitava o avanço desejado.

Porém, a proposta de desenvolvimento defendida pela SUDENE não foi isenta de críticas. Oliveira (1981), ao analisar as políticas implementadas pela Superintendência, sugere que as iniciativas do governo federal, embora ambiciosas, eram insustentáveis em termos de uma transformação autêntica da região. Para ele, o modelo de desenvolvimento da SUDENE, ao focar em uma alocação otimizada de recursos e em incentivos fiscais, não questionava as profundas desigualdades estruturais e as relações de poder que perpetuavam o subdesenvolvimento. Oliveira (1981) ainda aponta que, ao tentar corrigir os "desequilíbrios regionais", a SUDENE acabou por reforçar a centralização do poder econômico nas mãos de elites que perpetuavam a dependência do Nordeste em relação ao capital monopolista. A crítica do autor ainda se insere em uma análise mais ampla sobre a dinâmica de poder no Brasil, em que o Estado, ao financiar a expansão do capitalismo monopolista, não promoveu um desenvolvimento autônomo para a região, mas sim uma transferência de hegemonia do capital do Centro-Sul para o Nordeste.

Durante o regime de ditadura militar, a SUDENE teve sua atuação reduzida a um papel de apoio financeiro a projetos nacionais, com recursos direcionados principalmente para os estados mais desenvolvidos do Nordeste. Além disso, os militares adotaram medidas como o Programa de Integração Nacional<sup>23</sup> e o Proterra<sup>24</sup>, focando no controle social do campo e na modernização da agroindústria. A mudança de regime também levou à centralização do poder, com o Executivo Federal controlando financeiramente e administrativamente os recursos destinados à região. A ênfase no desenvolvimento industrial e em grandes empreendimentos, como complexos petroquímicos e industriais, gerou um modelo de desenvolvimento que visava legitimar o novo regime, mas que, ao mesmo tempo, não solucionava os problemas estruturais da região, como a desigualdade fundiária e a exclusão das pequenas empresas do processo de desenvolvimento (COLOMBO, 2013).

As críticas às políticas da SUDENE evidenciam o paradoxo de iniciativas regionais que, embora concebidas para combater desigualdades, acabam por reforçá-las devido à manutenção das estruturas de poder que sustentam o subdesenvolvimento. Esse cenário se agravou após o golpe civil-militar de 1964, quando a SUDENE perdeu autonomia e passou a ser instrumento do regime, priorizando grandes empreendimentos industriais e o controle social, em detrimento

---

<sup>23</sup> O PIN (Programa de Integração Nacional) foi lançado em 1970 com o intuito de integrar as diversas regiões do Brasil, especialmente as regiões Norte e Nordeste, ao desenvolvimento econômico do país (IRMÃO, 1981).

<sup>24</sup> O PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste) foi criado em 1971 com o objetivo de promover a redistribuição de terras nas regiões Norte e Nordeste, além de estimular a instalação de agroindústrias nessas regiões (IRMÃO, 1981).

de uma transformação social efetiva. Essa dinâmica reflete um padrão recorrente nas políticas públicas brasileiras, em que soluções "tecnocráticas e economicistas" negligenciam as dimensões sociais e políticas das desigualdades, concentrando recursos nos estratos mais desenvolvidos e deixando os mais necessitados à margem, o que intensifica ainda mais as desigualdades regionais. Assim, a superação do subdesenvolvimento exige mais do que investimentos em infraestrutura ou atração de capital: requer enfrentamento das raízes das desigualdades por meio da redistribuição de renda, democratização do acesso à terra e fortalecimento das capacidades locais, de modo a promover um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e autônomo.

Dentro desse contexto de políticas públicas falhas, um dos maiores desafios enfrentados pela população nordestina continua sendo o problema das secas. As secas periódicas, que castigam o semiárido, tornam-se uma expressão visível da desigualdade regional e da falência de soluções superficiais para o desenvolvimento. No entanto, ao abordar esse fenômeno, é preciso compreender que o Nordeste brasileiro não é uma região homogênea. Embora amplamente reconhecido pelas suas secas, o território nordestino possui climas diversos e zonas de maior produtividade agrícola, como as regiões da faixa oriental e a porção ocidental, que possuem um potencial estratégico muitas vezes ignorado em políticas de intervenção. A questão das secas, portanto, não é apenas uma questão climática, mas uma questão profundamente política, cuja gestão pelo Estado esteve e continua sendo marcada por falhas estruturais e falta de uma abordagem integral e inclusiva.

### **3.7 A Modernização Conservadora a Partir do Estado: A Consolidação da Irrigação no Vale do São Francisco**

O Nordeste brasileiro, frequentemente associado a imagens de superpopulação e pobreza extrema, é uma região marcada por contrastes climáticos e sociais. Embora amplamente reconhecida por suas secas periódicas, não é integralmente semiárida. Enquanto o Sertão e o Agreste sofrem com chuvas escassas e irregulares, outras áreas, como a faixa oriental e a porção ocidental, possuem climas mais úmidos e são importantes para a produção agrícola e a economia nacional (ANDRADE, 1986).

As secas, no entanto, têm moldado a história e a organização social do semiárido. Desde o período colonial, a região semiárida foi utilizada para a pecuária extensiva, provocando desmatamento, degradação ambiental e deslocamentos forçados de populações indígenas. No

Brasil Império, diante das secas severas, o Estado adotou medidas emergenciais pontuais, como a construção de pequenos reservatórios e a promessa, ainda que simbólica, de D. Pedro II de empenhar joias da coroa<sup>25</sup> para evitar a fome no Nordeste. Já no século XVIII, a demanda da Revolução Industrial impulsionou o cultivo de algodão e a intensificação da exploração agrária, aprofundando a vulnerabilidade ecológica da região (ANDRADE, 1986).

Diante dessa vulnerabilidade climática e da necessidade de adaptação produtiva, a ocupação do Vale do São Francisco seguiu um padrão distinto, marcado pelo aproveitamento dos recursos hídricos do rio. Historicamente, a região foi marcada por atividades agropecuárias que surgiram no século XVIII, com o desbravamento do interior e a criação de gado. Nesse período, a pecuária foi predominante, sendo realizada de forma extensiva, com a criação de bovinos, caprinos e ovinos nas áreas de Caatinga. Já a agricultura se concentrava nas margens do Rio São Francisco, onde o plantio de culturas alimentares aproveitava as cheias periódicas, permitindo a subsistência dos produtores e a comercialização do excedente (POSSÍDIO, 1997). No entanto, a forte dependência da disponibilidade hídrica sempre representou um desafio para a população da região, uma vez que as atividades agropastoris, essenciais para a subsistência local, estavam diretamente atreladas à ocorrência de chuvas. Os recorrentes períodos de seca intensificavam as dificuldades produtivas, resultando em impactos socioeconômicos e na degradação ambiental (SILVA et al., 2010).

Essa dependência dos recursos hídricos tornava a produção agropecuária extremamente suscetível às variações climáticas, especialmente na região do semiárido, onde a irregularidade das chuvas resultava em grandes flutuações tanto na agricultura quanto na pecuária. Dessa forma, as culturas alimentares eram ainda mais vulneráveis às oscilações climáticas, sofrendo impactos expressivos durante períodos de estiagem prolongada. Em anos de seca severa, a escassez hídrica comprometia não apenas a produtividade das lavouras, mas também a segurança alimentar das populações dependentes dessas atividades (SILVA, 2012).

Com a Proclamação da República (1889) e a crescente pressão dos estados nordestinos, o governo iniciou uma política mais estruturada para lidar com as secas, culminando na criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909 pelo Decreto 7619 de 21/10/1909 e que, a partir de 1945 de acordo com o Decreto-lei 8486 de 28/12/1945, viria a ser o

---

<sup>25</sup> A promessa de D. Pedro II de empenhar as joias da coroa para acabar com a seca no Nordeste, feita durante a grande estiagem de 1877-1879, tornou-se um símbolo do caráter assistencialista e imediato da ação governamental no semiárido. Segundo Silva (2006), esse gesto caritativo exemplifica a postura do governo imperial, que adotava medidas emergenciais para socorrer as vítimas das secas sem alterar a estrutura econômica da região, favorecendo a manutenção do sistema algodoeiro-pecuário e do poder dos coronéis.

Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Esse foi o primeiro esforço sistemático para enfrentar os efeitos das estiagens por meio da construção de barragens e grandes reservatórios de água. De acordo com Andrade (1986), ao longo do século XX, secas severas, como as de 1915-1919 e outras ao longo do período, desorganizaram a economia regional, intensificaram a miséria e forçaram migrações massivas, evidenciando a fragilidade das intervenções estatais, que continuaram sendo pontuais e focadas em obras hídricas. Apesar dos vultosos investimentos, a quem de fato serviram essas ações? Os grandes proprietários de terras foram os principais beneficiados pelas obras públicas, enquanto pequenos agricultores e trabalhadores rurais raramente tiveram acesso às áreas irrigadas ou aos recursos hídricos. A ausência de uma política social integrada, que promovesse reforma agrária ou distribuição de terras irrigáveis, perpetuou a desigualdade na região, reforçando a concentração fundiária e o caráter excludente do modelo de desenvolvimento adotado para o semiárido. Essa lógica perversa, que perpetuou a concentração fundiária no século XX, mantém-se no século XXI, como demonstra a entrevista concedida por um líder comunitário atuante na Comissão Intersetorial Pró-Reforma Agrária (CIRA) em Petrolina: “a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) - sucessora institucional desse modelo - alega falta de orçamento para os assentamentos, mas destina 95% de seus recursos via emendas parlamentares controladas por aliados do agronegócio.”<sup>26</sup>

Dessa forma, longe de representar uma solução democrática para o problema da seca, os investimentos em infraestrutura para irrigação consolidaram um modelo de apropriação privada da água, tornando-a um instrumento de poder nas mãos dos grandes produtores. A irrigação foi apropriada como uma estratégia para aprofundar a modernização agrícola sob a lógica da grande propriedade, garantindo maior estabilidade produtiva e expandindo a produção para o mercado externo, mas sem romper com as desigualdades estruturais que historicamente marcaram a região.

A irrigação consiste em um conjunto de técnicas voltadas para a redistribuição da água no tempo e no espaço, permitindo a ampliação das possibilidades agrícolas em diferentes regiões (OLIVEIRA; SOUZA, 2014). Seu principal objetivo é suprir as necessidades hídricas das culturas ao longo de todo o ciclo produtivo, garantindo altos níveis de produtividade e

---

<sup>26</sup> Entrevista concedida por líder comunitário atuante na Comissão Intersetorial Pró-Reforma Agrária (CIRA) em Petrolina. Entrevistador: Ielyson José Rodrigues de Melo. Petrolina, 11 abr. 2024. Entrevista (1h19min), realizada via Google Meet. Arquivo de áudio digital.

qualidade dos produtos agrícolas (SALASSIER, 2008). Para isso, o manejo da irrigação deve ser realizado de forma criteriosa, buscando a utilização eficiente dos recursos hídricos, da energia e de outros insumos agrícolas, de modo a maximizar os resultados produtivos e minimizar desperdícios (FIGUEIREDO et al., 2008). No entanto, como denuncia a entrevista com o líder comunitário, o acesso à água para irrigação não segue critérios técnicos ou de justiça social, mas políticos e econômicos: "Os assentamentos estão na beira dos canais há cerca de 30 anos sem concessão, enquanto empresas como a Terra do Sol, vizinha ao assentamento Terra e Liberdade, irrigam uva e manga com água pública"<sup>27</sup>. O conceito de "latifúndio hídrico"<sup>28</sup> ganha materialidade nesses relatos, mostrando como a água, mesmo em projetos públicos, é apropriada como mercadoria.

Nesse contexto podemos afirmar que esse processo de irrigação no Brasil não ocorre de forma isonômica. O país tem se destacado na exportação de frutas, especialmente no semiárido nordestino, onde a irrigação é peça-chave para viabilizar a produção em larga escala. Esse crescimento, entretanto, evidencia uma profunda desigualdade no acesso à água. Mathias (2023), demonstra como a concentração dos recursos hídricos favorece grandes produtores, enquanto populações locais enfrentam dificuldades no abastecimento. Contudo, nos Perímetros Públicos de Irrigação (PPIs), há também parcelas menores destinadas a pequenos produtores, coexistindo com lotes maiores explorados por empresas, o que demonstra uma dinâmica fundiária mais heterogênea. A irrigação intensiva, viabilizada tanto por projetos públicos como os PPIs quanto pelo uso privado das águas subterrâneas, tem impulsionado a fruticultura voltada ao mercado externo, mas à custa de um modelo de desenvolvimento que aprofunda desigualdades e gera impactos socioambientais.

Entre esses impactos, a degradação do solo tem sido um dos problemas mais recorrentes, afetando tanto países industrializados quanto em desenvolvimento. O uso excessivo da água não apenas resulta em desperdício, mas também contribui para a remoção de nutrientes essenciais do solo, além de favorecer problemas como alagamento, salinização e alcalinização. Esses processos comprometem a fertilidade da terra, tornando-a progressivamente menos produtiva. A salinização, em particular, ocorre devido à evaporação da água em solos

---

<sup>27</sup> Líder comunitário. Entrevista cit.

<sup>28</sup> O conceito de "latifúndio hídrico" foi cunhado por Diego Gadelha, coordenador do Observatório da Questão Hídrica do Instituto Federal do Ceará (IFCE), com o objetivo de evidenciar a concentração e o controle desigual dos recursos hídricos no Brasil. O termo destaca que a apropriação da água não ocorre apenas por meio do acesso à terra, mas também pela estruturação de um modelo de desenvolvimento que privilegia grandes empreendimentos agroindustriais em detrimento do abastecimento da população local (MATHIAS, 2023).

encharcados, deixando depósitos de sal provenientes tanto da irrigação quanto do uso de fertilizantes, o que pode comprometer severamente a viabilidade agrícola da área (CORSON, 2002).

O submédio do rio São Francisco, onde a fruticultura irrigada se expandiu significativamente, a irrigação se tornou um marco central da modernização conservadora da região. A escolha do sistema de irrigação, conforme discutido por Oliveira e Souza (2014), desempenha um papel fundamental na eficiência produtiva e na distribuição da água. Métodos como aspersão convencional, microaspersão, gotejamento e irrigação por sulcos são comumente empregados, e a definição do método ideal não apenas impacta a produtividade agrícola, mas também pode acentuar ou amenizar as desigualdades no acesso à água, dependendo dos recursos disponíveis para os pequenos produtores. Nesse sentido, a irrigação, ao expandir a produção agrícola no Vale do São Francisco, reflete o que Florestan Fernandes (2009) descreve como a arcarização do moderno, onde a introdução de técnicas modernas se dá de forma conservadora, preservando e até reforçando estruturas de poder e desigualdade preexistentes. Com esse objetivo, os grandes investimentos no Vale do São Francisco tiveram início em 1945, com a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, voltada para a geração de energia a partir das águas do rio. A partir de 1948, com a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), o governo federal passou a considerar as particularidades regionais, promovendo pesquisas sobre culturas irrigadas. No entanto, foi com a criação da SUDENE, em 1959, que surgiram propostas mais amplas de irrigação, inspiradas no caso de sucesso israelense<sup>29</sup>. Em 1963, foi instituído o Grupo de Irrigação do São Francisco, e, em 1966, a SUDENE, em parceria com a *Food Agricultural Organization* (FAO), realizou o levantamento pedológico (estudo de solos) das áreas irrigáveis e definiu o Plano Diretor da Irrigação (PDI), impulsionando ainda mais essa estratégia.

Esse movimento se deu em um contexto mais amplo, no qual a atuação do DNOCS foi um dos marcos importantes. O órgão foi criado com o objetivo de combater a seca em diversas regiões do país, no entanto direcionou grande parte de seus esforços para o semiárido nordestino. Embora tivesse um papel essencial na mitigação dos efeitos da seca, sua atuação

---

<sup>29</sup> O sucesso israelense na irrigação resulta de investimentos contínuos em pesquisa, inovação tecnológica e gestão eficiente dos recursos hídricos. Diante de um território majoritariamente árido e com escassez de água, Israel desenvolveu soluções como a irrigação por gotejamento pressurizado, a dessalinização da água do mar e o reuso de águas residuais. Além disso, o país mantém uma forte integração entre universidades, centros de pesquisa e produtores agrícolas, garantindo que novas tecnologias sejam constantemente aplicadas e adaptadas às necessidades do setor. O modelo israelense combina alta produtividade com o uso racional da água, servindo como referência para regiões semiáridas ao redor do mundo (BRASIL, 2020).

também se viu limitada por dificuldades estruturais e políticas, refletindo a influência das oligarquias regionais. Esse fenômeno não foi exclusivo do DNOCS, mas também atingiu outras instituições do governo federal, como a CVSF e a Sudene.

Segundo Castro (2018), a captura dessas instituições pelas oligarquias resultou na priorização de interesses privados em detrimento de seus objetivos originais, comprometendo a eficácia dos projetos de irrigação. A corrupção e o desvio de recursos públicos foram, portanto, fatores que dificultaram a implementação de soluções eficientes, prejudicando o sucesso dos projetos de irrigação no semiárido nordestino. Este contexto problemático pode ter limitado o impacto positivo das iniciativas que, embora bem-intencionadas, não conseguiram alcançar seus objetivos de forma plena devido à intervenção de interesses privados. Dessa forma, Mathias (2023) argumenta que os agricultores locais, antes submetidos à disciplina dos coronéis, passaram a estar submetidos ao controle direto do Estado, enfrentando não apenas restrições produtivas, mas também normas morais que regulavam até mesmo aspectos de sua vida cotidiana. Ainda assim, o incentivo à irrigação como resposta à escassez hídrica e ao desenvolvimento regional seguiu sua trajetória, culminando na implementação de projetos concretos a partir do final da década de 1960.

Silva (2012) destaca que o Projeto Piloto de Bebedouro<sup>30</sup>, inaugurado em 1968 em Petrolina-PE, foi um marco inicial nos investimentos públicos em agricultura irrigada no Submédio São Francisco. A partir desse projeto, com a atuação da SUDENE e da SUVALE, culturas como tomate, melancia e uva começaram a ser difundidas, estimulando a participação de grandes empresas privadas. No entanto, a reestruturação institucional na década de 1970 trouxe mudanças significativas para a gestão dos projetos de irrigação. Em 1974, a CODEVASF foi criada para substituir a SUVALE, assumindo a responsabilidade pelo desenvolvimento do Vale do São Francisco e ampliando os investimentos em infraestrutura hídrica. Com a implementação do Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco (1975-1979), no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, a nova instituição impulsionou a expansão dos perímetros irrigados na região de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, consolidando a irrigação como um dos pilares da economia local.

---

<sup>30</sup> O Projeto Bebedouro foi o primeiro perímetro público de irrigação implantado no Submédio São Francisco, localizado no município de Petrolina-PE. O projeto teve como objetivo impulsionar a agricultura irrigada na região, promovendo a diversificação das culturas e incentivando pequenos produtores. Contou com o apoio técnico da SUDENE e da SUVALE e se tornou um modelo para os projetos de irrigação que seriam expandidos nas décadas seguintes (JOAQUIM, 2014).

Esses investimentos iniciais em irrigação tiveram um impacto duradouro na região, e hoje o Polo Petrolina-Juazeiro conta com sete perímetros irrigados em funcionamento. São eles: Bebedouro, Senador Nilo Coelho (e sua extensão, Maria Tereza), em Petrolina. Em Juazeiro temos os de Curaçá, Maniçoba, Tourão e Mandacaru. Esses perímetros, implementados em diferentes momentos e contextos, refletem as fases distintas da política pública de irrigação. O Bebedouro, por exemplo, serviu como laboratório para avaliar se seria viável os investimentos de irrigação no semiárido, ao lado do perímetro de Mandacaru. Por sua vez, o Perímetro Nilo Coelho, iniciado em 1984, foi implantado em um momento em que já se havia comprovado a viabilidade econômica dessas iniciativas, evidenciada pelo crescimento econômico dos municípios do Polo. Apesar de estarem sujeitos à mesma política pública e localizados próximos, os perímetros Bebedouro e Nilo Coelho apresentam realidades distintas em termos econômicos, sociais e ambientais, resultado dos diferentes períodos em que foram estabelecidos (ORTEGA; SOBEL, 2010).

Essa trajetória de expansão da irrigação não se restringiu apenas à implantação de perímetros, mas foi acompanhada de investimentos contínuos em infraestrutura hídrica, impulsionando um processo mais amplo de modernização agrícola na região. A atuação da SUDENE e de órgãos como a recém-criada CODEVASF garantiu o suporte técnico e financeiro necessário, ao mesmo tempo em que fortaleceu a integração entre os setores público e privado. Dessa forma, a partir da década de 1970, consolidou-se a estruturação de um polo agroindustrial no Submédio São Francisco, inserido no projeto mais amplo de modernização da agricultura brasileira. Esse movimento, fortemente impulsionado pelo Estado, favoreceu a emergência de um modelo econômico mais empresarial, pautado por novas relações de produção e sociabilidade capitalistas. A prática da irrigação, ao tornar-se um elemento central nesse contexto, viabilizou a expansão do agronegócio na região. Fatores como as condições edafoclimáticas (características climáticas e de solo para o desenvolvimento de cultivares) favoráveis, a disponibilidade de terras e água, e o papel determinante do Estado nos investimentos iniciais foram essenciais para essa transformação produtiva. A partir desse cenário, o capital privado passou a desempenhar um papel decisivo, impulsionando o crescimento da fruticultura irrigada e consolidando a região como um polo estratégico para a exportação agrícola (SILVA, 2012). Nesse contexto de transformação produtiva e crescente integração entre o setor público e privado, a estrutura fundiária no Vale do São Francisco passou por mudanças significativas, especialmente com as desapropriações de terras decorrentes dos projetos de irrigação. Essas mudanças tiveram um grande impacto no mercado fundiário,

subordinando-o ao movimento de valorização do capital e redefinindo o papel da terra na região (LIMA; MIRANDA, 2001).

O modelo de irrigação adotado no semiárido nordestino, enquanto instrumentalizado pelo Estado, demonstra as limitações de uma visão excludente e centrada na grande propriedade. Apesar dos enormes investimentos em infraestrutura hídrica e das promessas de desenvolvimento regional, o acesso desigual aos recursos naturais, como a água, perpetuou as desigualdades sociais. Embora os perímetros irrigados incluam áreas para pequenos produtores - que acessam pacotes tecnológicos com correção de solo, defensivos agrícolas e sementes selecionadas (LIMA; MIRANDA, 2001) -, essa inclusão é marcada por assimetrias estruturais. Essa contradição fica evidente no relato do líder comunitário entrevistado: "Canais públicos passam há 23 anos pelo assentamento Terra e Liberdade, onde vivem 140 famílias, mas a água só irriga as empresas ligadas ao agronegócio, enquanto os pequenos agricultores e os agricultores familiares ficam à mercê"<sup>27</sup>.

A irrigação não se tornou uma solução democrática. Pelo contrário, consolidou a apropriação privada da água, que passou a ser um instrumento de poder nas mãos das elites. Enquanto os pequenos agricultores dos perímetros se modernizam de forma limitada, a exemplo dos lotes de 6,5 hectares descritos por Lima e Miranda (2001), grandes empresas como a Terra do Sol - vizinha ao assentamento - controlam canais públicos para produzir uva e manga<sup>27</sup>. Essa realidade expõe o cerne da modernização conservadora: a infraestrutura avança tecnologicamente, mas reproduz a "arcarização do moderno" (FERNANDES, 2009), onde relações sociais excludentes se mantêm sob novas roupagens.

A irrigação, portanto, apesar dos avanços, ao invés de ser uma solução inclusiva e transformadora, acabou consolidando um modelo de desenvolvimento que favorece majoritariamente grandes produtores voltados para o mercado externo, enquanto os pequenos agricultores, apesar de incluídos no processo, continuam à margem do real poder econômico e da distribuição de benefícios. Esse fenômeno evidencia a fragilidade das políticas públicas no Brasil, que, frequentemente, falham em estruturar um sistema justo e igualitário de distribuição de recursos, como a terra e a água, reforçando o caráter excludente da modernização agrícola no país. Além disso, as consequências socioambientais dessas políticas, como a degradação do solo e a sobrecarga dos recursos hídricos, expõem a insustentabilidade do modelo adotado e a necessidade de uma abordagem mais holística, que não apenas integre as dimensões ambientais e produtivas, mas também as dimensões sociais e de justiça distributiva.

Contudo, as falhas nas políticas públicas, que também foram evidenciadas no tópico anterior ao tratarmos especificamente da atuação da SUDENE, não são completamente suficientes para explicar a persistência desse modelo de desenvolvimento ao longo da história. Em uma análise mais profunda, Florestan Fernandes nos alerta para o fato de que essas "falhas" não são meramente operacionais ou acidentais, mas são, na realidade, parte de uma dinâmica estrutural que transcende as intenções do Estado. Para Fernandes (2009), o problema está na própria estrutura da economia dependente<sup>31</sup>, como a brasileira, que não possui as condições necessárias para superar o subdesenvolvimento. Nesse contexto, a chamada burguesia nacional, em vez de atuar como um agente de transformação autônomo, conforma-se a uma lógica de desenvolvimento subordinado, mantendo-se alinhada aos interesses do capital internacional.

No contexto do Vale do São Francisco, onde a produção de frutas é predominantemente voltada para exportação, a dependência estrutural da região se torna ainda mais evidente. Seguindo a lógica do capitalismo dependente, uma análise teórica presente em Florestan Fernandes (2009) indica que processos de modernização econômica no Brasil, como a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, ocorrem de forma subordinada ao capital externo, reproduzindo um modelo de desenvolvimento que não rompe com as desigualdades históricas, mas as atualiza dentro de uma nova lógica produtiva. A dinâmica econômica local é amplamente moldada pelos interesses dos mercados internacionais, determinando o padrão tecnológico e organizacional da produção, além de reforçar a vulnerabilidade dos pequenos produtores. Nesse sentido, Marini (1990) ressalta que, nas economias dependentes, o sistema produtivo, com parcela significativa voltada à exportação<sup>32</sup> tende a reduzir o papel do mercado interno, pois, segundo ele, os trabalhadores submetidos a baixa remuneração possuem uma

---

<sup>31</sup> Fernandes (2009) argumenta que a economia dependente é caracterizada pela subordinação dos países periféricos aos interesses das potências centrais. Segundo o autor, as economias dependentes, como o Brasil, apresentam uma estrutura econômica dual, com uma parte voltada para a exportação de matérias-primas e outra para a industrialização sob o controle do capital externo ou das elites locais alinhadas aos interesses estrangeiros. Esse processo histórico de dependência, que remonta ao período colonial, impede o desenvolvimento autônomo, perpetuando as desigualdades internas e externas. Fernandes defende que essa dependência não é apenas econômica, mas também política, refletindo uma falta de autonomia tanto na esfera econômica quanto nas decisões políticas do país.

<sup>32</sup> Embora o Brasil tenha ampliado o volume de suas exportações nas últimas décadas, esse crescimento se deu de forma regressiva em termos qualitativos, com um processo de reprimarização da pauta exportadora. Segundo a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB, 2022), enquanto em 2000 os produtos manufaturados representavam 59% das exportações nacionais, em 2022 essa participação caiu para 28,5%. Esse movimento acompanha uma tendência global de reprimarização das economias periféricas, conforme documentado pela *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD, 2023) em seu Relatório sobre Commodities e Desenvolvimento. Tal padrão reforça a centralidade das commodities na inserção internacional do país, característica marcante das economias dependentes.

capacidade de consumo limitada. No caso específico da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, esse padrão é particularmente relevante, dado o forte direcionamento da produção para mercados externos e as condições de trabalho associadas.

Embora seja inegável que, em períodos mais recentes, o mercado interno brasileiro tenha sido ampliado por meio de políticas de crédito e investimentos públicos, os salários permanecem relativamente baixos, e o crescimento do consumo ocorre em grande parte por meio do endividamento, sem uma melhora estrutural significativa nas condições de vida. Assim, embora a dinâmica produtiva do país apresente segmentações variadas, o padrão orientado para a exportação continua tendo papel relevante em determinados setores e regiões, o que contribui para a reprodução da dependência e limita a autonomia regional.

Nesse contexto, embora tenha havido certa diversificação da pauta exportadora, a economia brasileira mantém uma dependência estrutural de commodities agrícolas e minerais — não apenas pela participação direta no PIB, mas, sobretudo, pela centralidade desses setores na geração de divisas e na sustentação da balança comercial. Conforme dados citados por Castro (2022), a agropecuária representou, em média, 4,8% do PIB total entre 1995 e 2021, enquanto metodologias mais abrangentes, como a do Cepea/Esalq, que incluem insumos e agroindústria, elevam essa participação para 23%. Ademais, as exportações desempenham papel estratégico na economia brasileira, respondendo por aproximadamente 20% do PIB e sendo uma das principais fontes de divisas. Em 2023, o Brasil exportou US\$ 335 bilhões, com destaque para commodities agrícolas e minerais, reafirmando sua inserção subordinada no comércio internacional (QUARESMA, 2024).

No Vale do São Francisco, a fruticultura irrigada exemplifica esse padrão de modernização conservadora: mesmo com alta tecnologia e inserção em nichos globais — com 90% da produção de manga e uva destinada à exportação —, o modelo reproduz desigualdades socioespaciais e dependência de mercados externos. Contudo, é preciso cautela ao generalizar esse padrão para toda a economia. Embora o agronegócio seja vital para o superávit comercial brasileiro — respondendo por aproximadamente 48% das exportações totais em 2023 (BRASIL, 2024) —, seu peso relativo no PIB não o torna hegemônico. A fragilidade desse modelo se evidencia justamente na vulnerabilidade externa: crises globais ou quedas nos preços das commodities impactam desproporcionalmente regiões como o Vale, onde a produção é altamente especializada e voltada para exportação.

Além dessa vulnerabilidade externa, os efeitos internos do modelo sobre a estrutura fundiária e o mercado de trabalho local também merecem atenção. Embora a fruticultura tenha

gerado importantes benefícios, como a ampliação da oferta de empregos formais — com média de um emprego por hectare e até quatro empregos por hectare em algumas culturas como a uva —, esses ganhos tendem a ser concentrados nos grandes produtores, que detêm maior capacidade de adaptação às exigências do mercado externo. De fato, os projetos de irrigação, que somam cerca de 40.000 hectares, distribuíram a terra entre colonos e empresas, com a maior parte (61,7%) destinada a unidades empresariais. Enquanto os pequenos produtores, com áreas médias de 6,5 hectares, enfrentam dificuldades para acessar tecnologias avançadas, os grandes empresários, com até 500 hectares, direcionam sua produção para culturas de maior rentabilidade, como a uva e a manga, que atendem diretamente às demandas globais (LIMA; MIRANDA, 2001).

Portanto, as reflexões de Florestan Fernandes e dos teóricos da Teoria Marxista da Dependência, nos ajudam a compreender que o problema central do Vale do São Francisco não reside apenas em questões como a falta de infraestrutura ou na má gestão dos recursos—embora esses fatores possam ter relevância—, mas, acima de tudo, na própria estrutura de poder que perpetua um modelo de modernização subordinada. Nesse sentido, o desenvolvimento da fruticultura irrigada na região não representou uma ruptura com a dependência histórica, mas sim sua reconfiguração dentro da lógica do capitalismo global. Ainda que o Brasil tenha ampliado sua inserção nos mercados internacionais, essa inserção ocorre de forma assimétrica, sustentada por mecanismos que impõem à força de trabalho condições de remuneração aquém do necessário para sua reprodução social, o que caracteriza, de maneira particular, os países inseridos de forma subordinada na divisão internacional do trabalho. Assim, mesmo com melhorias na infraestrutura e a expansão da fruticultura exportadora, os trabalhadores e pequenos produtores continuam enfrentando condições precárias, baixos salários e instabilidade, evidenciando que a modernização produtiva não significou, necessariamente, um desenvolvimento mais igualitário.

### **3.8 O Avanço do Agronegócio na Região Nordestina: O Desenvolvimento Contemporâneo da Modernização Conservadora**

Essa dinâmica de concentração de recursos e poder, observada na modernização da irrigação no semiárido, abre caminho para compreender o avanço do agronegócio na região nordestina. Enquanto a irrigação se consolidava como um vetor de crescimento, mantendo a conservação da estrutura fundiária, do acesso à água e das relações de trabalho, o modelo

agrícola implantado no Vale do São Francisco se alinhava à lógica mais ampla da modernização capitalista, que, embora tenha trazido avanços tecnológicos e produtivos, não rompeu (e nem tinha essa intenção) com a estrutura de poder que controla o acesso à terra e aos recursos na região. Nesse contexto, a década de 1990, marcada pela internacionalização da produção e pela consolidação do agronegócio como modelo integrado, reforçou a concentração de terras e recursos nas mãos de grandes produtores. A expansão do agronegócio não só consolidou o modelo agroindustrial, mas também ampliou a subordinação da economia regional aos interesses globais, mantendo a centralidade de um desenvolvimento voltado para o mercado externo, enquanto os benefícios dessa transformação foram desigualmente distribuídos na sociedade local (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010; SANTOS, 2022).

No Nordeste brasileiro, o agronegócio encontrou terreno fértil para sua consolidação, sustentado por políticas estatais e incentivos financeiros voltados ao fortalecimento da agricultura comercial (BEZERRA, 2008). Nesse contexto, a fruticultura irrigada emergiu como uma estratégia central para mitigar as disparidades históricas regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul do país (LIMA, 2022). Desde a década de 1970, a (CODEVASF) tem sido um agente essencial na transformação do semiárido em uma região de alta produtividade agrícola, com foco na produção de frutas destinadas ao mercado internacional. Pomares de uva e manga, onde mais de 90% da produção é destinada à exportação, exemplificam essa dinâmica (ROCHA e DRUMOND, 2011).

Embora a fruticultura irrigada tenha gerado avanços econômicos significativos, incluindo um Valor Bruto de Produção (VBP) de R\$ 5,4 bilhões em 2023 e a criação de cerca de 343 mil empregos diretos e indiretos (CODEVASF, 2023), os impactos sociais desse processo permanecem limitados. Esses postos de trabalho, embora contribuam para a dinamização econômica regional e a contenção do êxodo rural, têm se concentrado em ocupações de baixa remuneração, alta rotatividade e precárias condições laborais. A maior parte dos vínculos é informal, marcada por intensa exploração da força de trabalho, sobretudo em períodos de safra (MIRANDA, 2017).

Além disso, os benefícios econômicos não se revertem em melhoria das condições de vida da população local. Segundo Miranda (2017), mais de 83% dos estabelecimentos rurais do submédio do São Francisco são classificados como “muito pobres”, concentrando-se majoritariamente em imóveis com menos de 100 hectares — que, embora representem a maioria absoluta, continuam à margem dos principais instrumentos de fomento produtivo, como crédito, assistência técnica e infraestrutura de irrigação. Assim, mesmo com a geração de empregos e a

ampliação da produção, a fruticultura irrigada não altera substancialmente o quadro de desigualdade social e pobreza estrutural da região.

Ademais, a expansão das empresas de fruticultura nas regiões irrigadas provocou impactos diretos sobre os assentamentos rurais, sobretudo no que diz respeito ao acesso à água e à autonomia política dos pequenos produtores. Conforme relatado em entrevista realizada com o líder comunitário, os distritos de irrigação, criados para organizar e viabilizar a agricultura irrigada, foram historicamente controlados pelas elites econômicas locais. Segundo o entrevistado, “cerca de 20 a 25 anos atrás, chegou a ter na escolha da sua direção o voto por procuração. E muitas vezes os pequenos agricultores não votavam, passavam a procuração para os gerentes das empresas. Ou seja, passavam a procuração para os representantes do agronegócio, da elite financeira de Petrolina. Ainda que esse mecanismo de votação tenha sido posteriormente abolido, a influência política e econômica do agronegócio segue predominando. Nos assentamentos, o acesso à água para irrigação continua sendo extremamente limitado, restringindo-se muitas vezes à chamada “perna de água” apenas para o consumo humano.”<sup>27</sup>

A realidade da agricultura familiar irrigada, portanto, permanece distante, dificultando a melhoria efetiva nas condições de vida dos assentados. Ainda segundo o depoimento, mesmo quando se conquista o acesso à água, os agricultores se deparam com um sistema de cobrança que se torna inviável: “não há período de carência para começar a produzir e comercializar. À medida que se consegue a concessão do uso da água, já começa a contrair dívidas.” Tal dinâmica revela um sistema que, em vez de promover a inclusão produtiva, reforça a dependência e o endividamento dos pequenos agricultores. O entrevistado conclui enfatizando a necessidade de políticas públicas mais justas: “quem entra num processo de reforma agrária são pessoas em situação de vulnerabilidade que estão necessitando do apoio institucional.”

Esse relato empírico evidencia que, apesar dos avanços econômicos do agronegócio, persistem relações profundamente assimétricas na distribuição dos recursos e no controle político das estruturas de apoio à produção, perpetuando o caráter conservador da modernização no campo nordestino.

### **3.9 Considerações Finais do Capítulo**

Este capítulo buscou analisar a dinâmica agrária do Nordeste brasileiro, com ênfase na transição da economia açucareira colonial para o modelo de agronegócio contemporâneo do

Vale do São Francisco. A comparação entre o passado colonial e a realidade atual revela a continuidade de muitos elementos estruturais, especialmente no que diz respeito à concentração de terras, à exploração da força de trabalho e à desigualdade social. Essa investigação procurou explicitar como a modernização da economia, longe de promover uma real transformação social, manteve ou até intensificou as desigualdades estruturais herdadas, caracterizando-se como uma modernização conservadora, que preservou a concentração de poder nas mãos das elites agrárias e manteve as condições de subordinação dos trabalhadores rurais.

Durante o período colonial, o sistema agrário era sustentado por uma elite agrária que controlava vastas áreas de terra, utilizando trabalho escravizado para a produção voltada para a exportação. Essa concentração de terra e de poder, associada à exclusão de pequenos produtores, moldou as relações agrárias de então e, em muitos aspectos, persistem até hoje.

Na contemporaneidade, o Vale do São Francisco mantém um modelo concentrado. Grandes proprietários controlam os recursos hídricos e a terra, enquanto os trabalhadores rurais ainda enfrentam condições de vulnerabilidade, com acesso limitado à terra. A irrigação e a grande escala de produção, em vez de democratizar a agricultura, reforçam a centralização de poder nas mãos de poucos, perpetuando um ciclo de desigualdade.

Portanto, apesar dos avanços tecnológicos e da transformação da paisagem produtiva, a estrutura fundiária e de acesso à água no Vale do São Francisco ainda refletem as mesmas exclusões históricas do período colonial. As relações de trabalho, marcadas por diversas formas de exploração, são um elemento central da pesquisa e serão analisadas de maneira mais aprofundada no próximo capítulo. Esse capítulo, ao destacar a modernização conservadora, propõe um olhar crítico sobre os limites do modelo de crescimento que persiste na região.

#### **4 AS RELAÇÕES DE TRABALHO E AS DINÂMICAS SOCIOECONOMICAS NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO RIDE PETROLINA/JUAZEIRO**

Este capítulo analisa se, e como, a modernização conservadora da fruticultura irrigada na RIDE Petrolina/Juazeiro reproduz relações de trabalho precárias, herdadas do modelo colonial, mas atualizadas sob a lógica do agronegócio globalizado. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a formação socioeconômica do Brasil foi historicamente estruturada sobre três pilares fundamentais: o latifúndio, a monocultura e a exploração da força de trabalho — inicialmente sob a forma de trabalho escravizado e, posteriormente, sob o trabalho assalariado precário. Opta-se aqui pelo termo "exploração da força de trabalho" em vez de simplesmente "trabalho escravo", pois a exploração da força de trabalho constitui um dos elementos centrais da dinâmica do sistema capitalista, independentemente da sua forma histórica. Embora essas formas tenham assumido configurações distintas ao longo do tempo e do espaço, elas foram frequentemente articuladas em função de uma lógica econômica voltada à exportação, especialmente nas regiões produtoras de commodities. No caso da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, observam-se evidências de continuidade dessa lógica, mesmo sob um modelo de produção tecnologicamente avançado e inserido em cadeias globais de valor.

Desde o período colonial, essa inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho tem se manifestado por meio da produção e exportação de mercadorias como açúcar, café e outros produtos agrícolas. Essa condição de dependência não se deu de maneira isolada, mas sim com a convivência e benefício das elites locais, cujos interesses historicamente se articularam com os centros hegemônicos do capitalismo. Como apontado por Fernandes (2009), a estrutura colonial operava por meio de uma relação de simbiose entre a Coroa e os colonizadores, garantindo a reprodução do modelo econômico vigente. No presente, essa lógica persiste na forma da aliança entre as elites dominantes dos países periféricos e as economias centrais, perpetuando um padrão de especialização produtiva voltado à exportação de matérias-primas e à dependência estrutural<sup>33</sup>.

A compreensão desse modelo de desenvolvimento e de suas implicações estruturais é essencial para a análise da relação capital-trabalho na Região Integrada de Desenvolvimento

---

<sup>33</sup> A dependência estrutural é uma condição em que o desenvolvimento econômico dos países periféricos não ocorre de forma autônoma, mas sim subordinado às necessidades e dinâmicas dos países centrais. Ela se caracteriza pela especialização produtiva em setores de baixa complexidade tecnológica, voltados para o mercado externo, pela dependência de tecnologias e insumos importados e pela subordinação às flutuações de preços internacionais.

Econômico (RIDE) Petrolina/Juazeiro, que teve sua produção modernizada fundamentalmente a partir da consolidação da irrigação promovida pelo Estado. Para isso, iniciaremos este capítulo com uma caracterização socioeconômica do Submédio São Francisco, seguida de uma análise mais detalhada da RIDE Petrolina/Juazeiro, região frequentemente apresentada como um exemplo de modernização e desenvolvimento regional, dada sua crescente importância no Brasil como um dos principais polos exportadores de frutas.

Considerando a base teórica sobre a questão agrária e as relações de trabalho, será apresentada a metodologia empregada na pesquisa, detalhando os procedimentos adotados para a análise das relações entre capital e trabalho na região. Por fim, será realizada a análise descritiva da relação capital-trabalho na RIDE Petrolina/Juazeiro, com a exposição dos resultados obtidos e uma reflexão conclusiva sobre as implicações desse processo para a estrutura socioeconômica local e para o debate mais amplo acerca do desenvolvimento regional e da divisão do trabalho no capitalismo global.

#### **4.1 Caracterização da Região**

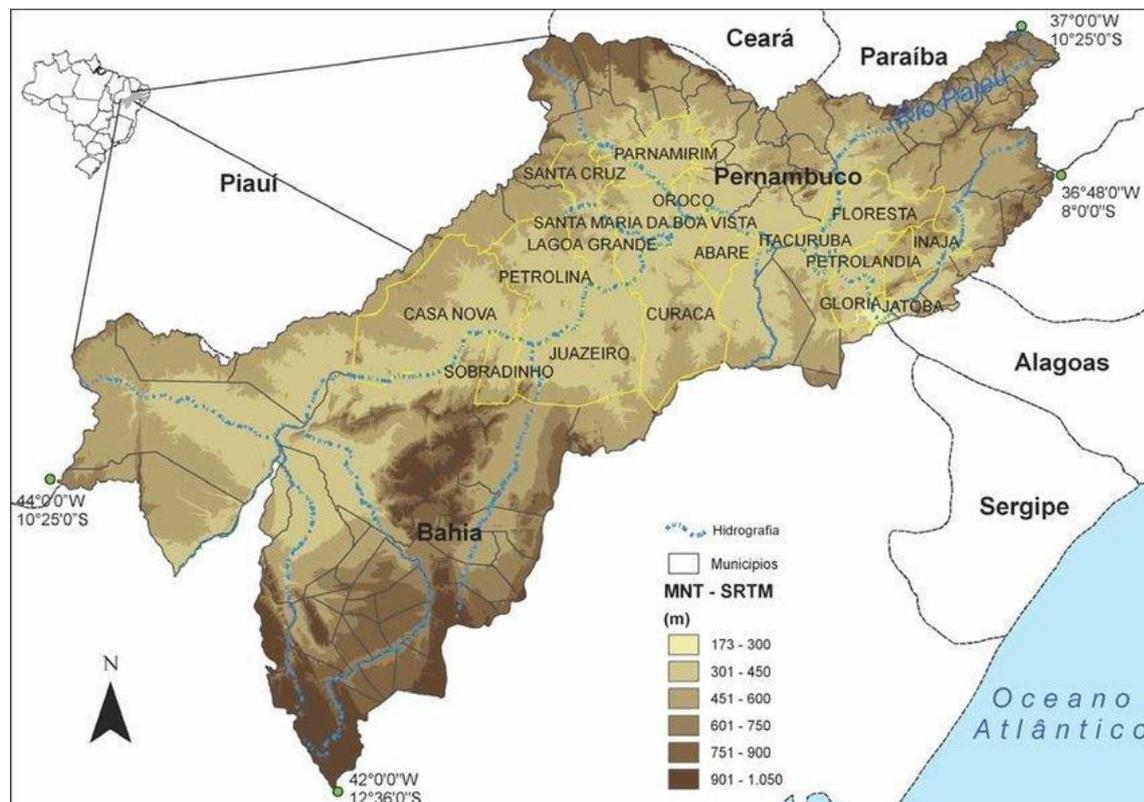
Antes de entrarmos no cerne da pesquisa, é essencial um conhecimento prévio da área delimitada para o estudo, o que nos leva a uma análise das condições geográficas, socioeconômicas, fundiárias e hídricas que caracterizam a região. Essas condições são fundamentais para compreender as dinâmicas da estrutura agrária, pois a interação entre o ambiente natural, a configuração da posse da terra e as condições sociais e econômicas moldam as práticas agrícolas, influenciam as relações de trabalho e têm impactos diretos no desempenho do setor. No caso do Vale do São Francisco, a particularidade de sua geografia e o histórico de concentração fundiária configuram um cenário único que precisa ser cuidadosamente analisado antes de abordar a relação capital-trabalho.

Nesse contexto, o Submédio da bacia hidrográfica do rio São Francisco, localizado na porção semiárida do Nordeste brasileiro, abrange o oeste do estado de Pernambuco e o norte do estado da Bahia. Essa área representa 17% da bacia do São Francisco e se estende da barragem de Sobradinho até a barragem de Xingó. As principais cidades do Submédio incluem Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia (Sobral et al., 2018).

Conforme ilustrado na figura 2, o SMSF compreende toda a mesorregião do Sertão de Pernambuco e grande parte da mesorregião do Agreste. No estado de Pernambuco, limita-se a leste com o trecho Baixo São Francisco. Na Bahia, abrange grande parte da mesorregião do

Vale do São Francisco e uma pequena porção do Centro Norte, limitando-se ao sul com o trecho Médio da bacia, no município de Remanso. No total, o SMSF inclui 92 municípios, sendo 69 em Pernambuco e 23 na Bahia (CBHSF, 2012).

**Figura 2- Localização do SMSF**



Fonte: GONDIM et al. (2013).

A região possui clima semiárido, marcado por sete a oito meses de seca e chuvas concentradas no outono-inverno, com uma média anual de precipitação de aproximadamente 550 mm anuais (SÁ et al., 2009). Apesar das condições climáticas desafiadoras, caracterizadas por longos períodos de seca, a disponibilidade de áreas irrigadas e a adaptação ao clima semiárido impulsionam a produção de frutas, permitindo que o setor exportador seja amplamente dominante, abastecendo principalmente o mercado externo, embora também haja uma parcela destinada ao consumo interno (LACERDA; LACERDA, 2004).

Dentre as áreas de maior destaque no SMSF está o polo Petrolina/Juazeiro, reconhecido como núcleo da produção frutífera no Vale do São Francisco. Essa região, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2024, é responsável por 20,66% da população total do SMSF e desempenha um papel central na economia local. A fruticultura irrigada, com maior ênfase na

produção de manga e uva, consolida-se como a principal atividade econômica, sendo o polo o maior exportador de frutas frescas do Brasil (SÁ et al., 2009). O polo abrange oito municípios, sendo quatro em Pernambuco: Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó; e quatro na Bahia: Juazeiro, Sobradinho, Curaçá e Casa Nova. Esta área é designada como RIDE pela Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, e sua regulamentação é estipulada pelo Decreto nº 4.366, de 9 de setembro de 2002 (LIMA, 2022). A figura 3 apresenta o mapa dos municípios que compõem o Polo Petrolina/Juazeiro.

**Figura 3- Composição do Polo Petrolina/Juazeiro**



Fonte: Adaptado de Lima e Sousa (2017), com base em Ministério da Integração Nacional (2011).

A relevância desse polo se deve, sobretudo, à sua posição como o principal centro produtor e exportador de manga e uva no Brasil. Beneficiando-se de tecnologia avançada, sistemas de irrigação eficientes e condições climáticas favoráveis, a região mantém uma

produção contínua ao longo do ano. A manga é o carro-chefe das exportações, com 93% da fruta exportada pelo país originando-se dessa área. Em 2023, as exportações cresceram 53% em receita, totalizando US\$ 315 milhões, impulsionadas pela quebra de safra em concorrentes como Peru e Equador. O Vale responde por 49,4% da produção nacional e 28,5% da exportação global da fruta, tendo como principal destino o mercado europeu, especialmente os Países Baixos, que absorveram 43,5% das exportações. Já a produção de uva se mantém estável, consolidando o Vale como o segundo maior produtor nacional, com 338 mil toneladas em 2023. As exportações de uva cresceram significativamente, com destaque para os Países Baixos, Estados Unidos e Reino Unido como principais mercados (Kist et al., 2023).

Apesar de sua expressiva produção e relevância no mercado global, o potencial econômico do Vale do São Francisco enfrenta desafios estruturais que limitam os benefícios desse crescimento para pequenos produtores. A configuração fundiária da região, marcada pela concentração de terras e pela desigualdade no acesso aos recursos hídricos, cria barreiras significativas para a inclusão de pequenos agricultores no setor, empurrando a maioria para ofertarem sua mão de obra para a agricultura patronal.

A realidade dos dois principais municípios do polo, Petrolina-PE e Juazeiro-BA, exemplifica bem essa estrutura desigual. Em Juazeiro-BA, dos 9.886 imóveis rurais e uma área total de 478.584 hectares, a maioria das propriedades (79,5%) são pequenas, com até 50 hectares, mas ocupam apenas 12% da área total. Em contrapartida, as grandes propriedades, com mais de 1.000 hectares, são apenas 79, mas concentram 44% da terra, acentuando a disparidade na posse da terra. O quadro é semelhante em Petrolina-PE, onde, dos 13.581 imóveis rurais e 518.041 hectares, 72% das propriedades são pequenas, mas ocupam apenas 42% da área total, enquanto as grandes propriedades, com mais de 1.000 hectares, são 37 e concentram 23% da terra (INCRA, 2018). Essas desigualdades dificultam o acesso dos pequenos produtores e refletem a persistência de um padrão histórico de concentração fundiária que ainda marca a região. Cabe destacar que, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o módulo fiscal<sup>34</sup> é de 65 hectares em Juazeiro-BA e de 55 hectares em Petrolina-PE. Essa concentração fundiária está intimamente ligada a outros

---

<sup>34</sup> O módulo fiscal é um parâmetro utilizado para definir o tamanho das propriedades rurais e sua classificação fundiária, sendo calculado com base em fatores como o tipo de produção predominante, a renda gerada e as condições agroecológicas da região. No entanto, esse valor representa uma estimativa média, e propriedades menores podem ser economicamente viáveis, especialmente quando inseridas em sistemas de irrigação que aumentam a produtividade da terra. Ainda assim, observa-se que a maioria dos imóveis na região está abaixo de um módulo fiscal, o que pode indicar dificuldades no acesso à terra e desafios estruturais para pequenos produtores que não dispõem dos meios necessários para potencializar sua produção.

fatores que agravam as desigualdades socioeconômicas da região, como a distribuição dos recursos produtivos e os benefícios derivados da fruticultura irrigada. Esse padrão de concentração pode restringir a expansão dos benefícios econômicos e sociais para as camadas mais vulneráveis da população, que acabam marginalizadas nos processos produtivos e nos ganhos advindos da atividade agrícola. Para entender mais profundamente essas disparidades, é fundamental analisar alguns dos indicadores socioeconômicos da região, como o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

O IDR emerge como uma ferramenta importante para medir o progresso da região, ao combinar aspectos sociais, econômicos, ambientais e demográficos. Seu cálculo é baseado na média aritmética de quatro indicadores: o Índice de Bem-Estar Social (IBES)<sup>35</sup>, o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE)<sup>36</sup>, o Índice de Meio Ambiente (IMA)<sup>37</sup> e o Índice de População (IPOP)<sup>38</sup>, proporcionando uma ampla visão das condições rurais. Petrolina-PE e Juazeiro-BA apresentam um elevado IDR, impulsionado principalmente pelo alto desempenho no IDE. Esse desempenho reflete a competitividade das exportações de fruticultura irrigada, como a manga, que contribui para o aumento do rendimento médio dos domicílios rurais nesses municípios (LIMA; SOUZA, 2017).

No entanto, apesar de ser um indicador útil para evidenciar desigualdades entre os municípios, o IDR possui limitações, uma vez que não considera a distribuição interna da renda. Assim, embora os dados indiquem um alto nível de desenvolvimento rural para Petrolina e Juazeiro, não é possível aferir se esses benefícios alcançam de forma abrangente a população rural dessas localidades. Além disso, ao analisar o IDR na RIDE, observa-se uma grande disparidade: enquanto Petrolina e Juazeiro apresentam índices elevados, metade dos outros municípios da região é classificada com níveis baixos e muito baixos de desenvolvimento rural. Isso sugere que a fruticultura irrigada concentra seus benefícios em poucos municípios, deixando os demais com um progresso mais restrito. Dessa forma, ainda que o crescimento econômico tenha gerado melhorias em algumas localidades, sua distribuição desigual reforça

---

<sup>35</sup> Inclui a proporção de domicílios rurais com instalação sanitária, proporção de domicílios rurais com telefone, número médio de anos de estudo dos moradores de 7 anos ou mais e proporção de crianças de 7 a 14 anos que frequentam a escola. (KAGEYAMA, 2004).

<sup>36</sup> Composto pela renda domiciliar per capita nos domicílios rurais, proporção de ocupados em atividades não-agrícolas e produtividade do trabalho na agricultura (valor da produção agropecuária dividido pelo número de ocupados nos estabelecimentos agropecuários) (KAGEYAMA, 2004).

<sup>37</sup> Considera a ausência de monoculturas e a proporção de estabelecimentos agropecuários que adotam práticas de conservação do solo (KAGEYAMA, 2004).

<sup>38</sup> Composto pelas variáveis: densidade demográfica, proporção da população rural no município e proporção da população que não residiu sempre no mesmo município (KAGEYAMA, 2004).

as limitações do IDR como um indicador único para avaliar o equilíbrio do desenvolvimento rural (LIMA; SOUZA, 2017).

Outro indicador relevante para compreender a dinâmica econômica da região é o PIB per capita, que representa o valor total de bens e serviços produzidos por habitante e é uma métrica importante para avaliar como a fruticultura irrigada impacta as condições de vida na RIDE Petrolina-Juazeiro. A Tabela 3 apresenta os valores do PIB per capita dos oito municípios que compõem a RIDE, revelando uma certa disparidade econômica entre as cidades. O PIB per capita de Sobradinho, por exemplo, é significativamente mais alto (R\$ 36.299,70) do que a média da RIDE (R\$ 18.410,52), o que pode ser explicado pela presença da Hidrelétrica de Sobradinho, que é um importante motor econômico para o município, gerando receita significativa a partir da geração de energia. Em contraste, municípios como Curaçá (R\$ 10.130,36) e Casa Nova (R\$ 11.975,02) apresentam PIBs per capita abaixo da média, indicando uma menor geração de riqueza local. Petrolina e Juazeiro, com PIBs per capita de R\$ 22.244,46 e R\$ 23.601,32, respectivamente, se destacam como polos de maior dinamismo econômico devido à sua forte base na fruticultura irrigada, setor que impulsiona significativamente a economia local, como se apresentará.

**Tabela 3- PIB per capita dos municípios da RIDE Petrolina/Juazeiro (2021)**

<b>CIDADES</b>	<b>PIB Per Capita</b>
Lagoa Grande – PE	R\$ 17.510,30
Orocó-PE	R\$ 12.178,95
Petrolina – PE	R\$ 22.244,46
Santa Maria da Boa Vista – PE	R\$ 13.344,05
Casa Nova – BA	R\$ 11.975,02
Curaçá – BA	R\$ 10.130,36
Juazeiro – BA	R\$ 23.601,32
Sobradinho – BA	R\$ 36.299,70
<b>MÉDIA DA RIDE</b>	<b>R\$ 18.410,52</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2021).

O PIB per capita, embora seja um importante indicador econômico, possui algumas limitações. Ele não leva em consideração a distribuição de renda, o que significa que pode haver uma alta concentração de riqueza em uma pequena parte da população, mascarando desigualdades econômicas significativas. Além disso, o PIB per capita não considera aspectos qualitativos, como a saúde, educação e bem-estar da população, fatores que são essenciais para

uma avaliação mais completa das condições de vida. Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) surge como uma alternativa, incluindo variáveis sociais, como expectativa de vida, educação e renda, proporcionando uma análise mais equilibrada do progresso de uma região. O IDHM, portanto, contribui com uma visão mais abrangente, considerando não só a geração de riqueza, mas também as condições de vida e a distribuição dos benefícios dessa riqueza.

O IDHM é uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), criado para avaliar o desenvolvimento humano a partir de três dimensões fundamentais: longevidade, educação e renda. Enquanto o IDH foi concebido em 1990 para mensurar o desenvolvimento dos países em nível global, o IDHM busca refletir as especificidades da realidade brasileira, comparando o desenvolvimento dos municípios entre si. Embora ambos os índices compartilhem a mesma metodologia básica<sup>39</sup> e variem entre 0 e 1, os indicadores utilizados em suas composições são distintos, impossibilitando comparações diretas.

A Tabela 4 apresenta os dados detalhados do IDHM para os oito municípios que compõem a RIDE Petrolina/Juazeiro, oferecendo uma visão do desenvolvimento humano na região. Os dados apresentados são provenientes do Censo de 2010, que ainda é a base mais recente disponível para consulta do IDHM dos municípios, e revela variações significativas no desenvolvimento humano entre os municípios da RIDE Petrolina/Juazeiro. Petrolina e Juazeiro apresentam os maiores índices de IDHM, com valores de 0,7 e 0,68, sugerindo melhores condições de vida, maior acesso à educação, renda mais elevada e melhores condições de saúde, em relação aos outros municípios da região. Essas diferenças refletem desigualdades históricas e estruturais que impactam o acesso a recursos e oportunidades locais. A análise do IDHM torna-se, assim, fundamental para orientar políticas públicas que busquem a redução dessas disparidades e o desenvolvimento equilibrado da região. Além disso, compreender essas disparidades permite identificar quais dimensões do desenvolvimento humano demandam maior atenção em cada município. Investimentos direcionados em educação, saúde e geração de renda podem contribuir para elevar a qualidade de vida da população local.

---

<sup>39</sup> O cálculo do IDHM se dá pela média geométrica de três subíndices: o IDHM-Longevidade, baseado na expectativa de vida ao nascer; o IDHM-Educação, que considera tanto a escolaridade da população adulta quanto o fluxo escolar da população jovem; e o IDHM-Renda, que utiliza a renda per capita como referência. A classificação do IDHM segue a seguinte escala: valores entre 0 e 0,499 indicam muito baixo desenvolvimento humano; entre 0,5 e 0,599, baixo desenvolvimento humano; entre 0,6 e 0,699, médio desenvolvimento humano; entre 0,7 e 0,799, alto desenvolvimento humano; e valores entre 0,8 e 1 correspondem a um cenário de muito alto desenvolvimento humano (INDICADOR METROPOLITANO, 2013).

**Tabela 4- IDHM e seus subíndices nos municípios da RIDE Petrolina/Juazeiro.**

<b>CIDADES</b>	<b>IDHM-R</b>	<b>IDHM-L</b>	<b>IDHM-E</b>	<b>IDHM</b>
Lagoa Grande – PE	0,58	0,71	0,52	0,597
Orocó-PE	0,54	0,77	0,55	0,61
Petrolina – PE	0,7	0,8	0,61	0,7
Santa Maria da Boa Vista – PE	0,56	0,77	0,47	0,59
Casa Nova – BA	0,58	0,74	0,44	0,57
Curaçá – BA	0,54	0,78	0,46	0,58
Juazeiro – BA	0,66	0,8	0,59	0,68
Sobradinho – BA	0,61	0,75	0,56	0,63
<b>MÉDIA DA RIDE</b>	<b>0,59625</b>	<b>0,765</b>	<b>0,525</b>	<b>0,619625</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, Censo 2010.

Em termos de IDHM-Renda (IDHM-R)<sup>40</sup>, observa-se que os valores são mais homogêneos, com alguns municípios apresentando resultados próximos, ou até mesmo idênticos, como Orocó e Curaçá, ambos com IDHM-R de 0,54. Por outro lado, Petrolina se destaca com o maior valor de IDHM-Renda (0,7), evidenciando melhores condições de acesso à renda em comparação com os outros municípios da região. Quanto ao subíndice de Longevidade (IDHM-L),<sup>41</sup> todos os municípios possuem valores elevados, acima de 0,7, o que sugere um bom nível de expectativa de vida ao nascer em praticamente todas as cidades, com Petrolina e Juazeiro apresentando os maiores valores (0,8 e 0,8, respectivamente). A dimensão Educação (IDHM-E)<sup>42</sup>, por sua vez, revela disparidades mais acentuadas, com municípios como Santa Maria da Boa Vista e Casa Nova apresentando valores de IDHM-E bem abaixo da média da região, de 0,525, o que indica desafios significativos no acesso e na qualidade educacional nessas áreas. Em síntese, a média geral do IDHM da RIDE (0,62) reflete um desenvolvimento humano médio, com grandes variações entre os municípios, o que sugere a necessidade de políticas públicas mais específicas para cada localidade, visando diminuir as disparidades e promover um desenvolvimento mais equilibrado na região.

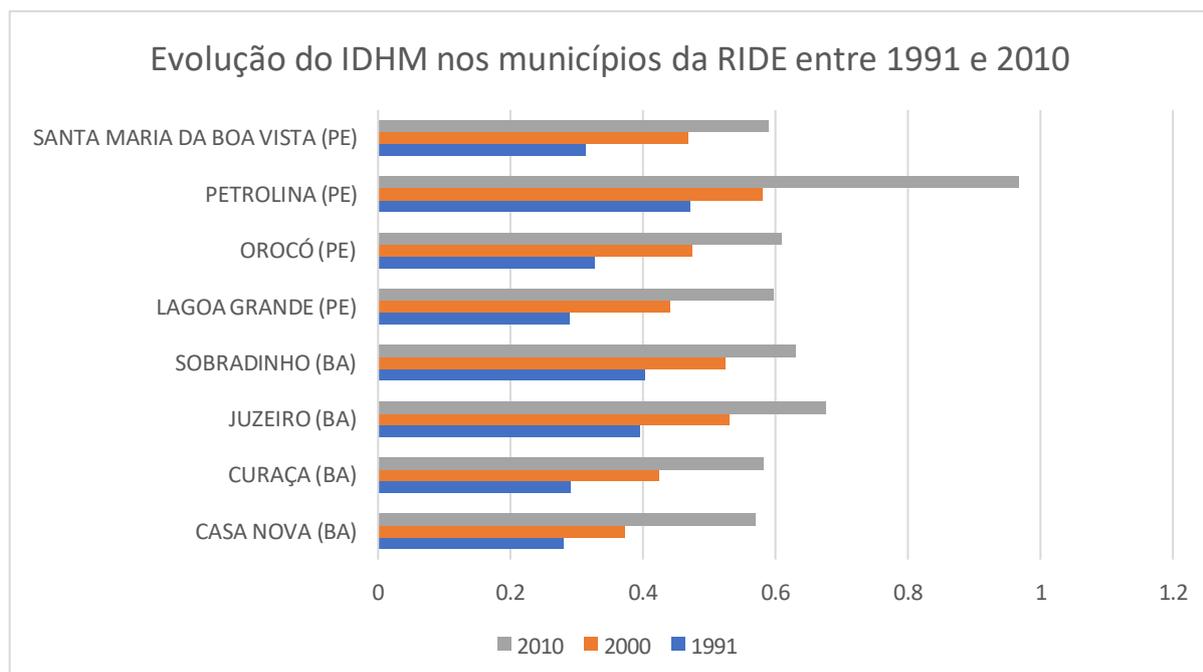
<sup>40</sup> O subíndice de Renda (IDHM-R) é calculado a partir da renda municipal per capita, que representa a soma da renda de todos os residentes de um município, dividida pelo número total de pessoas residentes, incluindo crianças e pessoas sem registro de renda.

<sup>41</sup> O subíndice de Longevidade (IDHM-L) é calculado a partir da expectativa de vida ao nascer, obtida por meio de um método indireto a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Este indicador reflete o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria, mantendo-se os mesmos padrões de mortalidade.

<sup>42</sup> O subíndice de Educação (IDHM-E) é composto por dois indicadores. O primeiro, a escolaridade da população adulta, é medido pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo, e tem peso 1. O segundo indicador, o fluxo escolar da população jovem, é calculado pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo, com peso 2.

Além da análise estática do IDHM no ano de 2010, o Gráfico 1 apresenta a evolução do índice entre 1991, 2000 e 2010 para os municípios da RIDE Petrolina/Juazeiro. A análise da série histórica permite identificar tendências e avanços no desenvolvimento humano da região ao longo das décadas. Observa-se que, apesar das disparidades entre os municípios, todos apresentaram crescimento no IDHM ao longo do período analisado.

**Gráfico 1- Evolução do IDHM nos Municípios da RIDE Petrolina/Juazeiro**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNUD, IPEA e FJP.

No início da série, em 1991, todos os municípios registravam índices baixos, abaixo de 0,5, indicando condições de desenvolvimento humano precárias. No entanto, entre 2000 e 2010, verifica-se um avanço expressivo, com a maioria dos municípios superando a barreira de 0,6, entrando na classificação de médio desenvolvimento humano. Esse crescimento pode ser atribuído a políticas públicas de ampliação do acesso à educação, melhorias na infraestrutura de saúde e programas de transferência de renda implementados ao longo das décadas. Embora renda e terras continuem concentradas, é possível que parte desse avanço também esteja relacionada a processos de modernização conservadora, que podem ter promovido algum grau de desenvolvimento sem alterar significativamente a estrutura fundiária ou redistribuir a renda.

Dentre os municípios analisados, Petrolina e Juazeiro mantiveram-se como as localidades com os melhores desempenhos ao longo de toda a série histórica, alcançando IDHM de 0,697 e 0,677, respectivamente, em 2010. Por outro lado, municípios como Curaçá e Lagoa

Grande, apesar de apresentarem avanços, ainda registraram índices abaixo da média da região, evidenciando desafios persistentes em áreas como educação e renda.

Portanto, o Gráfico 1 reforça a tendência de melhoria contínua do desenvolvimento humano na região da RIDE Petrolina/Juazeiro. Entretanto, apesar do crescimento do IDHM nos municípios da região entre os anos de 1991 e 2010, é necessário considerar as limitações desse índice. O IDHM, ao sintetizar o desenvolvimento humano em um único número, pode ocultar desigualdades internas significativas e não captar plenamente a realidade social e econômica das populações locais.

Embora os dados sobre o PIB per capita e o IDHM indiquem um crescimento econômico e uma melhoria nas condições de vida em algumas áreas da RIDE Petrolina/Juazeiro, a realidade do mercado de trabalho e da estrutura produtiva da região tem revelado um elevado grau de concentração de renda. Para Araújo e Silva (2013), esse fenômeno pode ser compreendido a partir da crescente relevância econômica da fruticultura irrigada. A mudança no perfil dos produtores locais, com a aquisição de propriedades por migrantes devido aos altos custos de produção, resultou na adaptação dos agricultores originais a setores com menores custos ou à atuação como empregados nas grandes fazendas agroexportadora. Esse cenário reflete uma realidade de trabalho que, apesar da geração expressiva de riqueza, com um valor de produção de R\$ 5,6 bilhões para o ano de 2021, é caracterizada por uma forte divisão entre os diferentes grupos de trabalhadores. O setor continua a enfrentar condições precárias de trabalho, com uma significativa disparidade entre a riqueza gerada pela fruticultura e os direitos e a proteção laboral dos trabalhadores, como discutido por Costa e Mathias (2023).

A Tabela 5, a seguir, ilustra o nível de remuneração média dos trabalhadores empregados nos municípios da RIDE Petrolina/Juazeiro. Podemos observar diferenças significativas entre os municípios da região em termos de número de empregados e rendimento médio. Petrolina-PE e Juazeiro-BA concentram a maior parte dos empregos, com 90.311 e 44.795 trabalhadores, respectivamente. Essa concentração provavelmente se deve ao fato de que essas cidades são os polos de processamento, comercialização e exportação da produção agrícola, além de possuírem maior infraestrutura e acesso a investimentos.

No entanto, a remuneração média nesses municípios não é proporcional à sua importância econômica. Em Juazeiro-BA, o rendimento médio registrado foi de R\$ 2.413,00, enquanto em Petrolina-PE foi de R\$ 2.502,00, valores que, apesar de relativamente elevados dentro do contexto regional, ainda se mostram modestos diante da centralidade dessas cidades na cadeia produtiva.

**Tabela 5- Tabela 5- Remuneração média dos trabalhadores empregados nos municípios da RIDE Petrolina/Juazeiro (2022)**

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	Nº DE EMPREGADOS	REMUNERAÇÃO MÉDIA
Juazeiro-BA	237.821	44.795	R\$ 2.413,00
Casa Nova-BA	72.086	11.780	R\$ 1.925,00
Curaçá-BA	34.180	2.519	R\$ 2.715,00
Sobradinho-BA	25.475	2.683	R\$ 3.443,00
Petrolina-PE	386.791	90.311	R\$ 2.502,00
Orocó-PE	13.613	750	R\$ 2.259,00
Lagoa Grande-PÈ	24.088	3.003	R\$ 2.037,00
Sta Mª da Boa vista-PE	40.578	2.447	R\$ 2.567,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Data MPE Brasil e do IBGE.

Por outro lado, em Sobradinho-BA, o rendimento médio alcançou R\$ 3.443,00. Esse valor mais alto pode estar relacionado ao impacto da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), que gera empregos mais qualificados e melhor remunerados. Comparando esses valores com o salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado na região Nordeste (R\$ 2.809,16) e no Brasil (R\$ 3.542,19) em 2022 (IBGE, 2022), percebe-se que Sobradinho apresenta um rendimento superior à média regional e próximo à média nacional.

A discrepância de rendimentos também se evidencia ao comparar municípios como Casa Nova-BA e Curaçá-BA. Em Casa Nova, onde há um contingente de 11.780 empregados, a remuneração média foi de apenas R\$ 1.925,00, a menor da região. Já em Curaçá-BA, mesmo com um número reduzido de empregados (2.519), a média de rendimentos foi de R\$ 2.715,00, evidenciando possíveis diferenças na especialização dos postos de trabalho e na estrutura produtiva local. Situação semelhante ocorre em Orocó-PE, que, apesar de empregar apenas 750 pessoas, registra um salário médio de R\$ 2.259,00. Essas diferenças nos rendimentos, combinadas com a concentração fundiária e a desigualdade no acesso a recursos hídricos, revelam um quadro complexo na RIDE Petrolina/Juazeiro.

A fruticultura irrigada tem se consolidado como um motor importante para a economia regional, impulsionando as exportações brasileiras e promovendo a modernização do setor agrícola. Entretanto, esse crescimento convive com estruturas arcaicas que limitam o acesso a seus benefícios para grande parte da população local, especialmente os pequenos produtores e trabalhadores rurais. Isso pode ser, em parte, resultado da concentração fundiária no Vale do São Francisco, onde a predominância de grandes propriedades com vastas extensões de terra e recursos hídricos remonta a um padrão histórico na estrutura agrária do Nordeste e do Brasil.

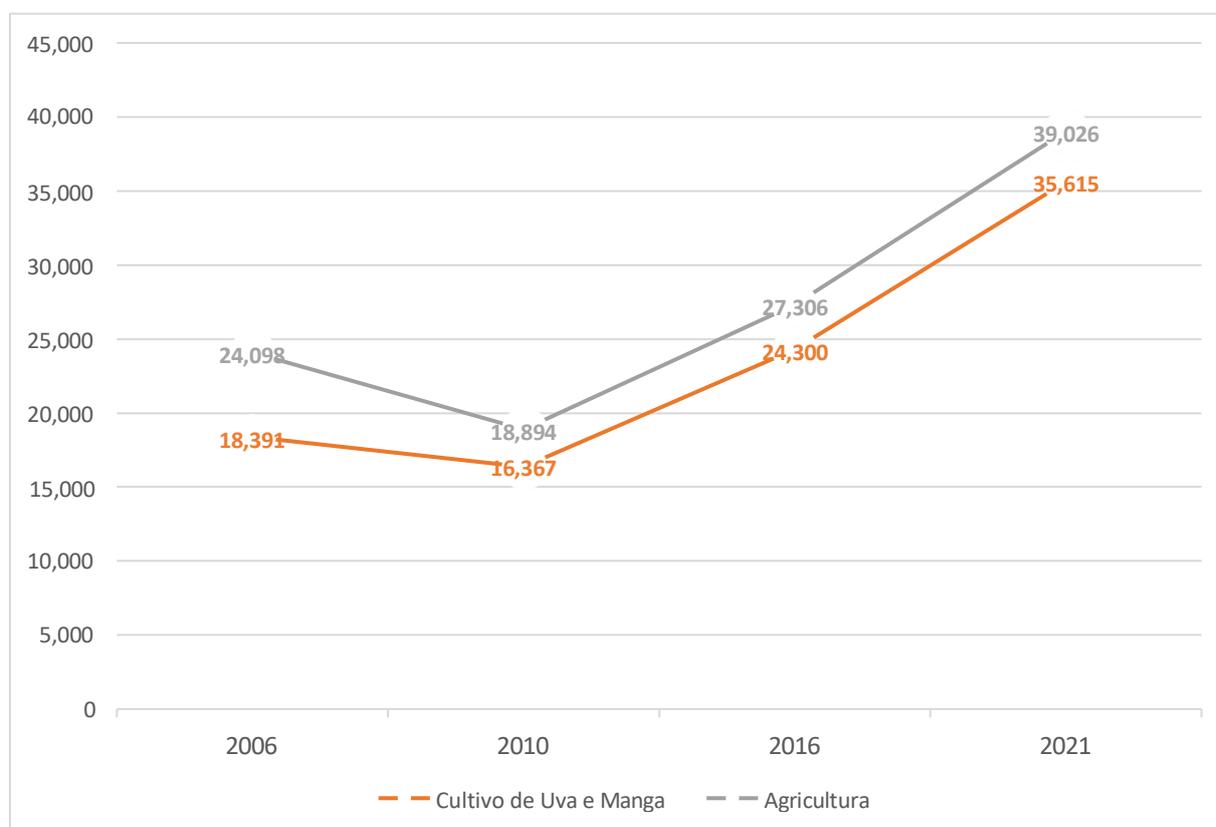
Além disso, ao considerar as dinâmicas econômicas e sociais do polo Petrolina/Juazeiro, é essencial questionar até que ponto o modelo de desenvolvimento dessa região, pautado por práticas produtivas modernas com manutenção arcaica de acesso à terra e à água, reflete uma mudança também nas relações de trabalho.

#### **4.2 Relação Trabalho e Capital na Fruticultura da RIDE Petrolina/Juazeiro: Análise dos Setores de Uva e Manga**

Ao longo deste trabalho, foi possível constatar que a reestruturação do setor agrícola no Nordeste tem provocado transformações significativas na dinâmica socioeconômica da região, evidenciadas pela substituição de culturas tradicionais, como a cana-de-açúcar e o algodão, por produtos como uva e manga. Nesse sentido, Cavalcanti et al. (2006) destacam que esse processo de substituição de culturas tradicionais reflete a adaptação do setor agrícola às novas exigências do mercado, impulsionando a fruticultura irrigada como uma estratégia de modernização e inserção competitiva no cenário global. Esse processo não apenas diversificou a pauta de exportação da região, mas também ressignificou os símbolos da agricultura nordestina, associando-a a uma imagem de modernidade e sustentabilidade. Foi possível também observar como o Estado fomentou a região, privilegiando o setor empresarial e excluindo, em certa medida, a agricultura tradicional que nela se encontrava. O processo de exclusão de grande parte da população do processo produtivo, especialmente em termos de competitividade, demanda uma análise mais aprofundada. No entanto, esta pesquisa concentra-se na situação dos trabalhadores formais do setor que, embora frequentemente percebidos como ocupando posições relativamente mais estáveis, ainda estão inseridos em condições que expressam aspectos da lógica de intensificação do uso da força de trabalho característica das economias dependentes.

O gráfico 2 apresenta os dados do crescimento dos postos de trabalho na RIDE Petrolina/Juazeiro dos anos de 2006 a 2021 especificamente no setor agrícola e no cultivo de uva e manga, que são as principais frutas exportadas pela região. A partir desse gráfico, podemos observar que a tendência de crescimento no cultivo de uva e manga explica de forma quase idêntica o aumento nos postos de trabalho no setor agrícola. Isso revela como o crescimento da produção dessas duas frutas tem impulsionado diretamente a dinâmica do setor agrícola e contribuído para o aumento de vínculos formais na região.

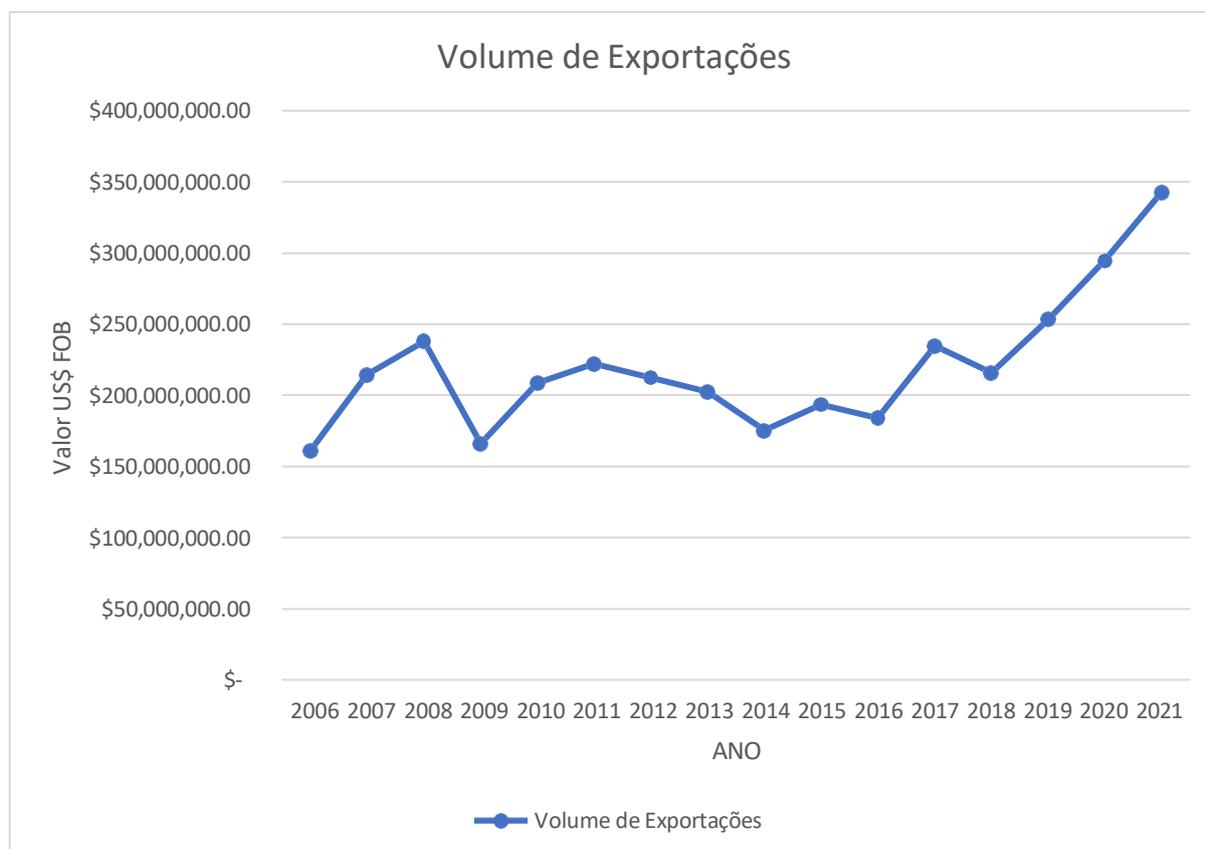
**Gráfico 2- Crescimento no número de vínculos formais na agricultura e no cultivo de uva e manga entre 2006 e 2021 na RIDE Petrolina/Juazeiro**



Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2023).

Observa-se que apesar de uma leve queda no número de vínculos formais entre 2006 e 2010, o setor apresentou uma retomada significativa a partir de então, culminando em um crescimento expressivo até 2021. O aumento expressivo no número de vínculos formais no cultivo de uva e manga na RIDE Petrolina/Juazeiro está diretamente associado à expansão da demanda externa por essas frutas. Como pode ser observado no gráfico 3, o período entre 2006 e 2021 foi marcado por um crescimento contínuo das exportações, especialmente a partir de 2017, quando estas alcançaram patamares mais elevados e sustentaram uma trajetória ascendente até 2021. Essa correlação evidencia que o dinamismo do setor agrícola na região responde diretamente ao mercado internacional. A crescente inserção das frutas da região no comércio exterior impulsionou a necessidade de ampliação da produção, resultando na criação de novos postos de trabalho e na formalização da mão de obra no setor. Esse processo também reflete a dependência estrutural da região, uma vez que a economia local se mantém condicionada às variações da demanda global, reforçando sua inserção subordinada no comércio internacional.

**Gráfico 3- Volume de Exportações de Uva e Manga entre os anos de 2006 e 2021 na RIDE Petrolina/Juazeiro**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *ComexStat* (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, 2025).

A inserção subordinada no comércio internacional caracteriza-se pela posição em que uma região ou país integra a economia mundial como fornecedora de produtos primários ou matérias-primas, estando estruturalmente condicionada às demandas e às condições estabelecidas pelas economias centrais. Nesse modelo, o desenvolvimento local é determinado não por uma lógica autônoma, mas pela dinâmica e pelos interesses do capital internacional, o que gera uma relação desigual e dependente. No caso da RIDE Petrolina/Juazeiro, o crescimento expressivo do número de vínculos formais no cultivo de uva e manga entre 2006 e 2021 está diretamente vinculado à expansão das exportações dessas frutas, mostrando que a economia regional se movimenta em função das variações e exigências do mercado externo.

Essa dependência estrutural limita as possibilidades de desenvolvimento econômico autônomo e sustentável na região, pois a produção está voltada prioritariamente para atender a uma demanda externa que pode ser instável e sujeita a crises globais. Se a inserção fosse orientada pelo mercado interno, a dinâmica econômica poderia favorecer processos de

diversificação produtiva e industrialização, com menor vulnerabilidade a choques externos e maior potencial para a geração de empregos qualificados e renda mais estável.

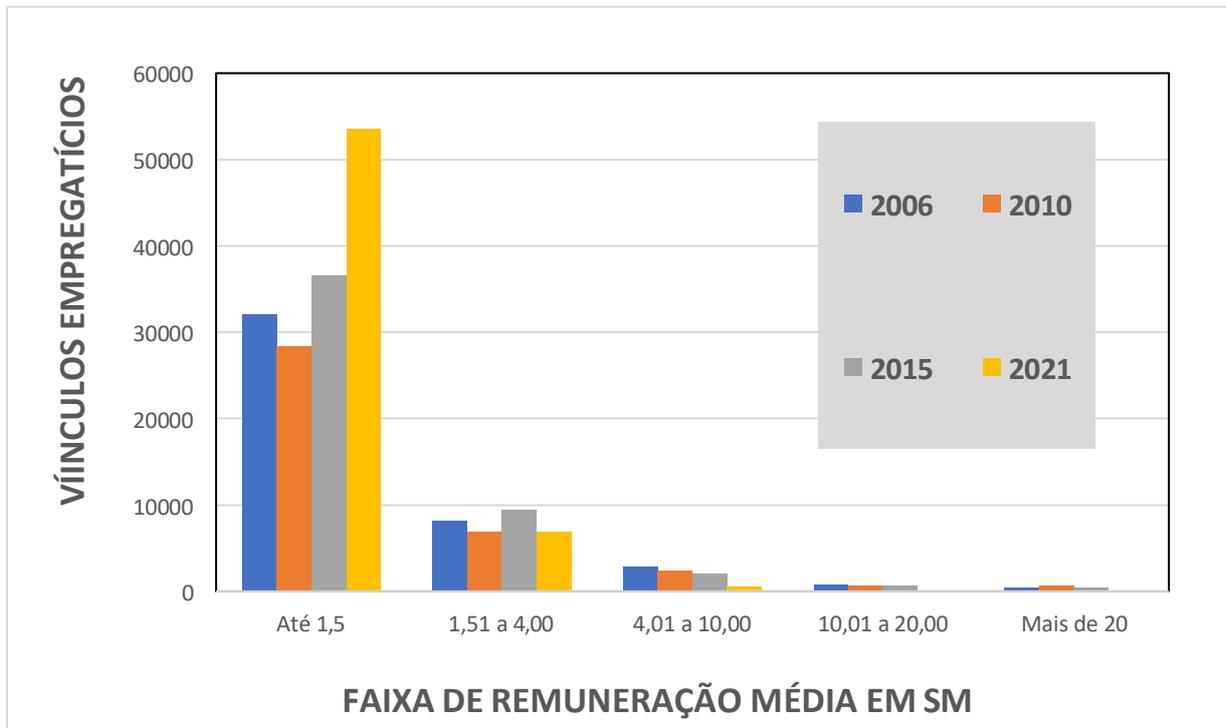
Assim, o avanço observado na formalização da mão de obra e no aumento da produção agrícola está condicionado a essa relação desigual de dependência, que mantém a região em uma posição periférica na divisão internacional do trabalho. Apesar dos ganhos econômicos imediatos, essa condição reforça a necessidade de estratégias que promovam a valorização local da produção, a diversificação econômica e o fortalecimento do mercado interno para superar os limites impostos pela inserção subordinada no mercado global.

No entanto, torna-se necessário avaliar se esse crescimento das exportações, associadas ao aumento no número de vínculos empregatícios, foi acompanhado por um aumento da remuneração média e da produtividade do setor. Isso porque, em um contexto de modernização agrícola, o aumento do emprego pode não necessariamente significar maiores salários e maior eficiência produtiva. Assim, vamos examinar a relação entre a expansão do trabalho formal, a remuneração média e a produtividade do setor agrícola, no período em questão.

A distribuição da remuneração média dos trabalhadores no cultivo de uva e manga na RIDE Petrolina-Juazeiro pode ser observada no gráfico 4, que revela uma forte concentração na faixa de até 1,5 salário mínimo (SM) em todos os anos analisados (2006, 2010, 2015 e 2021). Esse padrão salarial persistente ao longo do tempo indica uma estagnação salarial. Essa estagnação está correlacionada à ausência de avanços tecnológicos significativos, o que, por sua vez, não gerou uma demanda por maior qualificação da força de trabalho, nem contribuiu para a elevação dos salários no setor. Nesse contexto, é crucial investigar se o crescimento no número de postos de trabalho, com salários médios estagnados, refletiu um aumento na produtividade das empresas ou se a ampliação da força de trabalho ocorreu sem um correspondente avanço na eficiência produtiva.

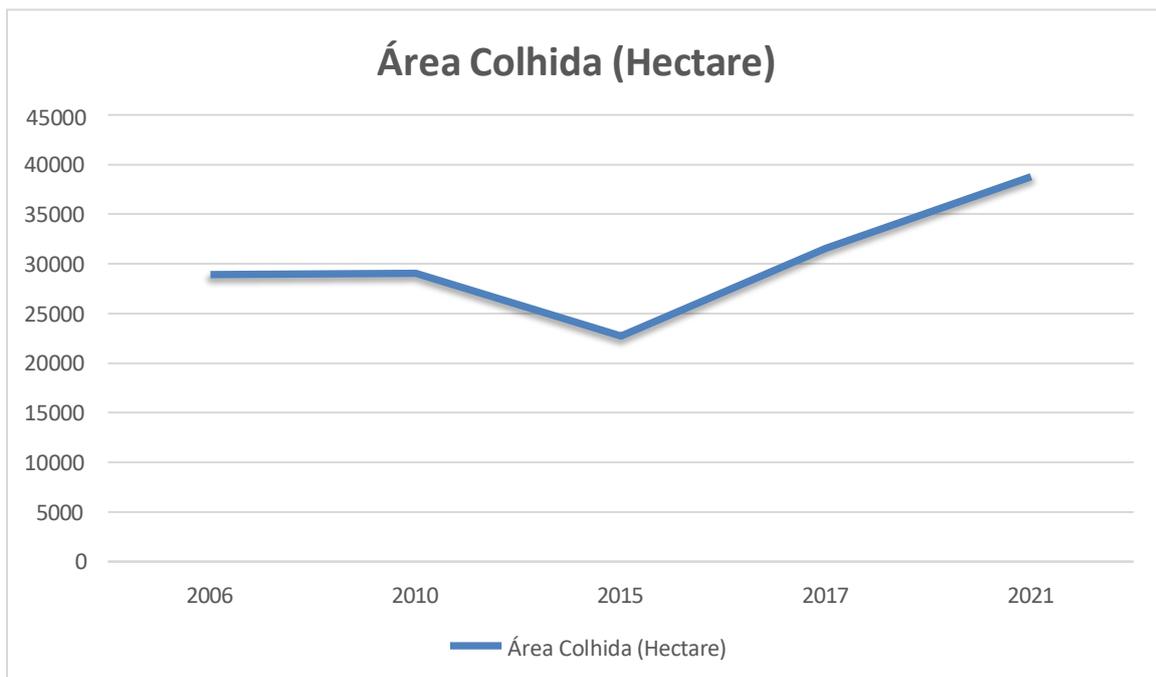
Os gráficos 5 e 6 evidenciam o crescimento da produtividade no setor de cultivo de uva e manga na RIDE Petrolina-Juazeiro. O gráfico 5 demonstra a expansão da área colhida, indicando um aumento na utilização de terras para a produção dessas frutas. O gráfico 6, por sua vez, apresenta a evolução da produção em toneladas, mostrando um crescimento expressivo ao longo dos anos que vão de 2006 a 2021.

**Gráfico 4- Remuneração média em SM no cultivo de Uva e Manga na RIDE Petrolina/Juazeiro entre 2006 e 2021,**



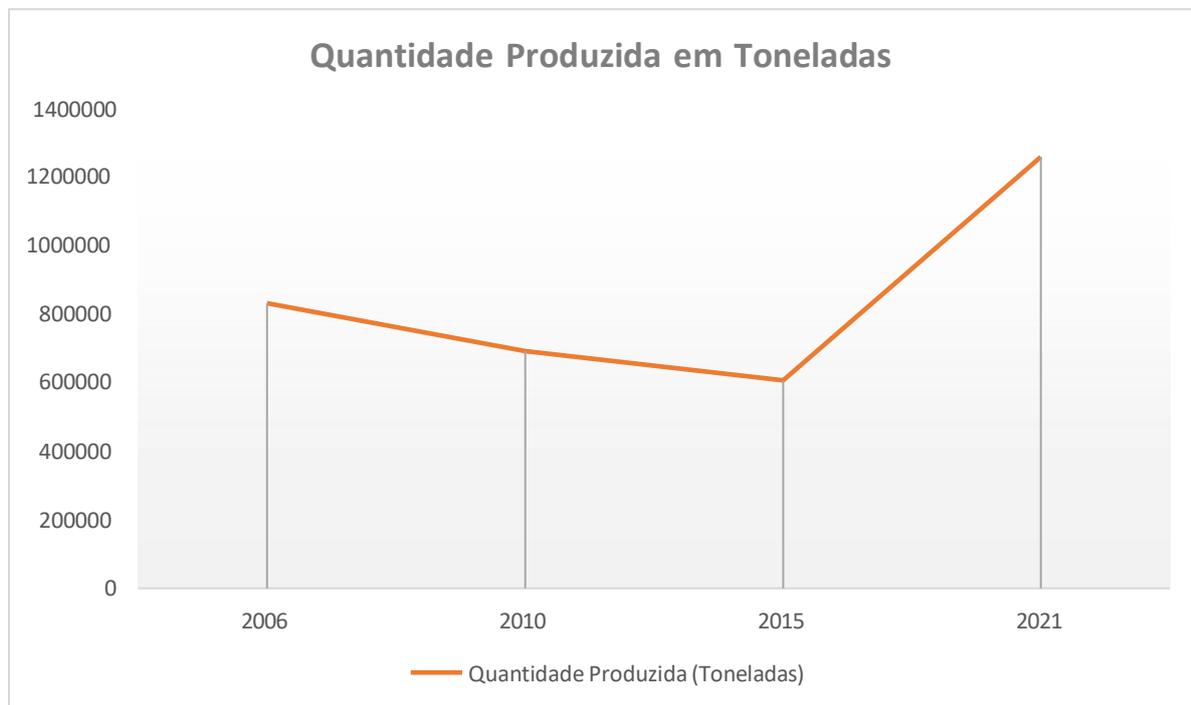
Fonte: Elaboração Própria com Base na RAIS (2022).

**Gráfico 5- Expansão da área colhida em Hectares na RIDE Petrolina/Juazeiro entre 2006 e 2021**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Produção Agrícola Municipal (2023).

**Gráfico 6- Produtividade em Toneladas de Uva e Manga na RIDE Petrolina/Juazeiro entre 2006 e 2021**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Produção Agrícola Municipal (2023)

A análise dos gráficos 5 e 6 demonstra que o crescimento da produção de uva e manga na RIDE Petrolina/Juazeiro entre 2006 e 2021 ocorreu principalmente por meio da expansão extensiva da área cultivada, acompanhada do aumento proporcional da força de trabalho formal. Esse processo evidencia que o incremento na produção está mais associado à ampliação da área plantada do que a ganhos significativos na produtividade por hectare, caracterizando um avanço extensivo, baseado na expansão territorial e na contratação de mão de obra, em vez de um avanço intensivo, que dependeria de ganhos de eficiência produtiva.

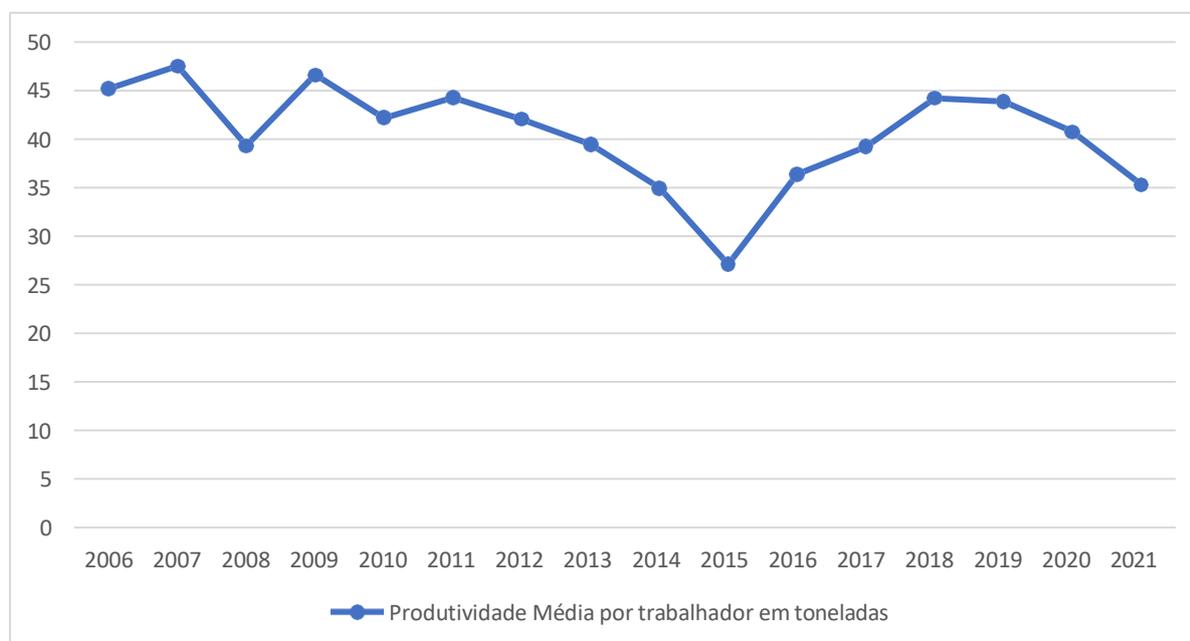
Esse padrão de crescimento está diretamente relacionado ao papel da infraestrutura hídrica, especialmente os projetos de irrigação promovidos pelo Estado, que foram essenciais para viabilizar a fruticultura na região. Segundo Silva (2016), a fruticultura irrigada no Submédio São Francisco, ao combinar manejo hídrico e controle químico, possibilita o cultivo de espécies que, em condições naturais, não prosperariam, transformando características climáticas adversas em fatores favoráveis à produtividade.

Além disso, conforme demonstra Ramos (2013), a consolidação da fruticultura na região não se limita à irrigação, mas depende de um sistema técnico-científico integrado, no qual a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Semiárido desempenhou papel fundamental. A instituição contribuiu com o desenvolvimento de cultivares adaptadas (como

uva e manga), além de técnicas como fertirrigação e microaspersão, ampliando o leque de tecnologias disponíveis para os produtores. No entanto, esses avanços tecnológicos foram assimétricos, beneficiando principalmente grandes empresas que têm acesso a essas inovações, enquanto pequenos produtores permanecem em desvantagem, com menor acesso a tecnologias modernas e enfrentando limitações na produtividade por hectare.

Dessa forma, o crescimento da fruticultura irrigada na RIDE Petrolina/Juazeiro seguiu uma lógica extensiva, baseada na expansão da área cultivada e no aumento da força de trabalho, sem que isso se traduzisse em ganhos significativos de eficiência produtiva. Embora o setor tenha adotado tecnologias importantes, esses avanços não resultaram em um aumento expressivo da produtividade média dos trabalhadores. No gráfico 6, essa dinâmica fica evidente, mostrando que o crescimento da produção ocorreu mais pela expansão territorial e pela intensificação do uso da mão de obra do que por melhorias na eficiência agrícola. No entanto, o Gráfico 7 revela que essa expansão não se traduziu em ganhos expressivos de produtividade média por trabalhador, cuja trajetória apresenta variações ao longo dos anos, sem uma tendência clara de crescimento contínuo. Isso indica que o aumento da produção esteve mais vinculado

**Gráfico 7 - Produtividade média dos trabalhadores do cultivo de Uva e Manga em Toneladas na RIDE Petrolina/Juazeiro entre os anos de 2006 e 2021**



Fonte: Elaboração própria com base na PAM (2023) e RAIS (2022).

à ocupação de novas áreas e à intensificação do uso de mão de obra, enquanto os avanços tecnológicos adotados não foram suficientes para elevar significativamente a eficiência produtiva.

O gráfico 7 mostra uma tendência de queda na produtividade média por trabalhador ao longo do período analisado, especialmente entre 2012 e 2015, com uma recuperação parcial entre 2016 e 2019, seguida por nova redução até 2021. Essa trajetória de queda se alinha aos gráficos 2 e 5, onde foi possível observar que a expansão do setor ocorreu por meio da incorporação de mais trabalhadores e de maior área cultivada, sem um avanço proporcional em eficiência produtiva. O declínio mais acentuado entre 2012 e 2015 pode indicar um momento de maior intensificação da contratação de mão de obra sem investimentos equivalentes em tecnologia ou inovação. Mesmo com uma recuperação temporária, a nova queda após 2019 reforça a hipótese de que o modelo produtivo continua baseado no incremento de mão de obra e de baixo custo. Esse padrão reforça a inserção subordinada da região no mercado global, onde o crescimento da exportação não resulta necessariamente em desenvolvimento, mas sim em uma exploração ampliada da força de trabalho e dos recursos naturais, reforçando a dependência externa e a vulnerabilidade econômica do setor.

É importante destacar que, embora esta análise não disponha de dados específicos sobre variáveis climáticas, não se pode descartar a possibilidade de que fatores externos, como variações climáticas — por exemplo, chuvas acima da média que poderiam prejudicar as culturas irrigadas — tenham influenciado essas oscilações na produtividade. Esse aspecto merece aprofundamento em estudos futuros, para melhor compreender os determinantes das flutuações produtivas na região.

Diante desse cenário, pode-se observar que o crescimento da fruticultura irrigada na RIDE Petrolina/Juazeiro não resultou em melhorias significativas para os trabalhadores do setor, especialmente no que diz respeito à valorização salarial e à qualificação profissional. No entanto, é preciso reconhecer que, apesar das condições adversas, os trabalhadores inseridos no setor formal ainda se encontram em uma situação relativamente mais protegida em comparação àqueles que atuam na informalidade. O vínculo empregatício formal, ainda que não garanta uma ascensão social significativa, possibilita o acesso a direitos trabalhistas mínimos, como previdência, férias e 13º salário, além de proporcionar um espaço de organização coletiva por meio dos sindicatos, que desempenham um papel fundamental na luta por melhores condições de trabalho. Já os trabalhadores informais, frequentemente sujeitos a condições ainda mais precarizadas, não apenas carecem dessas garantias, mas também se tornam mais vulneráveis a

formas de exploração ainda mais intensas, como jornadas exaustivas, ausência de estabilidade e dificuldades de reivindicação de direitos. A análise desse segmento, no entanto, é dificultada pela carência de dados oficiais. Ainda assim, algumas pesquisas acadêmicas<sup>43</sup> e blogs jornalísticos realizaram investigações *in loco* e puderam constatar parte dessas dificuldades.

Na próxima seção, além de abordar essas pesquisas de forma analítica, também examinaremos as condições de vida dos trabalhadores formais, considerando se seus rendimentos permitem uma existência estável. Para isso, utilizaremos como referência o salário necessário calculado pelo Dieese, a fim de avaliar em que medida a formalização do trabalho na fruticultura garante, de fato, um padrão de vida digno.

### 4.3 Condições de Vida e de Trabalho no SMSF

As condições de vida e de trabalho dos trabalhadores do Submédio do São Francisco são um reflexo socioeconômico do Brasil, especialmente de seu setor agrário, onde os símbolos de modernidade caminham quase sempre *pari passu* com condições arcaicas de trabalho. Embora o agronegócio desempenhe um importante papel na economia da região, sendo responsável por uma significativa geração de divisas<sup>44</sup> por meio da exportação de frutas, as garantias constitucionais relacionadas à dignidade humana e ao direito a condições mínimas de bem-estar social muitas vezes não se materializam na realidade concreta dos trabalhadores. Essa precarização do trabalho no setor agrário se reflete na baixa remuneração dos trabalhadores, que, como vimos no tópico anterior, na maioria dos casos, não recebem um salário suficiente para garantir condições mínimas de subsistência. Pelo menos, se considerarmos o que estabelece a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 7º, inciso IV: que o salário mínimo deve ser capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família, incluindo despesas com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social (BRASIL, 2025). Para verificar se essa garantia constitucional é respeitada, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza mensalmente o cálculo do salário mínimo necessário. Para isso, o DIEESE utiliza o valor da Cesta Básica de Alimentos como referência, conforme estipulado pelo Decreto-Lei nº 399. O cálculo parte da média ponderada dos preços coletados em diferentes estabelecimentos,

---

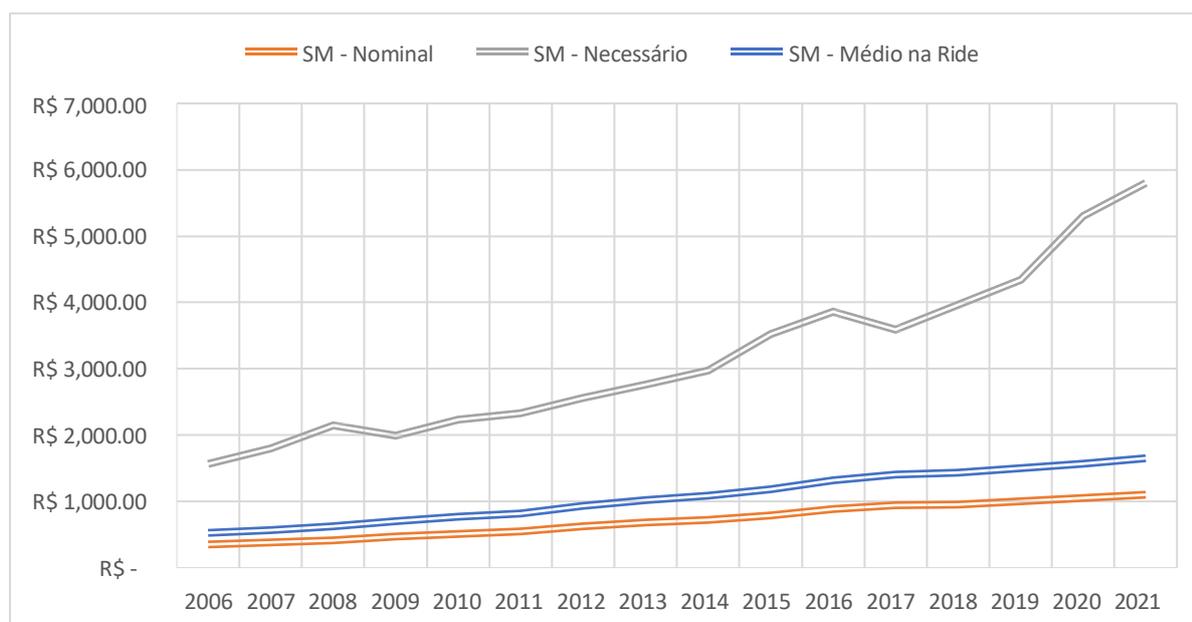
<sup>43</sup> Essas pesquisas serão apresentadas no próximo tópico.

<sup>44</sup> Em 2023, a fruticultura nordestina gerou US\$ 929,5 milhões em divisas. Esse desempenho reforça a relevância do setor no comércio exterior brasileiro, impulsionado principalmente pelas exportações de frutas como manga e uva, produzidas no Vale do São Francisco (VIDAL, 2024).

multiplicando os valores médios pelos pesos atribuídos a cada tipo de comércio, obtendo assim o custo mensal da cesta. Em seguida, divide-se esse custo pelo valor do salário mínimo vigente e pela jornada mensal de 220 horas, permitindo determinar a quantidade de horas de trabalho necessárias para a aquisição dos produtos essenciais. A partir dessa análise, o DIEESE estima o valor do salário mínimo necessário para garantir o padrão mínimo de subsistência do trabalhador e de sua família (até 4 pessoas), permitindo também comparações entre diferentes regiões do país e acompanhando a evolução do poder de compra ao longo do tempo (DIEESE, 2024).

No entanto, ao considerar os dados do tópico anterior, quando fizemos o levantamento dos salários médios com base na RAIS (2022), observamos que existe uma concentração relevante de pessoas que recebem até no máximo 1,5 SM. Dito isto, o gráfico 8, nos traz informações relevantes no tocante às condições de vida dos trabalhadores que integram os municípios da RIDE Petrolina/Juazeiro. Tomando por base o salário mínimo necessário, de acordo com o cálculo do Dieese, às condições de vida dos trabalhadores da região foram piorando ao longo dos anos de 2006 e 2021. Isso pode estar acontecendo devido a alguns fatores, como por exemplo o aumento do custo da cesta básica em um ritmo superior ao reajuste do salário mínimo e, conseqüentemente, dos salários médios na região.

**Gráfico 8 - Aumento do custo de vida na RIDE Petrolina/Juazeiro com base no SM necessário do Dieese**



Fonte: Elaboração Própria com base no Dieese (2025)

Enquanto o salário mínimo nominal e o salário médio<sup>45</sup> na RIDE apresentaram crescimento ao longo do período, o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE teve um aumento significativamente maior, indicando uma redução do poder de compra dos trabalhadores em relação às necessidades básicas e aprofundando a defasagem entre a renda real e o custo de vida essencial. Além das questões salariais, a precarização do trabalho na região se manifesta em diferentes dimensões, como a informalidade, a falta de infraestrutura básica nas moradias e o acesso deficitário a serviços públicos essenciais. Pesquisas acadêmicas e investigações jornalísticas apontam que muitos trabalhadores rurais enfrentam condições degradantes, caracterizadas por longas jornadas, exposição a agrotóxicos sem a devida proteção e ausência de políticas eficazes de fiscalização, o que contribui para a vulnerabilidade socioeconômica dessa população. A seguir, analisaremos estudos recentes que trazem evidências concretas desses problemas, permitindo uma compreensão mais aprofundada das condições laborais e sociais enfrentadas pelos trabalhadores da região.

No relatório *Frutas Doces, Vidas Amargas: A História dos Trabalhadores por Trás das Frutas que Comemos* (OXFAM BRASIL, 2019), encontram-se diversos relatos que evidenciam a precariedade das condições de trabalho no setor da fruticultura, especialmente para os trabalhadores safristas<sup>46</sup>. A falta de estabilidade e de uma remuneração adequada os coloca em uma posição de extrema vulnerabilidade, onde qualquer imprevisto pode resultar em fome e pobreza extrema. Conforme o relatório aponta, a incerteza quanto à recontração na próxima safra gera não apenas dificuldades financeiras, mas também impactos psicológicos, limitando perspectivas de futuro e impedindo qualquer planejamento de longo prazo.

Além disso, o documento destaca que, apesar da fruticultura nordestina estar integrada a cadeias produtivas globais e contar com certificações internacionais como Global Gap e Rainforest Alliance, ainda persistem violações trabalhistas. Muitos trabalhadores permanecem em condições precárias, sem garantias de direitos básicos e submetidos a um sistema que prioriza a produtividade e a qualidade da fruta em detrimento do bem-estar humano. Como sintetiza um dos depoimentos presentes no relatório, "a fruta é bem tratada no campo, mas o trabalhador não é tratado como a fruta" (OXFAM BRASIL, 2019, p. 32).

Essas condições de trabalho precárias não surgem por acaso. Elas estão intimamente ligadas à estrutura fundiária e à dinâmica econômica da região, onde o acesso desigual à terra e aos recursos naturais perpetua a exploração da força de trabalho. Como já discutido

---

<sup>45</sup> Estamos considerando aqui salário médio o valor de 1,5 SM, pois existe uma significativa concentração de trabalhadores que recebem até esse valor, conforme estabelecido no gráfico 3.

<sup>46</sup> Trabalhadores que são empregados apenas na época da colheita (OXFAM BRASIL, 2019).

anteriormente, à luz da análise de Marini (1990), a dinâmica de exportação típica dessa economia configura um ciclo incompleto do capital, no qual o consumo se realiza majoritariamente no exterior, limitando a expansão do mercado interno e influenciando a valorização do trabalho local. Conseqüentemente, a reprodução do capital ocorre de forma independente de melhorias nas remunerações ou nas condições de vida dos trabalhadores locais. Em uma economia marcada por uma lógica subordinada e predominantemente voltada para a exportação, essa reprodução tende a ocorrer à custa da precarização do trabalho e da concentração de renda.

A persistência dessas desigualdades evidencia as contradições de um modelo de fruticultura que, embora inserido em cadeias produtivas globais, ainda reproduz um sistema de exploração que prioriza os lucros em detrimento do bem-estar dos trabalhadores. De acordo com matéria publicada pelo portal O Joio e O Trigo, intitulada O gosto amargo das frutas brasileiras padrão exportação, a fruticultura no semiárido brasileiro se sustenta pela exploração intensiva de recursos naturais e humanos, baseada no acesso concentrado à terra e à água, além da manutenção de uma força de trabalho precarizada. Mesmo com a geração de R\$ 5,6 bilhões em 2021, segundo dados do IBGE, os trabalhadores do setor enfrentam condições de trabalho adversas, recebendo, em sua maioria, apenas um salário mínimo, sem benefícios como alimentação adequada ou plano de saúde. A reportagem destaca ainda que, apesar dos sucessivos recordes de exportação, a atuação sindical enfrenta barreiras para garantir direitos básicos, evidenciando a discrepância entre a riqueza gerada e as condições de vida dos trabalhadores rurais (COSTA; MATHIAS, 2023).

Essa contradição se torna ainda mais evidente quando se observa o baixo consumo de frutas entre os próprios trabalhadores que as produzem, muitos dos quais enfrentam algum nível de insegurança alimentar. De acordo com a matéria publicada pelo portal O Joio e O Trigo, a remuneração insuficiente impõe restrições severas ao orçamento dessas famílias, forçando escolhas difíceis no momento da alimentação. A necessidade de economizar faz com que itens básicos, como feijão e cuscuz, sejam muitas vezes as únicas opções acessíveis, enquanto as próprias frutas cultivadas para exportação permanecem fora do alcance financeiro dos trabalhadores. Essa realidade expõe o paradoxo de um setor que movimenta bilhões de reais anualmente, mas mantém sua força de trabalho em condições precárias, sem acesso garantido à própria produção que ajuda a gerar (COSTA; MATHIAS, 2023).

Além das dificuldades econômicas enfrentadas pelos trabalhadores, as próprias condições laborais na fruticultura irrigada são marcadas pela exaustão física e pela exposição a

riscos à saúde. De acordo com a dissertação de mestrado em Ciências Sociais defendida por Silva (2016), o trabalho na fruticultura irrigada é exaustivo e, em muitos casos, degradante, exigindo grande esforço físico dos trabalhadores, especialmente no cultivo da manga e da uva. As condições ergonômicas inadequadas obrigam os trabalhadores a permanecer por longos períodos em posturas desconfortáveis, o que contribui para o desenvolvimento de doenças ocupacionais, como bursite e dores crônicas. Além disso, a exposição constante a agrotóxicos, muitas vezes sem o devido fornecimento de equipamentos de proteção individual, representa um risco significativo à saúde, com relatos frequentes de intoxicações e reações adversas. Mesmo diante dessas condições adversas, a subnotificação dos casos de intoxicação ainda é um problema persistente, agravado pela falta de assistência médica adequada e pelo desinteresse dos empregadores em registrar esses eventos.

A precarização das relações de trabalho na fruticultura irrigada também se manifesta na fragilidade dos vínculos empregatícios. De acordo com Silva (2024), a informalidade no assalariamento rural brasileiro se configura como um dos principais desafios do setor, especialmente devido à ausência de fiscalização eficiente e à sazonalidade das atividades agrícolas. No Vale do São Francisco, essa realidade se manifesta nos pontos de arregimentação de trabalhadores informais, que operam de maneira visível nas margens das rodovias, revelando um mercado de trabalho precarizado e vulnerável. Apesar da flagrante ilegalidade, muitos trabalhadores demonstram preferência pelo trabalho informal, valorizando a flexibilidade e a possibilidade de remuneração diária, ainda que isso os prive de direitos previdenciários e os exponha a riscos e insegurança. A atuação sindical e as certificações internacionais funcionam como fatores moderadores dessa precarização, impondo restrições à contratação informal para aqueles que desejam acessar os mercados globais. No entanto, mesmo os vínculos formais de emprego na fruticultura irrigada da região ainda estão distantes de oferecer condições de trabalho dignas e devidamente protegidas. O avanço observado na melhoria das condições laborais está, em grande parte, relacionado à pressão exercida pelas cadeias globais de alimentos e pela mobilização dos sindicatos, que buscam mitigar os impactos negativos da flexibilização imposta pela reforma trabalhista que ocorreu no Brasil no ano de 2017.

As evidências apresentadas sobre as condições de vida e de trabalho no Submédio São Francisco revelam o caráter contraditório do modelo de desenvolvimento agrário vigente na região. Enquanto a fruticultura irrigada se integra às cadeias globais de valor e ostenta selos de certificação internacional que deveriam pressupor o respeito aos direitos humanos e ambientais, a realidade dos trabalhadores permanece marcada por baixos salários. Tais condições não são

fruto de uma desorganização pontual ou de falhas isoladas, mas expressão de uma racionalidade econômica que naturaliza a precariedade como condição necessária à competitividade do setor. A dissociação entre a modernização tecnológica e as condições precárias de trabalho evidencia a permanência de padrões desiguais de exploração sob uma aparência de modernidade. Nesse contexto, o capital globalizado se beneficia da apropriação de riquezas locais, enquanto os trabalhadores, apesar de seu papel fundamental na produção, permanecem à margem dos benefícios gerados pelo desenvolvimento. Mais do que denunciar a distância entre o discurso institucional e a realidade concreta, é preciso reconhecer que o agronegócio, tal como estruturado, se sustenta sobre uma lógica de acumulação que subordina a dignidade humana à maximização de lucros. Nesse sentido, a fruticultura no Vale do São Francisco evidencia não apenas a continuidade de desigualdades históricas — relacionadas à concentração fundiária e às condições assimétricas de trabalho —, mas também a reconfiguração dessas dinâmicas no contexto de um novo ciclo de acumulação capitalista, que articula integração global com formas persistentes de exclusão social no plano local. A análise das condições de vida e trabalho, portanto, exige não apenas uma resposta técnica ou gerencial, mas uma crítica estrutural ao modelo de desenvolvimento que, em nome da eficiência produtiva e da inserção nos mercados internacionais, mantém intactas as bases da exploração e da desigualdade.

#### **4.4 Considerações Finais do Capítulo**

A análise da fruticultura irrigada na RIDE Petrolina/Juazeiro evidencia um processo de modernização conservadora que, embora tenha impulsionado o crescimento econômico e a inserção da região no mercado global, manteve e aprofundou padrões históricos de exploração e precarização das relações de trabalho. Essa dinâmica está diretamente ligada à estrutura fundiária e à inserção subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, um modelo que historicamente beneficiou as elites locais em detrimento da maioria dos trabalhadores.

Ao longo do capítulo, foi possível observar que, apesar dos avanços tecnológicos e da especialização produtiva do setor, os benefícios gerados pela fruticultura irrigada não são distribuídos de maneira equitativa. A concentração fundiária permanece como um dos principais entraves à democratização do desenvolvimento, limitando o acesso dos pequenos produtores e perpetuando a desigualdade socioeconômica na região. Os dados analisados revelam que, mesmo em municípios com altos índices de desenvolvimento econômico e

crescimento expressivo do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, a qualidade de vida dos trabalhadores não acompanhou esse progresso. Essa discrepância se manifesta em indicadores como a remuneração média dos empregados formais, que, apesar da ampliação dos postos de trabalho, manteve-se estagnada e insuficiente para garantir condições dignas de vida.

A expansão da fruticultura irrigada na RIDE Petrolina/Juazeiro também foi acompanhada por um modelo de crescimento extensivo, baseado na ampliação da área cultivada e do número de trabalhadores empregados, sem um avanço proporcional na produtividade. Os dados analisados indicam que a produção agrícola aumentou significativamente ao longo dos últimos anos, impulsionada pela demanda global por manga e uva. No entanto, esse crescimento não se traduziu em melhorias substanciais para os trabalhadores, que continuam a enfrentar condições laborais precárias e baixos salários, conforme evidenciado pelas informações disponíveis na literatura e nos dados secundários analisados.

Outro aspecto crucial observado foi o impacto do custo de vida na região sobre os trabalhadores da fruticultura irrigada. A comparação entre os salários médios e o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE revela que, ao longo dos anos, o poder de compra dos trabalhadores diminuiu, aprofundando sua vulnerabilidade socioeconômica. Essa realidade contradiz a imagem de prosperidade frequentemente associada à fruticultura irrigada da região, mostrando que, apesar dos recordes de exportação e do prestígio internacional dos produtos cultivados, aqueles que garantem a produção ainda enfrentam desafios significativos para sobreviver.

Diante desse cenário, a RIDE Petrolina/Juazeiro configura-se como um exemplo emblemático de um modelo de desenvolvimento regional que reforça desigualdades estruturais. Embora a modernização do setor agrícola tenha proporcionado alguma formalização do trabalho e melhorias relativas nas condições de parte dos trabalhadores, essas transformações ocorreram dentro dos limites impostos pela persistência da estrutura fundiária concentrada e por um modelo agrário orientado à exportação. Como resultado, mantém-se uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, sustentada por relações laborais marcadas por padrões de remuneração que, em muitos casos, não garantem plenamente a reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias. O desafio futuro para a região não reside apenas em manter sua competitividade no mercado global, mas em redefinir os termos de sua inserção econômica de forma mais justa e equilibrada, com políticas públicas que promovam efetivamente a inclusão social e a democratização do acesso à terra.

## 5 CONCLUSÕES

Esta dissertação investigou as relações capital-trabalho na fruticultura irrigada da RIDE Petrolina/Juazeiro, evidenciando como a modernização técnica, financiada pelo Estado e orientada pelo modelo de agronegócio exportador, manteve estruturas históricas do setor agrário brasileiro. Desde o período colonial, o setor agrário no Brasil tem sido caracterizado por uma acentuada concentração fundiária, com vastas extensões de terra controladas por uma elite, enquanto pequenos produtores e trabalhadores rurais permanecem excluídos. No campo, a exploração da força de trabalho passou por diferentes formas: do trabalho escravo à precarização contemporânea do trabalho assalariado, refletindo a continuidade da subordinação estrutural às dinâmicas do capitalismo global.

Na RIDE Petrolina/Juazeiro, o avanço tecnológico e a integração ao mercado global transformaram a região em um polo de exportação de frutas. No entanto, esses progressos não romperam com os padrões históricos de concentração de terras, dependência de mercados externos e exploração da mão de obra. O trabalho assalariado, embora formalizado, permanece caracterizado por baixos rendimentos e condições precárias, evidenciando que o crescimento econômico regional não se traduziu em melhores condições de vida para a maioria dos trabalhadores.

A continuidade dessas dinâmicas históricas é evidente na estrutura fundiária e nas condições de trabalho da região. Em Juazeiro-BA, grandes propriedades (acima de 1.000 hectares) representam apenas 0,8% do total, mas concentram 44% da área agrícola; em Petrolina-PE, 0,3% dos imóveis rurais concentram 23% das terras (INCRA, 2018). Essa concentração fundiária se traduz em um modelo produtivo voltado para o mercado externo, onde a produção agrícola atende prioritariamente demandas internacionais.

Apesar do crescimento econômico da região – refletido no aumento do PIB, da área cultivada e das exportações – os trabalhadores rurais permanecem em condições precárias. Os salários, majoritariamente abaixo de 1,5 salário mínimo, e a deterioração do poder aquisitivo, conforme os dados do DIEESE, evidenciam que o dinamismo econômico beneficia principalmente as elites locais, sem gerar melhorias significativas na qualidade de vida dos trabalhadores.

O Estado, ao investir na infraestrutura hídrica, favoreceu as grandes propriedades, onde se localizaram as empresas do setor, acentuando a exclusão dos pequenos agricultores e perpetuando a marginalização desses grupos minoritários do acesso à água para irrigação —

evidenciada pela fala de um líder comunitário — sintetiza o modelo de acumulação concentrada, onde os grandes empresários exportadores se beneficiam dos canais de irrigação financiados com recursos públicos.

A análise crítica desenvolvida nesta dissertação estabelece um diálogo com a economia política, problematizando a ideia de que a fruticultura irrigada promove um desenvolvimento regional efetivamente inclusivo. Os dados apresentados indicam que o processo de “modernização” pode ser compreendido como uma reconfiguração das formas históricas de exploração, que perpetuam a dependência estrutural do Brasil no sistema capitalista global. Ao articular a análise agrária com a teoria da dependência, especialmente na vertente marxista desenvolvida por Ruy Mauro Marini, esta pesquisa evidencia como a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Petrolina/Juazeiro ilustra a dinâmica da subordinação periférica. Sua inserção competitiva no mercado internacional é mantida por condições laborais marcadas por remunerações baixas, que não decorrem apenas de ineficiências locais, mas refletem uma lógica mais ampla de exploração da força de trabalho, característica das economias dependentes. Nesse modelo, os baixos rendimentos pagos aos trabalhadores rurais não representam uma barreira ao dinamismo do setor, pois a demanda é externa. No entanto, essa mesma lógica impede que a população local consuma os produtos que ajudam a produzir, mantendo-a afastada dos benefícios gerados pelo crescimento econômico regional. O valor criado pelos trabalhadores do Vale do São Francisco é, em sua maior parte, transferido para as economias do capitalismo central através da exportação de frutas a preços que ajudam a manter o custo de vida dos trabalhadores dos países centrais mais baixos — reduzindo o valor necessário para manter seus trabalhadores e liberando maior excedente para a acumulação de capital. As elites locais atuam como intermediárias, apropriando-se de uma fração desse valor, mas permanecem subordinadas ao capital externo, que controla os circuitos globais de comercialização e consumo, ditando preços e padrões de produção.

Com base nisso, a dissertação responde à pergunta central da pesquisa — "considerando a escassez de água e a questão agrária do sertão nordestino, a produção de frutas que utiliza a irrigação do Rio São Francisco em Juazeiro e Petrolina promove o desenvolvimento econômico e social sustentável para a região?" — concluindo que, embora haja crescimento econômico, este é concentrado nas grandes propriedades e empresas exportadoras, sem que se traduzam em um desenvolvimento inclusivo ou sustentável para a região. Os trabalhadores rurais e pequenos agricultores continuam em condições precárias, excluídos do acesso à água, um recurso estratégico controlado por uma elite agrária alinhada ao capital global.

Apesar de suas contribuições, esta pesquisa enfrentou limitações, especialmente devido à escassez de informações sobre os trabalhadores informais, o que restringiu a profundidade de algumas análises. Futuras investigações poderiam incorporar entrevistas com esses trabalhadores, a fim de captar dimensões que não são visíveis nos dados secundários.

Por fim, os achados deste estudo demonstram que a modernização conservadora no Vale do São Francisco não é uma exceção, mas uma expressão das condições estruturais do capitalismo dependente. A irrigação, financiada com recursos públicos, opera como um mecanismo de acumulação de capital para as grandes empresas exportadoras, enquanto os pequenos agricultores permanecem excluídos desse processo. Em vez de promover o desenvolvimento regional inclusivo, o modelo concentrado no agronegócio reforça as assimetrias regionais, beneficiando uma elite exportadora e transferindo a maior parte do valor gerado para as economias do capitalismo central. Esses resultados desconstróem a narrativa hegemônica que apresenta o agronegócio como vetor de desenvolvimento espontâneo e evidenciam que o próprio sistema capitalista depende dessas assimetrias para manter sua expansão. A concentração fundiária, as condições adversas enfrentadas pela força de trabalho e a dependência externa não devem ser interpretadas como simples falhas ou desvios do modelo, mas sim como elementos estruturais que garantem a reprodução desse sistema, conforme apontado pela teoria marxista da dependência. Diante disso, políticas públicas que não enfrentem essas estruturas apenas reforçarão o caráter subordinado da economia regional, perpetuando um desenvolvimento excludente e desigual.

Ao trazer à tona essas contradições estruturais, esta dissertação não apenas apresenta um diagnóstico crítico do modelo de fruticultura irrigada na RIDE Petrolina/Juazeiro, como também se insere em um campo de investigação ainda pouco explorado nos centros de pesquisa em economia. Trata-se de uma abordagem que rompe com os paradigmas analíticos dominantes ao adotar, de forma explícita, a perspectiva crítica da economia política para compreender a persistência das desigualdades no campo. Ao deslocar o foco da análise dos indicadores convencionais de crescimento para as relações sociais e os mecanismos de exploração e exclusão, esta pesquisa evidencia como o dinamismo econômico regional pode coexistir com estruturas profundamente desiguais. Com isso, contribui para o avanço de uma crítica necessária à narrativa hegemônica do agronegócio como vetor de desenvolvimento espontâneo, ao mesmo tempo em que reafirma a relevância de uma economia orientada pela justiça social, capaz de enfrentar as raízes históricas da exclusão que marca o campo brasileiro.

## 6 REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E.; GRANDI, D. S.; ANDRADE, D. M.; DE ANDRADE, M. P. Complexos agroindustriais, cooperativas e gestão. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 3, n. 2, 2001. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/271>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- AMEEN, A.; RAZA, S. Green revolution: a review. *International Journal of Advances in Scientific Research*, v. 3, n. 12, p. 129–137, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7439/ijasr.v3i12.4410>.
- ANDRADE, M. C. de. *Nordeste, espaço e tempo: caminhos brasileiros 5*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.
- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, M. C. de. *O planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1976. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 4).
- ANDRADE, M. C. de. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- ANDRADE, M. C. de. Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro: 1850-1888. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 71–83, jan./abr.
- ANDRADE, M. C. de. A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 4 (24), p. 646–654, out./dez. 1986.
- ANDRADE, M. C. de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 149-166, 2001.
- ANDRADE, C. L. T. de; BRITO, R. A. L. *Métodos de irrigação e quimigação*. Sete Lagoas, MG: Embrapa Milho e Sorgo, 2006. (Circular Técnica, n. 86). ISSN 1679-1150.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 123–142, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>. Acesso em: 8 mai. 2024.
- ARAÚJO, F. P. de; PORTO, E. R.; SILVA, M. S. L. da. *Agricultura de vazante: opção de cultivo para o período seco*. Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, 2004. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/154389>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ARAÚJO, G. J. F. de; SILVA, M. M. da. Crescimento econômico no semiárido brasileiro: o caso do polo frutícola Petrolina/Juazeiro. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 14, n. 46, p. 246–264, jun. 2013.

ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (AEB). Revisão da balança comercial para 2022. 22 jul. 2022. Disponível em: <https://www.aeb.org.br/aeb-em-acao/2022/07/revisao-da-balanca-comercial-para-2022/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. Relações de produção na agricultura: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929). *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 17-27, jul./dez. 2005.

BARROS, Stefânia Evangelista dos Santos; SOUSA, Patrícia Shirley Alves de; MARTINS, Edvania Barbosa da Luz; SILVA, Hélia dos Santos. *Fruticultura irrigada: vulnerabilidades e perspectiva de produção sustentável*. Volume 1. São Paulo: Editora Científica Digital, 2023. ISBN 978-65-5360-354-7. Disponível em: [www.editoracientifica.com.br](http://www.editoracientifica.com.br)

BERCOVICI, Gilberto. A questão agrária na Era Vargas (1930-1964). *História do Direito*, v. 1, n. 1, p. 183-226, 2020.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. *Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Fortaleza, 2008.

BLOG DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA (IBRE). Perfil da população em extrema pobreza: diferenças regionais e entre os estados do Nordeste. *Blog do Instituto Brasileiro de Economia*. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/perfil-da-populacao-em-extrema-pobreza-diferencas-regionais-e-entre-os-estados-do-nordeste>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Sucesso da irrigação em Israel é resultado de extensão, tecnologia e pesquisa. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/noticia-site-antigo-3008>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. 25 de julho: Dia Internacional da Agricultura Familiar. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/25-de-julho-dia-internacional-da-agricultura-familia>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 set. 1946.

BRASIL. Decreto nº 40.554, de 14 de dezembro de 1956. Cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*,

Brasília, 14 dez. 1956. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40554-14-dezembro-1956-342510-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 11285, 18 dez. 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a política e o Sistema Financeiro Nacional e institui a Comissão de Valores Mobiliários. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 dez. 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14595.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14595.htm). Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Exportações do agronegócio brasileiro batem recorde no primeiro trimestre de 2024 e atingem US\$ 37,44 bilhões. *Gov.br*, 11 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-brasileiro-batem-recorde-no-primeiro-trimestre-de-2024-e-atingem-us-37-44-bilhoes>. Acesso em: 19 maio 2025.

BRITO, Fausto. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 5-20, jan./jun. 2004.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. *Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASTRO, César Nunes de. Sobre a agricultura irrigada no semiárido: uma análise histórica e atual de diferentes opções de política. *Texto para Discussão*, n. 2369. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2018.

CASTRO, Nicole Rennó. Afinal, quanto o agronegócio representa no PIB brasileiro? Piracicaba: Cepea/Esalq/USP, 2022. Disponível em: <https://www.cepea.org.br/br/opiniao-cepea/afinal-quanto-o-agronegocio-representa-no-pib-brasileiro.aspx>. Acesso em: 19 maio 2025.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Pedro Carlos Gama da. Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 117-150.

CBHSF – COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. Municípios do Submédio São Francisco. 2012. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/municipios-do-submedio-sf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

CHAMBERS, R.; GHIDYAL, B.P. *Agricultural research for resource-poor farmers: the farmer first and last*. *Agri. Admin.*, v.20, p.1-30, 1985.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Fruticultura. Codevasf, publicado em 17 ago. 2023. Última modificação em 22 nov. 2024. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocios/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/fruticultura>. Acesso em: 22 jan. 2025.

COLOMBO, Luciléia. A Sudene e a mudança institucional no regime militar. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, p. 153-175, jul./dez. 2013.

CORSON, Walter H. *Manual global de ecologia*. 4. ed. São Paulo: Augustus Editora, 2002.

COSTA, E. V. da. *A abolição*. 8. ed., rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COSTA, Mariana; MATHIAS, Maíra. O gosto amargo das frutas brasileiras padrão exportação. *O Joio e O Trigo*, São Paulo, 5 abr. 2023. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2023/04/o-gosto-amargo-das-frutas-brasileiras-padrao-exportacao/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. *A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CULTIVAR. Irrigação por microaspersão pode gerar economia de até 50% em energia elétrica. 2025. Disponível em: <https://revistacultivar.com.br/noticias/irrigacao-por-microaspersao-pode-gerar-economia-de-ate-50percent-em-energia-eletrica>. Acesso em: 4 fev. 2025.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. (Série Fundamentos, 90).

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. Campinas: Editora Ícone; Editora da Unicamp, 1985.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DIÁRIO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO. Ano XII, Edição nº 3388, 21 jun. 2024.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Metodologia do cálculo do salário mínimo necessário. 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica/11.html>. Acesso em: 27 mar. 2025.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FALEIROS, Rogério Naques. Do escravo ao imigrante: cafeicultura e relações de trabalho em São Paulo no século XIX. *Leituras de Economia Política*, Campinas, n. 8, p. 87-110, jun. 2000/jun. 2001.

FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Cooperação científica internacional: estilos de atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 159-191, 2006.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Apresentação de Ricardo Antunes. 4. ed., rev. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. *OSAL – Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, año IX, n. 24, p. 73–89, out. 2008. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110418105417/04mancano.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FIGUEIREDO, Margarida Garcia de; FRIZZONE, José Antônio; PITELLI, Mariusa Momenti; REZENDE, Roberto. Lâmina ótima de irrigação do feijoeiro, com restrição de água, em função do nível de aversão ao risco do produtor. *Acta Scientiarum. Agronomy*, Maringá, v. 30, n. 1, p. 81-87, 2008.

FLECK, N. G.; MACHADO, C. M. N.; SOUZA, R. S. Eficiência da consorciação de culturas no controle de plantas daninhas. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v. 19, n. 5, p. 591-598, maio 1984.

FLEURY, Renato Ribeiro. *Reforma agrária e estrutura fundiária no Brasil: uma análise a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária*. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2015.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FUSCO, Wilson; OJIMA, Ricardo. *Censo Demográfico 2022: reflexões iniciais sobre a região Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/relatorios-de-pesquisas/censo-demografico-2022-reflexoes-iniciais-sobre-a-regiao-nordeste.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GONTIJO, Cláudio. A revolução agrícola no Brasil: singularidade do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, 1850-1930. *Revista de Economia Política*, v. 8, n. 2 (30), p. 253-269, abr./jun. 1988.

GONDIM, Rubens Sonsol; MAIA, Aline de Holanda Nunes; EVANGELISTA, Sílvia Roberto Medeiros; BASSOI, Luis Henrique; DUARTE, Aryberg de Souza; PACHECO, Anna Neiva Pinho. Projeções de Demanda Hídrica para Irrigação do Meloeiro no Submédio

São Francisco sob Cenários de Mudanças Climáticas. *Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento*, n. 74, setembro de 2013. Embrapa Agroindústria Tropical, Fortaleza, CE. ISSN 1679-6543.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HANDELMANN, H. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, 1931. p. 361.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do agronegócio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. [início]-[fim], out. 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

HOMEM DE MELO, Fernando. Café brasileiro: não a um novo acordo internacional. *Revista de Economia Política*, v. 13, n. 4 (52), p. 533-543, out./dez. 1993.

IANNI, Octavio. Formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 127-146.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da população 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=41105>. Acesso em: 29 dez. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa Político da Região Nordeste – 2017*. Escala 1:2.000.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: [https://geofp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_regionais/politico/2017/nordeste\\_politico2000k\\_2017.pdf](https://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_regionais/politico/2017/nordeste_politico2000k_2017.pdf). Acesso em: 15 jul. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas. Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/noticias/29569-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas>. Acesso em: 14 jan. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Nordeste é única região com aumento na concentração de renda em 2019. Agência de Notícias, 6 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27596-nordeste-e-unica-regiao-com-aumento-na-concentracao-de-renda-em-2019>. Acesso em: 14 jan. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. Agência de Notícias, 6 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia>

de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021. Acesso em: 14 jan. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2022. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/cb7c87a4a8ecdf732c70d6486248d498.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/cb7c87a4a8ecdf732c70d6486248d498.pdf). Acesso em: 16 maio 2025.

IEDI - INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Indústria brasileira e sua dependência de insumos importados. *Carta IEDI*, n. 929, 31 maio 2019. Disponível em: [https://iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_929.html](https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_929.html). Acesso em: 13 maio 2025.

INCRA OESTE DO PARÁ. Irrigação por gotejamento. 11 out. 2013. Disponível em: <https://incraoestepara.wordpress.com/tag/irrigacao-gotejamento/>. Acesso em: 4 fev. 2025.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Estrutura fundiária. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/estrutura-fundiaria>. Acesso em: 6 fev. 2025.

INDICADOR METROPOLITANO, n.º 27, ago. 2013. Elaborado pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento – CMSP. Câmara Municipal de São Paulo.

IRMÃO, José Ferreira. Impacto dos investimentos nos programas de irrigação e PROTERRA. *Revista Econômica do Rural*, Brasília, v. 19, n. 9, p. 537-564, jul./set. 1981.

JOAQUIM, Nathália de Fátima. *[Sub]vidas secas nos retratos dos agricultores do Projeto Bebedouro no semiárido de Petrolina (PE)*. 2014. 209 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KIST, Benno Bernardo et al. *Anuário Brasileiro de Horti&Fruti 2024*. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2023.

LACERDA, Marta Aurélia Dantas de; LACERDA, Rogério Dantas de. O cluster da fruticultura no Pólo Petrolina/Juazeiro. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, v. 4, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2004. ISSN 1519-5228.

LIMA, J. S. *A produção da fruticultura irrigada no Nordeste: considerações sobre as condições de trabalho dos assalariados rurais*. Monografia (Especialização em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48227>. Acesso em: 10 mai. 2024.

LIMA, João Policarpo Rodrigues; MIRANDA, Érico Alberto de A. Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco: Incorporação Tecnológica, Competitividade e Sustentabilidade. *Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza*, v. 32, n. Especial, p. 611-632, nov. 2001.

LIMA, Henrique Espada. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul./dez. 2005.

LIMA, Renato Junior de; SOUSA, Eliane Pinheiro de. *Desenvolvimento rural dos municípios da Região Integrada Petrolina (PE) - Juazeiro (BA)*. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista, v. 14, n. 23, p. 1-18, 2017.

LOYOLA, Paulo Ricardo Gontijo. *Valor e mais-valia: examinando a atualidade do pensamento econômico de Marx*. Argumentos, Ano 1, n. 2, 2009. Revista de Filosofia.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARTINE, G. *Questão agrária, hoje: a trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?* Lua Nova, São Paulo, n. 23, p. -, mar. 1991.

MATHIAS, Maíra. “No sertão, ‘latifúndio hídrico’ concentra a pouca água que existe.” *O Joio e O Trigo*, São Paulo, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2023/04/no-sertao-latifundio-hidrico-concentra-a-pouca-agua-que-existe/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

MATTOS, Enlison; INNOCENTINI, Thais; BENELLI, Yuri. *Capitanias hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdade e instituições*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 42, n. 3, p. 301-322, dez. 2012.

MARINI, Ruy Mauro. *Crítica à A revolução brasileira*, de Caio Prado Júnior. Tradução de Maria Almeida. In: *A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: o debate na esquerda – 1960-1980*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 103–123. (Originalmente publicado em *Revista Mexicana de Sociología*, México, 1967. Análise da obra: *A revolução brasileira*, de Caio Prado Júnior. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966).

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 10. ed. México: Ediciones ERA, 1990.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista*. Edição de Friedrich Engels. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIRANDA, Érico E. *Irrigação, tecnologia e “reexistência” pobreza no Vale do Rio São Francisco*. Agroanalysis, 2017.

MORAES, Maurecir Guimarães de. *O pensamento ambiental em José Bonifácio de Andrada e Silva*. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 16, n. 2, p. 129-142, maio/ago. 2014. DOI: 10.5935/1809-2667.20140022.

MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. In: STEDILE, João Pedro (org.); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). *A questão agrária no*

Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.

NAGAY, Julio Hidemitsu Corrêa. *Café no Brasil: dois séculos de história*. Formação Econômica, Campinas, v. 3, p. 17-23, jun. 1999.

NAPOLEONI, C. *Curso de economia política*. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

NETTO, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz; MELO, Lenivaldo Manoel de; MAIA, Cláudio Machado. *Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 82 p. Coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. ISBN 978-85-386-0119-7.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. *Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)*. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 17, n. 24, p. 133-145, jan./jun. 2014. ISSN 1806-6755.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVII)*. 7. ed. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. *Revista Economia*, v. 7, n. 2, p. 155-173, set./dez. 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 132 p. (Estudos sobre o Nordeste, v. 1).

OLIVEIRA, Tamara Esteves de; FREITAS, David Santos de; CAMFIELD, Luis Henrique Ramos; DILL, Matheus Dhein. O agronegócio da água. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 9, n. 4, p. 785-802, 2016. <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2016v9n4p785-802>.

ORTEGA, Antônio César; SOBEL, Tiago Farias. Desenvolvimento territorial e perímetros irrigados: avaliação das políticas governamentais implantadas nos perímetros irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE). *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 35, jul./dez. 2010.

OXFAM BRASIL. *Frutas doces, vidas amargas: a história dos trabalhadores por trás das frutas que comemos*. Informe Oxfam Brasil, outubro de 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, p. 7-22, 1989.

PEREIRA, A. L.; GABRIEL, F. A.; SOUZA, R. M. Sustentabilidade do agronegócio: um panorama sociológico. *Revista Educação Online*, v. 26, p. 66-79, 2017. Disponível em:

<http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/345>. Acesso em: 12 mai. 2024.

PODELESKI, Onete da Silva. Lei de Terras de 1850. *Revista Santa Catarina em História*, v. 1, n. 2, p. 123-145, 2009. ISSN 1984-3968.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43. ed. 3. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2017.

POSSIDIO, E. L. de. *Petrolina - um Sertão verde*. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1997. 6 p. (EMBRAPA-CPATSA. Documentos, 82). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/132917>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 40, n. 3, p. 125-145, jul.-set. 2009.

QUARESMA, Henry Uliano. *Perspectivas das exportações brasileiras: oportunidades e desafios no cenário global*. Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), 13 out. 2024. Disponível em: <https://www.aeb.org.br/assuntos-de-interesse/2024/10/perspectivas-das-exportacoes-brasileiras-oportunidades-e-desafios-no-cenario-global/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

RAMOS, Camila Neves. *Um legado de subordinação: a dependência histórica da economia brasileira e a necessidade de transformação*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Foz do Iguaçu, 2024. Orientador: Rodrigo da Silva Souza. Coorientadora: Virginia Laura Fernandez.

RAMOS, Soraia de Fátima. Uso do território no Vale do São Francisco: sistema técnico agrícola da fruticultura irrigada. *GeoUSP – Espaço e Tempo*, n. 34, p. 62-81, 2013.

RANGEL, I. Questão agrária brasileira – 1957-1986. In: STÉDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

REDCLIFT, M.; GOODMAN, D. The machinery of hunger: the crisis of Latin America food systems. In: GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. (Eds.). *Environment and development in Latin America*. UK: Manchester University Press, 1991.

RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. 1986. Disponível em: [http://www.biolingua.com/biolingua\\_antropologia/ribeiro\\_1986\\_sobreobvio.pdf](http://www.biolingua.com/biolingua_antropologia/ribeiro_1986_sobreobvio.pdf). Acesso em: 9 set. 2024.

RIBEIRO, Fernando. A política econômica e o Convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906). *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 75-93, 2011.

ROCHA, Elder Manoel de Moura; DRUMOND, Marcos Antônio (ed.). *Fruticultura irrigada: o produtor pergunta, a Embrapa responde*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 274 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

ROCHA, Eliana do Pilar; MARTINS, Roberto de Souza. Terra e território faxinalense no Paraná: notas sobre a busca de reconhecimento. *Campos*, v. 8, n. 1, p. 209-212, 2007.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. *A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental*. Uberlândia: EDUFU, 2020. 272 p. ISBN 978-65-86084-00-9. DOI: 10.14393/EDUFU/978-65-86084-00-9. Disponível em: <http://www.edufu.ufu.br>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SÁ, Iêdo Bezerra; SÁ, Ivan Ighour Silva; SILVA, Aderaldo de Souza; SILVA, Davi Ferreira da. Caracterização ambiental do Vale do Submédio São Francisco. In: LIMA, M. A. C. de; SÁ, I. B.; KIILL, L. H. P.; ARAÚJO, J. L. P.; BORGES, R. M. E.; LIMA NETO, F. P.; SOARES, J. M.; LEÃO, P. C. de S.; SILVA, P. C. G. da; CORREIA, R. C.; SILVA, A. de S.; SÁ, I. I. S.; SILVA, D. F. da. *Subsídios técnicos para a indicação geográfica de procedência do Vale do Submédio São Francisco: uva de mesa e manga*. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2009. p. 8-15. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/661912/1/Iedo.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SABOURIN, Éric. *Camponeses do Brasil: entre troca mercantil e reciprocidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 336 p.

SALASSIER, Bernardo. *Impacto ambiental da irrigação no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual Norte Fluminense, 2008.

SANTOS, Selma de Fátima. A questão agrária no Brasil: da Revolução Verde ao agronegócio. In: NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Angelo Diogo; SANTOS, Lais (org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. 3. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 39-67.

SANTOS, Vinícius Silva dos; PEREIRA, Drielle da Silva. A formação das Capitâneas Hereditárias e o pensamento social brasileiro: novas concepções. *Revista Transformar*, v. 12, n. 1, p. 1-20, jan./jul. 2018. E-ISSN 2175-8255.

SANTOS, Henrique Faria dos. Neoliberalismo e expansão do agronegócio globalizado no Brasil. *Revista Tamoios*, v. 18, n. 1, p. 21-46, jan.-jun. 2022. DOI: 10.12957/tamoios.2022.63310. E-ISSN 1980-4490.

SANTOS, L. L. Soberania e segurança alimentar: princípios, reflexões e a necessária opção pela agricultura familiar. In: CARVALHO, J. G.; BORSATTO, R. S.; SANTOS, L. L. (Eds.). *Formação de agentes populares de agroecologia*. 1. ed. São Carlos: Edufscar, 2022. p. 31-47.

SANTOS, Leandro de Lima; GRACIANO, Monyele Camargo; ARAÚJO, Júlio Cesar Lima de; MELO, Danielle Picão de; MARTENSEN, Alexandre Camargo. Agronegócio e a busca por terra e água: uso do solo, irrigação e estrutura fundiária na região do Alto Paranapanema, São Paulo. *Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia*, v. 21, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/1678-698X>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SHIMADA, S. O. A produção do açúcar e a exploração do trabalho no campo brasileiro. *Scientia Plena*, v. 9, n. 5, 2013. Disponível em: <http://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/1097>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SILVA, R. T. P.; FALCHETTI, S. A. Da revolução agrícola ao desenvolvimento sustentável e os princípios do ambientalismo no Brasil. *VIII Convibra Administração - Congresso Virtual Brasileiro de Administração*, 2011. Disponível em: <https://convibra.org/publicacao/3044/>. Acesso em: 7 mai. 2024.

SILVA, P. C. G. da; MOURA, M. S. B. de; KIILL, L. H. P.; BRITO, L. T. L.; PEREIRA, L. A.; SÁ, I. B.; CORREIA, R. C.; TEIXEIRA, A. H. C.; CUNHA, T. J. F.; GUIMARÃES FILHO, C. Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos. In: SÁ, I. B.; SILVA, P. C. G. da (org.). *Semiárido Brasileiro: pesquisa, desenvolvimento e inovação*. Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, 2010. cap. 1, p. 17-48.

SILVA, João Paulo Sant'Anna da. *Terra concentrada: uma análise sobre a reforma agrária no Brasil*. Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito/Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2023.

SILVA, Pedra Carlos Gama da. Projetos de irrigação e o desenvolvimento do Submédio do Vale do São Francisco. In: SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVASF, 1., 2012, Juazeiro. *Anais...* Curitiba: CRV, 2012. p. 69-78. ISBN 978-85-8042-437-9.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável: Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Guilherme José Mota. *Assalariamento rural e ação sindical no Vale do São Francisco: desafios e resistências no pós-reforma trabalhista de 2017*. 2024. 223 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024. Orientadora: Josefa Salette Barbosa Cavalcanti.

SILVA, Guilherme José Mota. *Os frutos da resistência: sindicalismo e luta dos assalariados da fruticultura irrigada no Submédio São Francisco*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Campina Grande, 2016.

SOBRAL, Maria do Carmo; ASSIS, Janaina Maria Oliveira de; OLIVEIRA, Claudia Ricardo de; SILVA, Gércica M. Nogueira da; MORAIS, Manuela; CARVALHO, Renata Mª Caminha. Impacto das mudanças climáticas nos recursos hídricos no submédio da Bacia

Hidrográfica do Rio São Francisco – Brasil. *REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA*, Fortaleza, v. 12, n. 3, p. 95-106, 2018. ISSN 1982-5528. DOI: 10.22411/rede2018.1203.10. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/327474244\\_Impacto\\_das\\_Mudancas\\_Climaticas\\_nos\\_Recursos\\_Hidricos\\_no\\_submedio\\_da\\_Bacia\\_Hidrografica\\_do\\_Rio\\_Sao\\_Francisco\\_-\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/327474244_Impacto_das_Mudancas_Climaticas_nos_Recursos_Hidricos_no_submedio_da_Bacia_Hidrografica_do_Rio_Sao_Francisco_-_Brasil). Acesso em: 7 jun. 2024.

SOUTO JR, José Fernando. A engrenagem da produção de frutas: Estado, empresários e trabalhadores no Vale do São Francisco. *Revista Política & Trabalho*, n. 50, p. 213-230, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/48447>. Acesso em: 2 fev. 2025.

TAVARES, H. M. A questão regional no segundo governo Vargas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 4-24, 1991. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/8991>. Acesso em: 28 dez. 2024.

TESTEZLAF, R. *Irrigação: métodos, sistemas e aplicações*. 1. ed. Campinas: Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP, 2017. ISBN 978-85-99678-10-7. Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-34-Detalhe-do-sistema-de-irrigacao-por-sulcos-Nesse-sistema-a-agua-se-infiltra\\_fig25\\_318197795](https://www.researchgate.net/figure/Figura-34-Detalhe-do-sistema-de-irrigacao-por-sulcos-Nesse-sistema-a-agua-se-infiltra_fig25_318197795). Acesso em: 4 fev. 2025.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. *Commodities and Development Report 2023: Reprimarization in the Global South*. Genebra, 2023. Disponível em: <https://unctad.org/publication/commodities-and-development-report-2023>. Acesso em: 19 mai. 2024.

VEIGA, José Eli. *O que é Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

VIDAL, Maria de Fátima. Fruticultura: manga. *Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE*, Ano 9, n. 371, dez. 2024. ISSN online 2966-3482. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/etene>. Acesso em: 3 abr. 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WANDELEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Resr*, Piracicaba, SP, v. 52, supl. 1, p. S025-S044, 2014. Impressa em fev. 2015.

WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 71, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Rq5WFdqd66thgrvPMwvqvJd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2024